

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Administração e Turismo e Faculdade de Agronomia
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas
Agroindustriais



Dissertação

Desenvolvimento com identidade cultural:
Desafios e possibilidades da valorização da cultura da lã no município de
Jaguarão-RS

Eduardo Garcia Souza

Pelotas, 2018

Eduardo Garcia Souza

Desenvolvimento com identidade cultural:

Desafios e possibilidades da valorização da cultura da lã no município de
Jaguarão-RS

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos

Pelotas, 2018

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S719d Souza, Eduardo Garcia

Desenvolvimento com identidade cultural : desafios e possibilidades da valorização da cultura da lã no município de Jaguarão-RS / Eduardo Garcia Souza ; Flávio Sacco dos Anjos, orientador. — Pelotas, 2018.

169 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento territorial e sistemas agroindustriais, Faculdade de Administração e Turismo, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

1. Associação. 2. Cooperativa. 3. Ovinocultura. 4. Lã. I. Anjos, Flávio Sacco dos, orient. II. Título.

CDD : 338.1

Eduardo Garcia Souza

Desenvolvimento com identidade cultural: Desafios e possibilidades da
valorização da cultura da lã no município de Jaguarão-RS

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais, Faculdade de Administração e Turismo e Faculdade de Agronomia, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 12 de abril de 2018.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos (Orientador)
Doutor em Agroecología, Sociología y Estudios Campesinos - Universidad de Córdoba -
Espanha

Prof^a. Dra. Fernanda Novo da Silva
Doutora em Agronomia – Universidade Federal de Pelotas

Prof^a. Dra. Rosana da Rosa Portella Tondolo
Doutora em Administração – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Agradecimentos

Escrever esta dissertação foi um enorme desafio e exigiu muita dedicação, mas, de forma alguma, foi uma tarefa solitária. Conteí com a ajuda de pessoas excepcionais que foram muito importantes nessa caminhada.

Gostaria de agradecer inicialmente aos meus pais, Eduardo Corrêa Soares de Souza e Solange Garcia Chagas, e à minha avó, Theresa da Rocha Garcia, por não medirem esforços e me apoiarem em todos os momentos.

Agradeço também ao meu orientador, Flávio Sacco dos Anjos, pela confiança que depositou em mim e pelas incontáveis lições que recebi. Seu entusiasmo e dedicação foram fundamentais nesta trajetória.

À minha namorada, Jamile Paes do Amaral Gularte, que sempre esteve ao meu lado, me dando total apoio, especialmente nos momentos mais difíceis. Essa conquista não seria possível sem a tua ajuda.

A todos colegas e amigos, que colaboraram para esta dissertação, contribuindo com ideias e sugestões.

Aos professores e funcionários do PPGDTSA, pela presteza e pelos valiosos ensinamentos ao longo das disciplinas ministradas. Sem dúvida, os aprendizados ao longo do curso expandiram minha visão de mundo.

Não posso deixar de agradecer também a colaboração de todos os que foram entrevistados durante esta pesquisa. Pois, me auxiliaram enormemente por meio da indicação de possíveis entrevistados, apresentando com presteza e paciência seus locais de trabalho e explicando o devido funcionamento de cada atividade realizada. Outras vezes, abrindo as portas de suas casas para uma conversa informal que colaborou em muito com esta investigação.

Só foi possível concluir este trabalho por tê-los ao meu lado. Muito Obrigado!

Resumo

SOUZA, Eduardo Garcia. **Desenvolvimento com identidade cultural: desafios e possibilidades da valorização da cultura da lã no município de Jaguarão-RS**. 2018. 169f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento territorial e sistemas agroindustriais. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

Esta dissertação analisa as atividades produtivas relacionadas à cultura da lã no município de Jaguarão - RS, direcionando a investigação para duas organizações locais: a Associação dos Artesãos de Jaguarão-RS e a Cooperativa de lãs Mauá. A pesquisa teve como objetivo identificar as estratégias de comercialização e de agregação de valor utilizadas pelos atores sociais que compõem essa cadeia produtiva, bem como a maneira como as relações sociais são estabelecidas nesse contexto. Além disso, a investigação aborda os efeitos da renda, gerada com esses trabalhos, na vida dos atores sociais e suas expectativas em relação ao futuro dessas atividades. Esta pesquisa é um estudo de caso único, com três unidades de análise (Associação dos Artesãos, Cooperativa de lãs e Centro de Economia Solidária). Para isso, foram realizadas 16 entrevistas semiestruturadas com atores sociais envolvidos na produção de lã ovina e no artesanato, as quais foram sistematizadas e analisadas por meio de análise de conteúdo. As informações coletadas a campo revelam dificuldades de organização e cooperação no setor como um todo, o que reflete também nos grupos analisados. Práticas individualistas prevalecem sobre o interesse coletivo, dificultando a delimitação e o alcance de objetivos em comum. Do ponto de vista da cooperativa, uma das principais dificuldades é a falta de confiança e de participação dos sócios. A ação imediatista dos cooperados, os quais entregam a sua produção de lã para os "barraqueiros", em detrimento da organização da qual são sócios, enfraquece sua ação tanto em termos de volume de comercialização quanto em aspectos colaborativos e de união entre os produtores. A Associação dos Artesãos também vivencia problemas. Desentendimentos entre os membros ocasionaram a saída de algumas artesãs e a formação de outro grupo. Problemas de diálogo e colaboração entre os dois grupos que possuem habilidades distintas, mas complementares, cria obstáculos para o artesanato em lã no município se desenvolver. Ademais, o cenário atual da ovinocultura está diante de uma delicada situação, onde as monoculturas (especialmente a soja) tem avançado, tomando o espaço da pecuária na região. Outro fator crítico é o abigeato, que tem acometido frequentemente os ovinocultores locais. Nesse contexto, os atores locais buscam estratégias de distinção para valorizar seus produtos. Os ovinocultores têm o desafio de reaproximar os associados da cooperativa e incentivar sua participação. Há também a intenção de implementar um novo método de enfardamento da lã, o que possibilitaria atestar a pureza da fibra e assim valorizá-la. Já as artesãs locais vivem a expectativa da implementação de alguma forma de certificação de seus produtos com a ajuda do Estado, como é o caso da tentativa recente de reconhecimento pelo IPHAN como patrimônio cultural imaterial. Apesar da conjuntura pouco favorável, a renda gerada com essas atividades ainda é de grande importância para a vida dos atores sociais que encontram nela um instrumento para expandir suas capacidades, promovendo as liberdades individuais.

Palavras-chave: associação; cooperativa; lã; ovinocultura

Abstract

SOUZA, Eduardo Garcia. **Development with cultural identity: Challenges and possibilities of the valorization of wool culture in the city of Jaguarão-RS.** 2018. 169f. Master's Thesis (Master Degree in Territorial Development and Agroindustrial Systems) – Postgraduate Program in Territorial Development and Agroindustrial Systems, School of Administration and Tourism and School of Agronomy, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2018.

This dissertation analyzes the productive activities related to the wool culture in the county of Jaguarão - RS, directing the research to two local organizations: the Association of Artisans of Jaguarão - RS and the Cooperative of wool Mauá. The objective of this research was to identify the commercialization strategies and value aggregation used by the social actors who are part of this supply chain, as well the way as the social relations are maintained in this context. In addition, the research approaches the effects of the income, generated with these labors, on the lives of social actors and their expectations related to the future of these activities. This research is a case study, with three units of analysis (Association of Artisans, Cooperative of Wool and Center of Solidarity Economy). For this, 16 semi-structured interviews were accomplished with the social actors involved in the production of sheep wool and in the handcrafts, which were systematized and analyzed through content analysis. The information collected in the field reveals difficulties of organization and cooperation in the sector as a whole, which also reflects in the analyzed groups. Individualistic practices prevail over collective interest, making difficult to delimit and to achieve common goals. From the point of view of the cooperative, one of the main difficulties is the lack of trust and participation of the partners. The immediatist acting of the cooperative members, who deliver their wool production to the "barraqueiros", on detriment of the organization which they are partners, weakens the action both in terms of commercialization volume as well as in collaborative aspects and union between producers. The Association of Artisans also experiences problems. Disagreements between the members led to the departure of some artisans and the foundation of another group. Dialogue problems and collaboration between the two groups, that have different, but complementary skills, create obstacles for developing the wool handcraft in the city. In addition, the current scenario of sheep production is dealing with a complicated situation, where the monocultures (especially soybeans) have been progressed, taking the space of the livestock farming in the region. Another critical factor is the cattle steal, which has frequently affected local sheep producers. In this context, local actors seek for strategies of distinction to increase value to their products. The sheep producers has the challenge of bringing the members of the cooperative back together and encouraging their participation. Also there is the intention to implement a new method of packing the wool, which would make it possible attest the fiber purity and thus valorize it. The local artisans, on the other hand, are expecting to implement some certification method for their products with help of the State, as the recent case when they tried the recognition of IPHAN as immaterial patrimony. Despite this conjuncture unfavorable, the income generated by these activities has great importance for the social actors lives who find in it an tool to expand their capabilities, promoting individual freedoms.

Keywords: association; cooperative; wool; sheep farming

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Efetivo Ovino no Brasil por Região em 2016	16
Figura 2 - Localização do município de Jaguarão.	58
Figura 3 - Valor Adicionado Bruto por atividade econômica no PIB (%)	60
Figura 4 - Distribuição da renda por quintos da população.....	61
Figura 5 - Total de cabeças de ovinos vs Total de ovinos tosquiados (em Jaguarão).....	65
Figura 6 - Série histórica da produção de lã em Jaguarão de 1974 - 2016 (em toneladas).....	67
Figura 7 - Valor da produção em Reais (mil)	68
Figura 8 - Lã enfardada da Cooperativa de lãs Mauá.....	73
Figura 9 - Quarteirão ocupado pela Cooperativa de Lãs Mauá	76
Figura 10 - Desfile Moda Pelotas 2016.....	97
Figura 11 - Artesanatos elaborados no projeto Ladrilã	98
Figura 12 - Lã cardada.....	129
Figura 13 - Roca elétrica.....	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição da população de Jaguarão –RS.....	59
Tabela 2 - Distribuição dos estabelecimentos agropecuários de Jaguarão, RS, segundo a natureza (familiar e não familiar)	62
Tabela 3 - Distribuição da área agrícola (hectares), segundo a natureza (familiar e não familiar) dos estabelecimentos	62

SUMÁRIO

1 Introdução.....	10
1.1 Apresentação.....	10
1.2 Problema de pesquisa	12
1.3 Premissas da Pesquisa	20
1.3.1 Premissa principal.....	20
1.3.2 Premissas secundárias.....	21
1.4 Objetivos.....	22
1.4.1 Objetivo geral.....	22
1.4.2 Objetivos específicos	22
1.5 Aspectos metodológicos	23
1.5.1 Coleta de dados.....	24
1.5.2 Análise dos dados.....	26
2 Marco teórico	27
2.1 A ideia de desenvolvimento: dilemas e contradições.....	27
2.2 Territórios à deriva: as contradições do desenvolvimentismo.....	36
2.3 Desenvolvimento por meio da identidade cultural do território	42
2.4 O Capital Social nos territórios	48
3. O Contexto empírico	56
3.1 Origem histórica de Jaguarão	56
3.2 Aspectos econômicos e de renda	58
3.2 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Jaguarão-RS	63
3.3 O contexto da lã no município	64
4. A Organização do comércio local de lã.....	70
4.1 A Cooperativa Mauá e suas estratégias de comercialização.....	71
4.2 No afã de um novo tempo: perspectivas para os ovinocultores.....	81
4.3 A Associação dos Artesãos e o comércio de artesanato em lã	86
4.4 Estratégias de diferenciação de produtos artesanais em lã.....	94
5. As relações sociais envolvidas nas organizações.....	103
5.1 Os vínculos sociais entre os produtores	103

5.2 Relações de sociabilidade no artesanato	110
5.3 Os saberes e sua transmissão	117
5.3.1 O conhecimento na criação de ovinos	118
5.3.2 O conhecimento como atributo do artesanato	121
6. Aspectos gerais sobre desenvolvimento, trabalho e renda	125
6.1 Outros trabalhos envolvidos nas relações produtivas da cadeia da lã ...	125
6.2 A renda gerada pelas atividades produtivas	132
6.3 Os limites do mercado: outros significados para além da produção	137
7. Percepções sobre o futuro das atividades	140
8. Considerações Finais	148
Referências.....	152
Apêndices	166

1 Introdução

1.1 Apresentação

A compreensão sobre o que vem a ser desenvolvimento é uma discussão que comporta diversos pontos de vista. Desde aqueles mais ligados ao lado econômico da questão, priorizando os aspectos materiais (renda, produção, etc.), até aqueles de cunho mais social (emprego, ocupação, etc.). Procura-se aqui, analisar a questão do desenvolvimento de forma a entrelaçar, na sua compreensão, essas duas dimensões com a dimensão cultural. Trata-se de observar como a preservação de uma atividade tradicional, como a ovinocultura em Jaguarão-RS, pode contribuir para o desenvolvimento local e para a própria identidade da região e dos atores sociais envolvidos nesses processos.

Natural de Jaguarão-RS, cresci no convívio com a visão dominante de que o atraso era um fato natural, a exemplo do que ocorre em outras localidades do interior do estado. Essa visão, aparece ligada à concepção de que locais industrializados e grandes centros urbanos são a expressão do progresso e de que aquela localidade, ainda fortemente ligada às atividades agropecuárias, sofria uma espécie de estagnação, estando "parada no tempo", de forma a não desfrutar dos avanços modernidade. Inserida numa região de forte vocação pecuária, Jaguarão está igualmente atrelada à tradição e ao conservadorismo, não obstante a proximidade com o país vizinho (Uruguai) e com a dinâmica própria de zonas de fronteira, marcadas pela grande circulação de pessoas e de mercadorias.

Em um primeiro momento, a fim de estudar a temática do desenvolvimento em Jaguarão, procurei situar-me dentro da óptica da preservação das identidades culturais e, nesse processo, deparei-me com a “Associação dos Artesãos de Jaguarão”, uma organização, que dentre outras atividades, promove um trabalho de valorização da lã ovina, levado a cabo por mulheres desse município gaúcho. No entanto, através de uma pesquisa exploratória, foi possível perceber que o cenário local deveria ser retratado de maneira mais ampla, abarcando os diversos atores que, em Jaguarão, realizam atividades produtivas relacionadas à cultura da lã (sem limitar-se apenas aos artesãos). Além dos artesãos que trabalham com a lã, a cidade conta com uma cooperativa que concentra a produção local e a venda de lã natural produzida pelos pecuaristas da região.

Este estudo traduz também o especial apreço que tenho em relação à preservação de saberes e culturas que, em sua manifestação, podem outorgar aos atores sociais envolvidos a possibilidade de obterem boas condições de vida, não pelo simples culto à tradição, mas por perceber que em sua manutenção residem as bases para reconstruir uma identidade cultural que vem sendo erodida pelos efeitos da globalização enquanto imposição de padrões e homogeneização de costumes. Compreender a importância da preservação desses aspectos serve também para retomar o debate em relação ao presente e ao futuro das regiões rurais. Desse modo, este trabalho passa pela compreensão da dinâmica que envolve a produção de lã em Jaguarão-RS, procurando compreender como os diversos atores sociais que se encontram envolvidos nas atividades produtivas relacionadas à cultura da lã se articulam para a promoção de estratégias de valorização dessa tradicional atividade produtiva. Esse entendimento passa pela compreensão de que a preservação dessas atividades produtivas assume uma grande importância e deve ser vista como pedra angular para resgatar uma tradição cultural enraizada localmente.

Além dessa breve apresentação, este trabalho contempla, na sequência, o problema de pesquisa, as premissas da pesquisa, os objetivos e a metodologia que guiou esta investigação. A seção 2 corresponde ao marco teórico, onde é apresentada a temática do desenvolvimento e suas possibilidades pela via da preservação da identidade cultural e da questão do capital social. A seção 3 descreve e comenta o contexto empírico da investigação, enquanto as partes seguintes contemplam a análise

de dados propriamente dita. O material é analisado segundo em quatro categorias: as estratégias de comercialização utilizadas pelos atores sociais, as relações sociais existentes nas organizações, aspectos gerais sobre o desenvolvimento, a renda e o trabalho gerado por essas dinâmicas produtivas e as percepções dos atores quanto ao futuro dessas atividades. Por fim, são retomadas as premissas e apresentadas as considerações finais desta pesquisa.

1.2 Problema de pesquisa

A história das civilizações humanas e o seu desenvolvimento foram marcados pela interação do homem com os animais. O processo de “domesticação” trouxe consigo o uso da tração para o arroteamento dos campos, o aporte calórico e proteico e a produção de fibras, apenas para citar alguns exemplos.

Inicialmente essa relação se deu através da caça e da pesca, típica das civilizações Paleolíticas, datadas cerca de 2,5 milhões de anos a.C., e funcionou como motor para sobrevivência das populações, que tinham sua alimentação composta essencialmente de aves, peixes e pequenas presas (TERLATO, 2012). Durante os primórdios da humanidade os homens não se preocupavam com a posse de bens, tampouco com acumulação de riquezas, uma vez que a mobilidade, segundo afirma o antropólogo Marshal Sahlins (1978), era o atributo mais importante para a vida. Nesse sentido, a acumulação prejudicaria a mobilidade e, por conseguinte, a própria vida dos caçadores e coletores que tinham no nomadismo a base de sua existência.

Fontes arqueológicas indicam que essa forma de civilização nômade, composta de coletores e caçadores, predominava em todos os continentes há cerca de 10 mil anos a.C. (LOUREIRO, 2005). Esse período que ficou conhecido como Paleolítico. A Revolução Neolítica é marcada pela transição do nomadismo ao sedentarismo, aprimoramento das técnicas agrícolas e a domesticação dos animais, segundo uma mudança lenta e gradual no processo histórico, sendo difícil definir uma data precisa para

esses acontecimentos. Conforme relata Gosden (2012), “aceitação de ovelhas, bois, porcos, trigo, cevada e aveia por grande parte da Eurásia Ocidental ocorreu lentamente e por meios complicados entre 10 mil e 3 mil a.C.” (GOSDEN, 2012, p. 12).

É claro que “as sociedades primitivas não são embriões retardatários das sociedades ulteriores” (CLASTRES, 2004, p. 11), isto é, não são ponto de partida para a evolução de outra forma social, uma vez que podem coexistir diferentes formas simultaneamente. Enquanto os aborígenes australianos e os povos ameríndios continuaram a ser caçadores, grande parte dos povos da Eurásia e muitos da África subsariana e América do Sul estavam desenvolvendo a agricultura e a criação de gado (LOUREIRO, 2005). Tampouco essa não seria uma transição mecânica do nomadismo ao sedentarismo inerente a todas civilizações, como relata Clastres (2004), ao demonstrar na história pós-colombiana da América o caso de agricultores que após conquistarem cavalos e armas de fogo abandonaram a agricultura e dedicaram-se à caça (fazendo assim o processo inverso). Assim, serve-se aqui de uma análise a partir de pressupostos históricos para compreender a passagem do nomadismo ao sedentarismo e seus reflexos na evolução da relação do homem com o animal, sem considerar esses fenômenos como lineares e dogmáticos no processo de transformação das sociedades.

Durante o transcorrer do processo histórico a domesticação de espécies estreitou os laços entre homens e animais, que no período paleolítico eram apenas de enfrentamento, colocando animais selvagens sob o controle dos homens, que deles tiraram proveito. Os animais domésticos provocaram uma revolução em termos de agricultura, possibilitando arar mais terra e transportar bens, facilitando e tornando mais rápido o deslocamento dos homens (LOUREIRO, 2005), enquanto a sedentarização possibilitou as bases para a criação do Estado, fixando a população e formando as primeiras cidades (CLASTRES, 2004).

Dentre os animais domesticados, os ovinos aparecem como os primeiros a passarem por essa transformação, cerca de 10 mil anos atrás (KANTANEM; VILKKI, 2005; CHESSA *et. al*, 2009). Com a domesticação do animal, durante a revolução neolítica, a passagem para o sistema de produção agropastoril tornou-se o principal sistema de geração de alimentos na Europa pré-histórica e de fornecimento, partindo do Mediterrâneo no sentido do norte para a Grã-Bretanha, Irlanda e Escandinávia, no

sentido sul para o norte da África e ao leste para oeste na Ásia central (CHESSA *et. al*, 2009).

Inicialmente criados para a utilização da carne, os ovinos passaram, a partir do século cinco no Sudoeste Asiático e do quarto século na Europa a serem utilizados na obtenção de produtos secundários como a lã, de acordo com Chessa *et. al* (2009). São estes facilmente adaptáveis aos diferentes climas, vegetações e relevos, oferecendo a lã como proteção ao frio e a carne para o consumo, além de fonte de leite e de pele (VIANA, 2008).

Das atividades relacionadas à ovinocultura, foi a lã que primeiramente ganhou destaque, sendo inicialmente utilizada na tecelagem pelos artesões. Com o passar do tempo, converte-se em insumo para a indústria têxtil, sendo que sua valorização causou mudanças estruturais na sociedade inglesa no período que se estende entre os séculos XII e XVII, como relatam Santos e De Araújo (2009). Através dos *enclosures* ou cercamentos dos campos provocaram o desmonte da estrutura agrária feudal. Tal fenômeno levou à expulsão dos camponeses do campo, transferindo para a cidade aqueles que, com grandes dificuldades converter-se-iam em operários fabris (LUGLI *et. al*, 2008). Segundo Santos e De Araújo (2009), a nova dinâmica produtiva associada ao incremento da produção de lã impactou fortemente o arranjo social da época:

Nesse processo, o trigo, a cevada e o centeio deram lugar à ovelha fornecedora de matéria-prima da lã. Enquanto isso, a propriedade da terra cedia o lugar à propriedade capitalista, em formação. Tudo isso resultou na maciça migração dos antigos habitantes rurais para as cidades, sendo em parte absorvidos como força de trabalho, outros foram forçados a se tornarem ladrões, assassinos, etc. (SANTOS; DE ARAÚJO, 2009, p.14)

Da mesma forma, Thomas More em seu livro “A Utopia”, através do discurso do personagem Rafael, demonstra que os inúmeros carneiros existentes na Inglaterra do século XIV explicavam, em parte, a existência de tantos ladrões na região, além de serem responsáveis pela mudança nas relações sociais da época, transferindo indivíduos de uma atividade para outra:

Esses animais são, habitualmente, bem mansos e pouco comem. Mas disseram-me que, no momento, mostram-se tão intratáveis e ferozes que devoram até os homens, devastam os campos, casas e cidades. [...] Não deixam nenhuma parcela de terra para ser lavrada; toda ela transformou-se em

pastagens. Derrubam casas, destroem aldeias e, se poupam as igrejas é, provavelmente, porque servem de estábulos a seus carneiros. Essas excelentes pessoas transformam em deserto as habitações, e tudo que era cultivado [...] (MORE, 2004 p.17)

Segundo More (2004), na época da ascensão da lã, os reflexos foram extremamente negativos, pois a criação de ovelhas preenchia as terras antes utilizadas por camponeses, cujo trabalho servia aos interesses dos senhores feudais. Nesse momento as terras tornaram-se abarrotadas de ovinos para a produção lanífera, expulsando os camponeses e pequenos produtores de seus domínios. Para Celso Furtado (2013), a ascensão da indústria têxtil na Inglaterra levou a uma produção de larga escala sem correspondente demanda global, acarretando um período prolongado de baixa dos preços. Com a diminuição dos preços, a produção artesanal foi desorganizada, aumentando a oferta de mão de obra.

Seja qual for a vocação (carne, lã, leite, etc.), a ovinocultura está presente em praticamente todos os continentes¹ graças à capacidade adaptativa das espécies ovinas, sendo utilizada tanto para a exploração comercial, como para o autoconsumo das famílias de zonas rurais (VIANA, 2008). No contexto brasileiro as ovelhas foram introduzidas pelos portugueses e espanhóis através do processo de colonização (MARIANTE *et. al*, 2008; DE ZEN; SANTOS; MONTEIRO, 2014) e difundiram-se mais fortemente nos dois extremos do país², região nordeste e região sul, sendo que a primeira é preponderante do ponto de vista do tamanho do efetivo, como é possível observar na figura 1. No Rio Grande do Sul a chegada dos ovinos está vinculada à colonização espanhola na região do Rio do Prata (VIANA; WAQUIL; SPOHR, 2010). As famílias produtoras de ovinos extraíam destes animais, desde tempos imemoriais, diversos artigos, dentre eles o pelego utilizado para arreio e cama dos peões, bem como a lã para fabricar xergões³, ponchos e cobertores (BOFILL, 1996).

¹ Essa atividade se encontra disseminada nos países asiáticos, que representam, segundo dados que cobrem até o ano de 2014 da Divisão de Estatística da FAO (2016) 40,9% do rebanho mundial. Em sequência África e Europa concentram respectivamente, 24,3% e 13,4% do número de cabeças, estando a Oceania em quarto lugar (12,9% do rebanho mundial). Por fim, as Américas abarcam escassos 8,4% do rebanho mundial.

² A participação do rebanho do Rio Grande do Sul vem diminuindo, no entanto, no Brasil, o número se mantém estável devido ao despontar do Nordeste com a produção de raças deslanadas, mais adaptadas ao clima tropical (IBGE, 2015)

³ Manta de lã utilizada para montaria colocada sobre a sela.

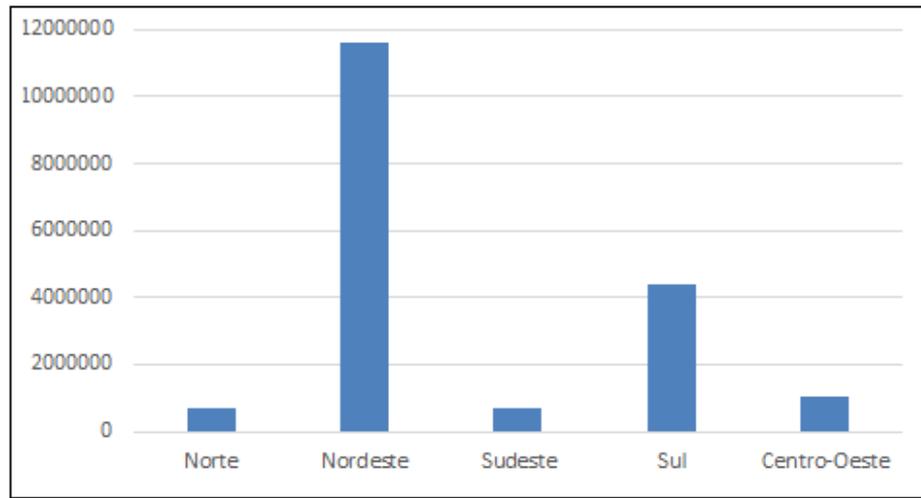


Figura 1 - Efetivo Ovino no Brasil por Região em 2016
 Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE (2016)

Mas, é somente a partir do século XX que a produção lanífera ganha destaque como principal produto da ovinocultura gaúcha (VIANA; SILVEIRA, 2008; SANTOS; AZAMBUJA; VIDOR, 2011; POETA *et.al*, 2013). Segundo Bofill (1996), foi a Primeira Guerra Mundial que proporcionou a entrada da produção rio-grandense no mercado dos países em conflito, os quais demandavam lã e carne que, à época, experimentavam preços mais elevados. Para Bofill (1996), são os anos de 1914 e 1915 que marcam a virada da ovinocultura no Rio Grande do Sul, com a influência dos produtores uruguaios e argentinos. Os produtores rio-grandenses congregam-se em associações de classe, construindo galpões (barracas) para estocar a lã que visava atingir mercados europeus, dando uma nova dimensão à ovinocultura na região e permitindo com que os produtores realizassem transações de maneira organizada.

Bofill (1996) explica, no entanto, que as barracas eram constituídas de comerciantes que compravam a lã dos pecuaristas e a estocavam com a expectativa da valorização para revenda, deixando os produtores subordinados aos interesses dos “barraqueiros”. Na busca por autonomia, os produtores tomam a iniciativa, durante a década de 1940, de criar as primeiras cooperativas de lã do estado⁴, buscando proteger a

⁴ COOSULAN – Pelotas; COBAGELAN – Bagé; VALURUGUAI – Uruguiana; COLANS – Sant’Ana do Livramento e LANFINA – Alegrete.

comercialização e amparar os ovinocultores. A evolução da produção continuou acontecendo a passos largos na década seguinte. Em 1950, Uruguiana passou a sediar uma escola a fim de aperfeiçoar mão de obra para essa indústria em formação. Uma década depois a lã firmou-se como quarto produto em termos de importância para exportação no Rio Grande do Sul⁵. A produção de ovinos, nesse período, direcionou-se fortemente para a produção lanífera, sendo que a carne assumia o status de produto secundário (VIANA; WAQUIL, 2013).

Mesmo com a crescente importância da lã, em 1970, surge um prenúncio da crise que viria a assolar o mercado de lã natural uma década mais tarde. Segundo Bofill (1996), o Japão, que estava estocando grandiosas quantidades de lã vindas da Austrália, toma a iniciativa de vender seus estoques a preços muito baixos no intuito de gerar divisas para a compra de petróleo. Essa prática produziu um efeito dominó, contribuindo para a queda do preço da lã nos demais países. O autor explica que essa pequena instabilidade, que durou cerca de 2 anos, foi fatal para este setor, pois a ovinocultura perdeu importância. Já na década de 1980 tem início a crise da lã, ocasionada pela congregação de diversos fatores, explicados a seguir.

Um desses fatores foi o aumento dos estoques australianos, através da política adotada pela Corporação Australiana de Lã⁶ que elevou muito os preços e fez com que os consumidores finais substituíssem o consumo de lã natural por fibras sintéticas e algodão, provocando uma mudança de hábitos de consumo (BOFILL, 1996; VIANA, 2008). Além disso, a mudança de orientação de crédito rural, cortando os recursos para as cooperativas de lã, foi, segundo Bofill (1996), o golpe final para o Rio Grande do Sul que vinha aguentando já há alguns anos a crise do setor.

Acontecimentos como esses tiveram impacto direto sobre os atores sociais envolvidos nesse processo, fazendo com que muitos migrassem para outras áreas. Além disso, o aumento do poder aquisitivo da população e o incremento do abate de animais,

⁵ Apelidada de “Ouro Branco” a lã tomou tal importância econômica que o grau de riqueza de um produtor era avaliado pelo número de cabeças de ovelha que possuía em sua propriedade (BOFILL, 1996).

⁶ A Corporação Australiana de Lã tem o intuito de criar mecanismos de proteção do comércio da lã, comprando e vendendo seus estoques para manter o preço em um patamar aceitável. Com uma mudança de administração na década de 1980, a Corporação mudou seu comportamento, não aceitando que o preço da lã australianas se mantivesse equiparado às lãs semelhantes de outros lugares. Assim, adotou uma política de estocagem para elevar os preços da lã australianas. (BOFILL, 1996).

trouxe um novo cenário para a ovinocultura gaúcha, que saiu de um sistema produtivo laneiro, para a produção de cordeiros para o abate, transformando a carne no produto principal da exploração econômica (VIANA; SILVEIRA, 2008). Os estudos de Viana, Waquil e Spohr (2010), Viana (2012), Viana e Waquil (2013) demonstram também, que os impactos da crise da lã influenciaram em uma transição da prática produtiva de lã para a produção de ovinos voltada para obtenção de carne. Segundo o IBGE (2016), o Rio Grande do Sul possuía, em 2016, 3.496.904 cabeças de ovinos⁷. Uma queda drástica (-72%) se comparado a 1974 quando o rebanho era de 12.490,066 cabeças.

Dentre as pesquisas que têm como pano de fundo a ovinocultura, a gama de abordagens é muito diversa, desde análises das ciências da natureza até pesquisas com enfoque direcionado para economia e a sociologia. Alguns estudos tratam de uma visão mais geral como pesquisas da cadeia produtiva (CARVALHO; SOUZA, 2008; LUCENA *et. al*, 2008; RODRIGUES *et. al*, 2013), do sistema de produção (HERNÁNDEZ *et al.*, 2011) e até da gestão do conhecimento (OSPINA; GRAJALES; MANRIQUE, 2011) dentro do panorama agropecuário. Outras análises recaem sobre perfis socioeconômicos de produtores familiares (FARIAS *et. al*, 2014), bem como da atuação do Estado (GONZÁLES *et. al*, 2011) e a natureza das políticas públicas destinadas a esse setor (BITENCOURT; SÓRIO; CRUZETTA, 2008).

No que se refere especificamente à lã são identificados estudos como de Viana, Waquil e Spohr (2010), Viana (2012), Viana e Waquil (2013; 2014), realizados a partir de uma perspectiva econômica e econométrica que demonstram o panorama histórico e a evolução da atividade. A pesquisa realizada por Cunha (2012) demonstra uma aproximação com o objeto aqui analisado, uma vez que a análise recai sobre dois grupos de artesãos (um deles corresponde ao caso das artesãos de Jaguarão-RS). Nesse estudo são abordadas as estratégias de comercialização dos artesanatos feitos em lã, explorando o seu potencial como produto turístico nas regiões estudadas. A pesquisa de Desimon e Novello (2013) também é importante por analisar as transformações ocorridas

⁷ Segundo as bases estatísticas da FAO (2016) ao comparar o Brasil com os dois principais produtores (China e Austrália) é notória a grande diferença em termos de volume, no entanto quando a análise recai sobre as linhas de tendência, percebe-se que enquanto a Austrália nos 17 anos representados (de 1997 até 2014) demonstrou uma grande queda na produção e a China experimenta um enorme avanço, quase dobrando o número de cabeças, o Brasil mostrou-se estável, não apresentando grandes oscilações.

na cooperativa de lãs em questão.

Por outro lado, Avila *et. al* (2013), através de uma análise histórica do comportamento da ovinocultura, evidenciaram uma perspectiva para a produção de carne no Rio Grande do Sul, desde que superados alguns problemas com a organização do setor e a padronização do produto. Outros estudos abordam a organização da cadeia produtiva ovinícola e as estruturas de governança. No caso da carne ovina, valendo-se de uma abordagem sociológica, Sacco dos Anjos, Silva e Pollnow (2016) analisam iniciativas como a construção de uma marca coletiva (o Cordeiro Herval Premium), também direcionada à produção de carne, dentro do que se conhece como a dinâmica dos sinais distintivos de mercado ou estratégias de diferenciação de produtos agropecuários.

As dificuldades do comércio da lã natural, coincidem com o aumento no grau de importância do mercado de carne ovina. No entanto, não se pode desprezar a importância da produção de lã do ponto de vista de ensejar uma série de atividades geradoras de emprego e de renda, entre elas a cardagem, fiação, lavagem e o artesanato. Nesse contexto, não se pode minimizar a importância histórica e cultural de uma atividade plenamente integrada no território. O presente estudo busca identificar, no cenário atual da cultura da lã, quais são seus principais desafios e oportunidades com ênfase no caso do município de Jaguarão-RS, onde vem sendo levada a termo uma tentativa de revalorização da lã natural. Essa produção vem experimentando um incipiente processo de organização e de divulgação de sua qualidade a partir da atuação de diversos atores, dentre eles, uma cooperativa de ovinocultores da região, bem como de uma associação de artesãos que desenvolve trabalhos com lã natural e de alto valor agregado.

Existe a expectativa de que esse processo contribua para o desenvolvimento local e a geração de renda para as famílias, não somente as que obtêm o seu sustento diretamente da atividade produtiva, mas também daquelas envolvidas nas atividades relacionadas ao produto final. Contudo, é sabido que existem grandes dificuldades, como a inexistência de uma política de promoção desse tipo de atividade, a fragilidade do capital social e das estruturas de governança em nível local e regional. Dessa forma, alguns questionamentos surgem no intuito de nortear o estudo e aprofundar a realidade

analisada para obter respostas concretas. Nesse contexto, caberia indagar em que medida as iniciativas de preservação das atividades produtivas relacionadas à cultura da lã podem influenciar no desenvolvimento local de Jaguarão-RS? Quais os principais entraves encontrados pelos atores sociais envolvidos? De que forma estes atores se organizam para levar a efeito a comercialização de seus produtos? Existem ameaças à continuidade dessa atividade? Quais esforços estão sendo feitos no intuito de promovê-la? Qual é a percepção dos atores locais sobre o futuro dessa atividade?

Com essa investigação científica buscamos contribuir para o avanço do conhecimento nessa área, mas também fortalecer o papel social da Universidade Federal de Pelotas em sua área de influência regional. É imperativo compreender formas de desenvolvimento que levem em consideração aspectos específicos da região, primando pela qualidade de vida das populações locais e o aumento de suas possibilidades de escolha. Assim, esta pesquisa procura colocar em evidência as perspectivas para um desenvolvimento endógeno que valorize identidades culturais da região, através desse ativo específico que é a lã natural. Compreender dinâmicas locais e a maneira como os atores sociais se organizam de forma colaborativa nas organizações estudadas, através da abordagem do capital social, é a proposta deste estudo que submetemos à apreciação de nossos pares.

1.3 Premissas da Pesquisa

1.3.1 Premissa principal

Praticada em Jaguarão e na região do Pampa gaúcho desde os primórdios da colonização, a ovinocultura de lã vem sofrendo um processo contínuo de declínio de sua importância econômica e social, sendo atualmente vista como uma atividade secundária dentro da dinâmica das relações produtivas locais. Esse fenômeno é fruto de diversas causas que vão desde o efeito produzido pela entrada dos produtos sintéticos e a

consequente queda dos preços da lã natural, bem como o descenso acentuado do efeito ovinicola, além das falhas organizacionais deste setor, pouco aberto a inovações e distante de políticas de incentivo e de assistência técnica. Nas duas últimas décadas, algumas iniciativas de revalorização vêm sendo levadas a termo, a exemplo da Associação de Artesãos de Jaguarão na produção de artigos de vestuário (*jacquard*, tricô, crochê, tear, etc.) que se situam dentro de uma vertente de pensamento denominado “desenvolvimento com identidade cultural”. Todavia, tal estratégia tem atualmente um alcance bastante limitado em termos de alternativa para um segmento produtivo e uma região onde o capital social é bastante frágil, predominando uma atuação fragmentada e individualizada por parte dos atores sociais da cadeia da lã.

1.3.2 Premissas secundárias

- a) O futuro das atividades é ameaçado pela falta de interesse e adesão dos mais jovens, que não enxergam nelas possibilidade de obter renda e ocupação. Com isso, o saber-fazer envolvido, principalmente no que diz respeito ao artesanato em lã sofre um crescente processo de esvaziamento e declínio;
- b) o forte crescimento da cultura da soja em Jaguarão afeta negativamente a ovinocultura, uma vez que as áreas que antes eram utilizadas para a criação de ovinos passam a ser usadas para o plantio de soja. Nesse caso, a preservação das atividades relacionadas à cultura da lã contribui para a preservação do Bioma Pampa, reduzindo a velocidade de avanço da soja.

1.4 Objetivos

A pesquisa em tela se assenta dentro de um objetivo geral e de cinco objetivos específicos, a saber:

1.4.1 Objetivo geral

Analisar o quadro atual da produção de lã e das estratégias de agregação de valor do ponto de vista das possibilidades de desenvolvimento para uma região que sofre os efeitos do isolamento e da estagnação social e econômica.

1.4.2 Objetivos específicos

- a) identificar os processos produtivos relacionados à cultura da lã realizados em Jaguarão-RS sob a ótica do capital social e das estratégias de valorização da identidade cultural;
- b) investigar se as atividades produtivas ligadas à lã favorecem a geração de renda e a melhoria das condições de vida dos atores sociais envolvidos;
- c) verificar a percepção dos atores locais com relação ao futuro das atividades ligadas à lã;
- d) analisar a natureza de ações realizadas pelos atores com vistas à promoção dessa atividade;
- e) indicar quais são os fenômenos que ameaçam a sobrevivência da cadeia produtiva da lã, segundo a visão dos atores sociais implicados.

1.5 Aspectos metodológicos

Inicialmente, para compreender de forma ampla o objeto de estudo e expandir o entendimento sobre a realidade local, buscou-se identificar a situação da região estudada no que se refere às iniciativas de atividades econômicas produtivas relacionadas à cultura da lã. Essa etapa se deu através de uma pesquisa exploratória com atores locais, incluindo agentes relacionados às atividades produtivas e órgãos de assessoria local. De acordo com GIL, a pesquisa exploratória tem como objetivo principal “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008, p. 27) e, nesse sentido, compreender o que, de fato, deveria ser investigado.

Esse primeiro contato com a realidade local, permitiu que se identificasse, de forma mais clara e objetiva, a dinâmica local da produção de lã. A interpretação preliminar possibilitou a delimitação do objeto de estudo, que compreende uma análise a partir da ótica dos atores locais que realizam atividades produtivas ligadas à lã em Jaguarão-RS. Nesse processo, foram identificadas duas grandes frentes de observação, quais sejam, a Cooperativa de lãs Mauá e a Associação de Artesãos de Jaguarão.

Na delimitação do objeto fizemos uso de uma revisão de literatura em periódicos científicos e livros que abordassem o tema em questão, com a intenção de reunir informações relevantes para a construção da base teórica do estudo, além de servir para contextualizar e dar suporte à parte empírica da pesquisa. Segundo Lakatos (2003), o estudo bibliográfico possibilita a identificação do estado atual do problema pesquisado, permitindo conhecer diferentes posições dentro do contexto que está sendo analisado. Nesse sentido, buscou-se reunir estudos identificados com a temática, expandindo e atualizando o entendimento acerca do objeto em questão.

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, levada a efeito através do método conhecido como de estudo de caso. No que se refere ao estudo de caso, poder-se-ia dizer que "consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma

família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa" (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 60). Foi realizado um estudo de caso único, com três unidades de análise.

É importante ressaltar que as intenções da pesquisa não podem restringir as possibilidades de análise, as quais devem evoluir no decorrer de sua aplicação. O surgimento de fatores não previstos inicialmente, mas que foram considerados essenciais na compreensão da realidade, trouxeram novas perspectivas para a análise dos dados coletados. Dessa forma, a delimitação não engessou a pesquisa, mas permitiu que a partir dela se demarcasse um quadro de referência para a interpretação.

Assim, delimitamos geograficamente a região de estudo como o município de Jaguarão-RS. Tal recorte incluiu, além dos atores locais (artesãos e cooperados), o contato com um membro de órgão de assessoria (EMATER) que se dispôs a colaborar com a pesquisa em questão. Esses aspectos são abordados a seguir.

1.5.1 Coleta de dados

Quanto ao levantamento dos dados, utilizamos três ferramentas para realizar a investigação: pesquisa documental, entrevistas em profundidade com roteiro semiestruturado e observação sistemática (inerente à pesquisa científica).

No que diz respeito à pesquisa documental, utilizamos dados secundários como fontes oficiais de informação (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul, Estatísticas da FAO, entre outros). Ainda que o presente estudo esteja baseado em metodologia qualitativa, servimo-nos de dados quantitativos a fim de contextualizar o cenário do estudo.

Além disso, reunimos diversos documentos particulares dos atores estudados, como editais de assembleia, fotos, recortes de jornal e premiações cujos entrevistados demonstraram atribuir grande importância pessoal. Esses dados caracterizam a pesquisa documental, a qual, conforme Lakatos e Marconi (2003), é uma fonte de informação e de conhecimento.

Foram realizadas, 16 entrevistas⁸ no total, (Quadro 1) durante o período compreendido entre de julho à setembro de 2017, as quais foram gravadas e transcritas para posterior análise. Destas entrevistas, dez foram realizadas com artesãs, cinco com cooperados e uma com um membro da EMATER, o qual lida diretamente com as questões da lã. Os entrevistados foram selecionados através de indicação e identificados de acordo com a função desempenhada (cooperado, artesão, etc.).

Desse modo, pretendeu-se compreender a importância das atividades econômicas produtivas da localidade estudada como um todo, mas também destacá-las em separado de acordo com sua particularidade. Eis que a “[...] entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais” (GIL, 2008 p.109), sendo que através dela buscamos compreender a visão dos atores locais quanto à realidade, procurando extrair os dados necessários para verificar empiricamente a base teórica e as premissas propostas. Após a realização das entrevistas, esses dados foram transcritos e sistematizados para fazer a análise de conteúdo. Tais aspectos são elucidados no tópico seguinte. Além disso, visitas frequentes aos entrevistados permitiram compreender mais profundamente as questões levantadas na pesquisa. Essas conversas informais, sem a presença do gravador, foram fundamentais para ampliar o entendimento do campo.

Atividade	Identificação	Nº Respondentes
Artesãs	Artesã nº (até 10)	10
Cooperados	Cooperado nº (até 5)	5
Extensionista rural	Extensionista da Emater	1

Quadro 1 – Descrição dos entrevistados

Fonte: Elaborado pelo autor

⁸ Os nomes presentes nos trechos transcritos foram alterados para preservar a identidade dos indivíduos citados durante as entrevistas. Dessa forma, as transcrições utilizadas possuem apenas uma inicial (no lugar do nome) que não corresponde à inicial do nome originalmente citado.

1.5.2 Análise dos dados

De acordo com Bardin (2002), uma vez obtidos e codificados, os resultados da entrevista são dados brutos que devem ser retrabalhados, a fim de estabelecer uma correspondência entre os níveis empírico e teórico. Nesse sentido, os dados coletados foram transcritos para realizar a etapa de sistematização e análise de conteúdo, a fim de verificar o grau de recorrência nos argumentos constantes nas falas dos atores sociais. Nesse tipo de análise, leva-se em consideração a presença ou ausência de determinada característica de conteúdo em partes da mensagem, correspondendo a um procedimento intuitivo, porém mais adaptável a questões não previstas anteriormente e à evolução das hipóteses (BARDIN, 2002).

Para facilitar a compreensão, buscou-se separar a análise das duas organizações estudadas: **(a)** Cooperativa de lãs Mauá e **(b)** Associação dos Artesãos de Jaguarão. Ainda assim, em alguns momentos, esta divisão se sobrepôs com o objetivo de melhor explicar a realidade local, pois existem intersecções entre as duas organizações em diversos pontos.

As falas dos entrevistados foram analisadas segundo quatro grandes categorias como forma de sistematizar e interpretar os dados, quais sejam: **(1) Organização da comercialização:** apresenta a forma como que as organizações estudadas comercializam seus produtos, explorando suas dificuldades e perspectivas. **(2) Relações sociais:** compreende a análise de como se manifestam os vínculos sociais dentro das dinâmicas analisadas. **(3) Desenvolvimento, trabalho e renda:** são abordados aspectos gerais sobre o impacto que esses trabalhos tem na vida dos entrevistados. **(4) Futuro das atividades:** é analisada a percepção dos atores locais sobre possíveis desdobramentos futuros de suas atividades e do contexto geral da ovinocultura. Dando continuidade a este trabalho, na sequência apresenta-se e discute-se o marco teórico utilizado como base para a interpretação da realidade em questão.

2 Marco teórico

2.1 A ideia de desenvolvimento: dilemas e contradições

Temática central desta pesquisa, a ideia desenvolvimento é um conceito com múltiplos significados e, por essa razão, dá margem às mais diversas interpretações. Diante disso, este capítulo pretende abordar a trajetória dessa noção, focando em um resgate histórico do surgimento do termo e dos principais significados a ela atribuídos.

Ao questionar alguém sobre o que vem a ser "desenvolvimento", é bem provável que seja estabelecida uma relação direta com a ideia de crescimento, riqueza ou progresso. Tais paralelos remontam à raiz do vocábulo que faz brotar, no pensamento europeu do século XVIII, algumas das primeiras concepções, segundo conta Celso Furtado (2013, p. 96). As quais se desdobram, segundo Furtado, sob a forma de três grandes correntes traduzidas nos seguintes termos:

- a) a primeira corrente está associada ao Iluminismo e remete a uma concepção histórica de marcha progressiva em direção ao racional;
- b) a acumulação de riqueza expressa a segunda corrente de pensamento, diante da qual se estabelece a ideia de maior bem-estar, ligada ao futuro, em detrimento do presente;
- c) por último, encontra-se a ideia de expansão geográfica da civilização europeia, estabelecendo os demais povos como "retardados" em comparação à forma superior de vida do velho continente.

As três concepções, segundo Furtado (2013), remontam às origens do termo, estando presentes no transcorrer dos anos subsequentes, seja de forma subjetiva e implícita, seja de forma objetiva e explícita. Boa parte das energias despendidas na elucidação do assunto remete-nos ao objetivo de estabelecer o caminho para o progressivo acúmulo de riqueza material e ao próprio processo civilizatório. Conforme Ortiz (2008):

Na Antiguidade existiam os “civilizados” e os “bárbaros” (era assim que os gregos e os chineses viam a si mesmo e os outros). Entre cada uma dessas qualificações havia um abismo. O choque era inevitável. A noção de desenvolvimento, que se associa à de progresso, pressupõe que as categorias participam, agora, de um mesmo conjunto. Porém, elas estão hierarquizadas em função de um vetor temporal (os “bárbaros” podem se desenvolver e “civilizar-se”). O que se encontra na etapa primeira é visto como incompleto em relação ao que se situa acima dela. (ORTIZ, 2008 p. 124, destacado no original)

Assim, a ideia principal é a de que é possível atingir um “estado” de desenvolvimento com o passar do tempo, “estado” esse que é parâmetro de uma outra sociedade. Apesar de originário do sentido descrito, não se trata de um tema frugal, sendo um assunto polêmico que, por vezes, “se assemelha a um diálogo de pessoas que se expressam através de idiomas absolutamente distintos”, como coloca Sacco dos Anjos (2016, p.15). E, mesmo tendo comportado debates muito densos ao longo da história, com elementos que mudaram o rumo da discussão com o passar o tempo, a noção de desenvolvimento não deixou de assemelhar-se fortemente à ideia de crescimento econômico (QUIJANO, 2000).

Claramente, o desenvolvimento deriva de uma ideia inicial de progresso. Segundo Bresser Pereira (2014), se, por um lado, o progresso é uma ideia gerada na época do Iluminismo, o conceito de desenvolvimento é mais recente:

O progresso é uma ideia e uma aspiração do século XVIII; o desenvolvimento, uma ideia e um projeto do século XX que continua no século XXI. Na época do Iluminismo, os filósofos perceberam que o ideal da razão prevalecendo sobre a tradição e a religião era algo que tinha deixado de ser utópico e poderia ser alcançado; no século XIX, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia fortalece a ideia de progresso, que Auguste Comte definiu como sendo a regra fundamental da sociedade. [...] Com o fim da guerra e a criação das Nações Unidas, reconheceu-se, porém, que muitos países tinham ficado atrasados em relação a alguns países industrializados, e a ideia de desenvolvimento surgiu como substituta ou como nova designação para o progresso, agora com um forte viés econômico. (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 3-4)

Enquanto a ideia do progresso está associada ao acúmulo de riqueza material e ao crescimento econômico, a noção de desenvolvimento, surgida num contexto de reconstrução de economias destroçadas, ergue-se também como preocupação com o bem estar coletivo, direitos e segurança social e políticas de distribuição de renda (MOTA, 2010).

A difusão do entendimento mais próxima do que hoje é discutido surge após a Segunda Guerra mundial, por volta da década de 1950, como destaca Rodríguez-Ferrera (1997), com o nascimento da chamada escola de desenvolvimento econômico. O autor citado lembra que “anteriormente se utilizaram outros conceitos próximos e para muitos sinônimos de desenvolvimento: riqueza, evolução econômica, industrialização, modernização ou crescimento econômico” (RODRIGUEZ-FERRERA, 1997, p. 16).

Desde sua origem, a noção de desenvolvimento está associada a um discurso que abriga um pacto com a colonização, uma vez que o modelo hegemônico se expande desde o Ocidente⁹ para o resto do planeta. Arturo Escobar (2007), ao analisar discursivamente a construção da ideia de Terceiro Mundo¹⁰, demonstra que é a partir do reconhecimento das condições de pobreza e mal-estar que existiam nos países pobres, logo após o término da Segunda Guerra Mundial, que se toma o sentido de disseminar a ideia de desenvolvimento aos demais países que à época não usufruíam dos benefícios gerados pelo crescimento econômico¹¹. Conforme Escobar (2007, p. 48), "a pobreza a escala global fue un descubrimiento del período posterior a la segunda guerra mundial ". Para esse autor, de imediato, ao se perceber em escala global a miséria que assolava os países pouco industrializados, cria-se a ideia de Terceiro Mundo e torna-se a problematizar em cima dela:

⁹ Termo designado para os países ditos “desenvolvidos”, em geral, os países Europeus e da América do Norte.

¹⁰ A noção de três mundos originalmente admitia três grupos de países: as nações industrializadas livres (primeiro mundo), nações comunistas industrializadas (segundo mundo) e nações pobres não industrializadas (terceiro mundo) (ESCOBAR, 2007).

¹¹ Para Cardoso e Faletto (1996) foram dois os principais fatores identificados no pós-guerra pelos países latino-americanos para tornarem-se desenvolvidos: o fortalecimento das exportações de produtos primários e a criação de uma indústria própria de bens de capital. Esses dois fatores formariam um ciclo de desenvolvimento autossustentável, segundo estes autores.

[...] la pobreza se convirtió en un concepto organizador y en objeto de una nueva problematización que el rasgo esencial del Tercer Mundo era su pobreza, y que la solución radicaba en el crecimiento económico y el desarrollo se convirtieron en verdades universales, evidentes y necesarias. (ESCOBAR, 2007, p. 51-52)

Conforme salientado por Escobar (2007), esse discurso ganha força principalmente através da fala do então presidente dos EUA, Truman¹², que defende o crescimento econômico como caminho exclusivo para o desenvolvimento. Sob esse prisma, enfatiza-se a noção de que os países subdesenvolvidos devem caminhar seguindo o rumo das economias desenvolvidas, a fim de alcançar os benefícios de que desfrutavam esses países:

El propósito era bastante ambicioso: crear las condiciones necesarias para reproducir en todo el mundo los rasgos característicos de las sociedades avanzadas de la época: altos niveles de industrialización y urbanización, tecnificación de la agricultura, rápido crecimiento de la producción material y los niveles de vida, y adopción generalizada de la educación y los valores culturales modernos. En concepto de Truman, el capital, la ciencia y la tecnología eran los principales componentes que harían posible tal revolución masiva. (ESCOBAR, 2007, p. 20)

O forte apelo à época atribuído para a industrialização e modernização era fortalecido por interesses governamentais através de incentivos fiscais e creditícios. Para Jose Luis Fiori (1998), nesse período o desenvolvimento passa a ser visto como um processo possível de ser induzido ou acelerado politicamente, por meio de um fator extra mercado, legitimando a possibilidade de políticas públicas intervirem nesse sentido. Nesse interim, no meio acadêmico, estudava-se o desenvolvimento “produzindo teorias *ad nauseam*” (ESCOBAR, 2007, p. 22).

Uma dessas teorias, que ganhou notoriedade nas décadas de 1960 e 1970, foi formulada por técnicos do MIT¹³ liderados por W. W. Rostow. Em sua abordagem Rostow explica o desenvolvimento através da alusão com os movimentos de um avião. Cada uma das etapas, da decolagem até o voo propriamente dito, corresponderia a um estágio do desenvolvimento do país. Todas as etapas deveriam ser percorridas em

¹² Harry Truman ascende à presidência dos EUA em 1945, logo após a morte de Franklin D. Roosevelt (1944) e do término da Segunda Guerra Mundial. Seu governo está marcado pela criação do Plano Marshall, voltado à reconstrução de uma Europa destruída pelo maior conflito bélico da história, mas também pelo antagonismo com a União Soviética e o surgimento da guerra fria. É nesse contexto que se impõe o debate sobre desenvolvimento, demarcando as diferenças entre o capitalismo liderado pelos EUA e aliados e a via do socialismo das economias centralmente planejadas lideradas pela URSS.

¹³ *Massachusetts Institute of Technology*.

ordem linear e progressiva, até alcançar a desejável sociedade de consumo. Por volta dos anos 1960 todas as vertentes do debate tinham em comum procurar identificar em cada país ou região os obstáculos para o desenvolvimento (modernização) e formas de ultrapassá-los. Nesse contexto, "los desarrollados eran modernos, racionales y protestantes"¹⁴. Los subdesarrollados eran tradicionales, no-protestantes, con racionalidad pre-moderna, si no francamente primitivos" (QUIJANO, 2000, p. 79).

A proposta de Rostow também foi responsável pelo fortalecimento da adoção de um "modelo Ocidental" de desenvolvimento, pois, segundo essa explicação, os Estados Unidos da América deveriam voltar seus esforços para "ajuda externa" aos países subdesenvolvidos para atingir seus propósitos políticos (FURTADO, 2003). Nesse sentido, o processo de desenvolvimento é adotado como sendo exercício de fora para dentro, tornando estes Estados modernos e independentes¹⁵, haja vista que os problemas recaíam sobre as dificuldades de vencer as fases iniciais da decolagem de Rostow e atingir a tão esperada sociedade de consumo.

De forma sintética é possível afirmar que a ideia de desenvolvimento é fruto de uma idealização que surge a partir dos países do Norte, baseada na questão industrialização e modernização produtiva, sendo que se tenta replicá-la nos países identificados como subdesenvolvidos, que tomaram notoriedade internacional no pós-guerra. De acordo com Escobar (2007), esse sonho tornou-se um pesadelo, dado que o reino de abundância que os teóricos e políticos previam através de suas estratégias de desenvolvimento assumiu o efeito inverso, aumentando a miséria, a desigualdade social e o subdesenvolvimento.

Edgar Morin (2002) assinala também no sentido de que o modelo de desenvolvimento hegemônico funcionou como um motor de "ocidentalização forçada", um instrumento de colonização dos países subdesenvolvidos, e dos países do Sul, em especial, pelos países do Norte. Do mesmo modo, Quijano (1992), é enfático ao dizer que esses parâmetros se tornaram a aspiração dos dominados, como um modelo cultural universal, em termos de caminho para o desenvolvimento. Desse modo, a distinção entre

¹⁴ Segundo o autor alguns dos principais valores preconizados na modernização eram características dos povos de religião protestante.

¹⁵ De acordo com a perspectiva norte-americana.

subdesenvolvimento e desenvolvimento demarca um modelo ideal como objetivo, o modelo dos “desenvolvidos”, países que alcançaram a era do “consumo de massa”.

Para Boaventura de Sousa Santos (2002), o modelo Ocidental dominante promove algumas lógicas de ação nos demais. Dentre elas, a fantasia de que a história tem um sentido e direção únicos. Sentidos esses já conhecidos e formulados como “progresso, revolução, modernização, desenvolvimento, crescimento, globalização” (SANTOS, 2002, p. 247), transpondo uma ideia de tempo linear e, assim, colocando à frente do tempo os países centrais. Além disso, ainda segundo Santos (2002), o que caracteriza o modelo de desenvolvimento nos moldes descritos anteriormente é a lógica produtivista, onde o crescimento econômico é um fim inquestionável, bem como o método para medir a produtividade num dado ciclo de produção.

Racionalidades produzidas no centro foram tomadas como verdades nos demais países que almejam alcançar o estado de progresso dos países centrais (QUIJANO, 1992). A necessidade de transformar os países subdesenvolvidos na cópia imperfeita dos desenvolvidos não levou em consideração as heterogeneidades das nações, tanto em termos sociais, culturais e até mesmo geográficos. Essa ideia se resumia ao aspecto econômico, tendo visualizado na modernização levada a cabo através da industrialização a essência da vida social, acreditando que conduziriam os países subordinados a um patamar mais elevado de bem-estar social. Conforme Almeida (1999, p. 37, aspas no original):

Seguidamente a ideia de desenvolvimento é reduzida à de modernização e, em consequência disso, os países do Terceiro Mundo são julgados à luz dos padrões dos países desenvolvidos, todos de modernização precoce. Este etnocentrismo conduziu à aplicação no mundo inteiro de um modelo único de modernização e, portanto, a ver “em atraso” os países “subdesenvolvidos.

Morin (2002) destaca que a ideia de desenvolvimento sempre assimilou uma base técnico-econômica e sua mensuração através de indicadores de crescimento e de receita, supondo, ainda que implicitamente, que esse desenvolvimento (técnico-econômico) seja a “locomotiva que puxa atrás dela, naturalmente, um ‘desenvolvimento humano’ cujo modelo acabado e bem-sucedido é o dos países ditos desenvolvidos” (MORIN, 2002, p. 2, aspas no original).

A ideia de desenvolvimento como mito exposta por Furtado (2013) deixava clara a disparidade e a impossibilidade de aplicar os mesmos padrões de consumo para todos os países do planeta. A descrição feita por Sacco dos Anjos (2016, p.18) exemplifica a ideia do mito cunhada por Furtado: “Hoje bastaria dizer que se todos quisessem comer carne como os argentinos ou produzir tanto lixo como os países do hemisfério norte, não precisaríamos de mais um outro planeta, mas possivelmente de uma outra galáxia”.

Na carência de uma perspectiva própria e da busca por padrões iguais aos dos países desenvolvidos, as críticas aos modelos de desenvolvimento Ocidental naturalmente não tardaram a surgir e despertar insatisfação. Uma das principais preocupações que decorreram da ênfase no desenvolvimento econômico é a questão ambiental. A publicação em 1972 de *Limites do Crescimento*, pelo Clube de Roma ¹⁶e a realização da conferência de Estocolmo¹⁷, no mesmo ano, foram marcos importantes nesse debate (BRÜSEKE, 1995). A compreensão de que o crescimento da produção e do consumo tiveram como um de seus impactos a degeneração do meio ambiente abriu caminho para a abordagem do desenvolvimento sustentável ¹⁸. Um modelo de desenvolvimento que, em tese, tornaria esse processo mais harmônico com o meio ambiente, sem produzir impactos tão severos quanto os do modelo proposto no pós-guerra.

Para Ignacy Sachs (1993), a concepção do desenvolvimento sustentável trata de implementar estratégias que estejam ambientalmente adequadas, a fim de promover o desenvolvimento social e econômico. Através dessa percepção os países instituem ministérios e agências que devem cuidar dessas questões, além de tratados internacionais que visam pautar o debate sobre o presente e o futuro do planeta.

¹⁶ Grupo formado por cientistas e empresários produziu os primeiros estudos científicos a respeito da preservação ambiental. Segundo esse grupo, quatro questões deveriam ser sanadas para atingir a sustentabilidade: o controle do crescimento populacional, o controle do crescimento industrial, a insuficiência da produção de alimentos e o esgotamento dos recursos naturais (GONÇALVES, 2005).

¹⁷ Foi uma Conferência das Nações Unidas que contou com a participação de representantes de 113 países, cujo debate central recaiu sobre os problemas ambientais (CAMARGO, 2002).

¹⁸ Segundo Jose Eli da Veiga (2005), o conceito de desenvolvimento sustentável é utilizado inicialmente em 1979, também em Estocolmo, no Simpósio das Nações Unidas sobre Inter-Relações entre Recursos, Ambiente e Desenvolvimento.

Ainda que a preocupação ambiental tenha passado a ocupar um lugar de destaque na agenda dos debates sobre a questão do desenvolvimento, por vezes fica a sensação de ser uma nova roupagem para impor antigos objetivos de crescimento econômico:

Notadamente, a despeito da retórica conservacionista, os pressupostos do desenvolvimento sustentável não rompem com a ideologia do crescimento organizacional, pelo contrário, em seu reconhecido pilar econômico-financeiro da lucratividade, presume a possibilidade da contínua e indefinida acumulação dos lucros. Ao contrário dos processos de desenvolvimento biológico que, por estarem inseridos no ciclo da vida, iniciam sua degeneração ao atingirem a maturidade, os pressupostos do desenvolvimento sustentável não preveem limites para o crescimento econômico. (VIZEU; KANASHIRO MENEGHETTI; SEIFERT, 2012, p. 758)

Outro ponto é o fato de que o desenvolvimento sustentável ainda incorre no perigo, bastante conhecido, do *greenwashing* (ABRAMOVAY, 2012), onde as corporações utilizam a sustentabilidade como estratégia de marketing para vender seus produtos travestidos de responsabilidade ambiental. As críticas que recaem sobre a noção de desenvolvimento sustentável são contundentes. Segundo Latouche (2014), essa ideia procura esconder os malefícios do crescimento através de uma outra nomenclatura, que, ao mesmo tempo, é um pleonasma e um oxímoro. Nas palavras do autor: "Pleonasma porque o desenvolvimento já é um *self-sustaining growth* (crescimento durável por si só), para Rostow, o grande ideólogo do conceito. Oxímoro porque o desenvolvimento não é nem durável nem sustentável" (LATOUCHE, 2014, p. 220, grifo nosso).

Distinto das outras abordagens que preconizam o crescimento de diversas formas, tentando por vezes humanizá-lo, Serge Latouche (2014) faz uma proposta diferente: colocar um fim na sociedade do crescimento. Consciente da impossibilidade do planeta sustentar altos padrões de consumo em todos os locais do globo, Latouche faz uma pergunta que sintetiza a importância da sua ideia de decrescimento: existirá uma vida após o desenvolvimento? Para o autor, o decrescimento, é, antes de mais nada, um *slogan* político, pelo impacto que causa, demonstrando a precariedade do crescimento apenas pelo crescimento. Para pensar o decrescimento, é preciso sair do pensamento econômico da sociedade que só visa o crescimento. "A sociedade de crescimento pode

ser definida como uma sociedade dominada por uma economia de crescimento, precisamente, e que tende a se deixar absorver por ela” (LATOUCHE, 2003, p.1).

Ainda assim, Serge Latouche (2014), explica que o decrescimento não deve funcionar como o próprio desenvolvimentismo que procurou uniformizar padrões em todo globo. Deve-se prestar atenção aos detalhes individuais, ressaltando que nem todos os países devem necessariamente promover o decrescimento como é das sociedades não ocidentais. No entanto, deve ser levada em conta a heterogeneidade das culturas como parte importante desse processo. Por fim, a sociedade do decrescimento deve organizar a produção para a manutenção e consumo razoável dos recursos, aproximando-se um pouco das sociedades da abundância descritas por Marshall Sahlins (LATOUCHE, 2003; LATOUCHE, 2014).

O surgimento de tais críticas não deixa dúvida de que é preciso repensar as práticas dominantes. A revisão empreendida sobre algumas das principais concepções de desenvolvimento deixa claro um vínculo comum entre elas. Seja atendendo pelo nome de progresso, crescimento econômico, desenvolvimento ou desenvolvimento sustentável, o avanço da esfera econômica segue sendo pilar central na sociedade e no pensamento intelectual, que, por mais que se esforce para estabelecer e propagar outras ideias, acaba quase sempre tendo as mesmas intenções por caminhos diferentes. Tornou-se difícil projetar uma mudança em concepções tão enraizadas.

É importante ressaltar que a crítica recai sobre o desenvolvimento econômico como motor central da sociedade. Ele é mais ou menos importante dependendo da região de que se trata. O grande problema é colocá-lo como solucionador natural dos problemas sociais. Haja vista a importância dessa temática, alguns dos aspectos proeminentes dessa contraditória concepção são abordados na sequência.

2.2 Territórios à deriva: as contradições do desenvolvimentismo

Considerando a intenção desta pesquisa de revisitar o desenvolvimento como questão, é importante expor alguns dos aspectos cruciais à discussão. Para tanto, neste capítulo, discute-se a concepção hegemônica de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. Faz-se alusão a alguns problemas enfrentados pelos territórios e que derivam dessa prática pregada como verdade absoluta em prol do progresso. Se no capítulo anterior a atenção recaiu sobre questões conceituais do surgimento da ideia de desenvolvimento no transcurso histórico, nesta parte são enfatizadas questões de ordem prática, ressaltando algumas das críticas à concepção hegemônica de desenvolvimento e seus reflexos na esfera social. Com isso, o que se procura é não deixar um vazio entre a adoção dessa noção de desenvolvimento e suas reais implicações para as nações que, sob a sua égide, promoveram mudanças centradas unicamente no crescimento econômico. Em "As veias abertas da América Latina"¹⁹, Eduardo Galeano, ressalva: "O desenvolvimento é uma viagem com mais naufragos do que navegantes" (GALEANO, 2016, p. 229). Com toda capacidade de síntese do autor citado, fica clara a alusão feita entre o processo de desenvolvimento ortodoxo, o qual se analisa nas páginas seguintes, e os processos de exclusão dele decorrentes. Em outras palavras, do modo como convencionalmente desenvolvimento vem sendo preconizado, tem-se um processo que beneficia muito poucas pessoas em detrimento de uma grande maioria alijada de expansão de suas condições de vida e trabalho.

A metáfora feita por Galeano nos remete instantaneamente à reflexão dos rumos que foram tomados sob o ideal do progresso e do desenvolvimento, com a crença de que o modelo industrial fordista/taylorista seria a solução para o desenvolvimento e de que o crescimento econômico extinguiria as desigualdades sociais. Ora, não é justamente o aumento²⁰ das desigualdades sociais que temos presenciado? De acordo com Zygmunt

¹⁹ Trata-se de uma obra que retrata a miséria e a exploração impingida à América Latina durante a colonização ibérica, havendo sido publicada em 1970 e atualizada em 1977.

²⁰ Ver relatório "Una Economía para el 99%" (OXFAM, 2017).

Bauman (2015) a sociedade em geral tomou o conceito de crescimento econômico como a forma única de resolver todos e quaisquer problemas gerados pela coabitação humana, aceitando-o como uma suposição óbvia e tomando as desigualdades entre os homens como coisa natural, como uma fatalidade. Evidentemente que não há que se colocar toda carga da desigualdade e mazelas humanas nas "costas" do crescimento econômico, de fato, a economia é um aspecto importante na organização da sociedade. O que se coloca aqui, é a crítica a essa forma como única, como fatalidade, como necessidade de caminhar para um ideal de progresso sem examinar os efeitos colaterais ocasionados por essa prática e os reais beneficiários de estratégias concebidas desde o núcleo do capitalismo. Outrossim, como sentencia Quijano (2000, p. 73), o "Desarrollo es un término de azarosa biografía en América Latina".

O modelo de desenvolvimento através do crescimento econômico intensifica-se com o processo de globalização, centrado na intensificação da produção e do consumo (SANTOS, 2000), cujos reflexos sobre os territórios tornam-se ainda mais evidentes, como será explorado a seguir. Por globalização entende-se, conforme Giddens (1991), um processo de alongamento, conectando diferentes regiões ou contextos sociais no globo. O autor define mais precisamente o conceito de globalização como a " [...] intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa" (GIDDENS, 1991, p. 69). Para Morin (2002) a globalização é a última fase de uma planetarização tecno-econômica, isto é, o último estágio para o avanço da exploração industrial, técnica e econômica.

Além disso, pode-se constatar, segundo Milton Santos (2000), que a globalização, em seus primórdios, se apresentou com o discurso de "aldeia global" onde todos teriam o mundo ao alcance da mão, o que na verdade, é uma fábula, dado que se coloca "ao serviço do império do dinheiro, fundado este na economização e na monetarização da vida social e da vida pessoal" (SANTOS, 2000, p. 9), instaurando um mercado global onde "a competitividade comanda nas formas de ação"²¹ (SANTOS, 2000, p. 23). Ainda segundo Milton Santos (2000), a ironia é que a crença de que o progresso técnico

²¹ Santos (2000) diferencia a concorrência (regra do capitalismo) da competição. Para o autor a competitividade não se trata da velha concorrência, porque ela tem a guerra como norma. É preciso vencer a todo custo, eliminando qualquer forma de compaixão.

acarretaria na completa humanização da vida no planeta acabou chamando regiões e cidades para concorrer diante das regras da produção e dos imperativos de consumo, tornando a competitividade a regra da convivência entre as pessoas:

Pode-se dizer então que, em última análise, a competitividade acaba por destroçar as antigas solidariedades, frequentemente horizontais, e por impor uma solidariedade vertical, cujo epicentro é a empresa hegemônica, localmente obediente a interesses globais mais poderosos e, desse modo, indiferente ao entorno. (SANTOS, 2000, p.42)

Percebe-se, então, que o fundamento detrás de todo esse processo que se convencionou denominar globalização, é a busca por uma racionalidade única em detrimento das diversas demandas locais. Essa única forma é a racionalidade da sobrevivência no mundo da competitividade (SANTOS, 2000). Para Boaventura de Sousa Santos (2002), a racionalidade imposta por meio de uma visão ocidental produz uma lógica de inexistência das demais, referindo-se aquelas diferentes da hegemônica como “partes desqualificadas de totalidades homogêneas” (SANTOS, 2002, p. 249), isto é, as lógicas que fogem da concepção dominante não são vistas como qualificadas, são percebidas como componentes não adequados.

Na verdade, a globalização fez ampliar uma visão de mudança calcada na racionalidade produtivista e no crescimento econômico. Nesse mesmo sentido, Gaiger (2016) declara que as crenças profundamente arraigadas no senso comum mantêm as esperanças nesse atual sistema de produção e de consumo incessante de mercadorias, já que, segundo palavras deste autor: "nada mais faria senão espelhar em alto grau a própria natureza humana, com seu pendor individualista competitivo, sendo por isso a única via, mesmo imperfeita, para o acalentado progresso da civilização" (GAIGER, 2016, p. 7-8). O desafio é, segundo sua óptica, abandonar a crença no econômico como fonte para resolução de problemas através da mentalidade de mercado, onde todas as vias têm necessariamente que desembocar em crescimento econômico.

Conforme é destacado por Milton Santos (2000, p. 28): "Num mundo globalizado, regiões e cidades são chamadas a competir e, diante das regras atuais da produção e dos imperativos atuais do consumo, a competitividade se torna também uma regra da convivência entre as pessoas". Com efeito, esse processo acarretou num quadro geográfico complexo, tendo implicações diretas nos territórios, nas formas de relação

estabelecidas entre os territórios e nas suas identidades (HAESBAERT, 1996; HAESBAERT, 2013).

É importante ressaltar que o conceito de território compreende múltiplas formas, sendo alvo de discussão em variadas disciplinas. Para estabelecer sumariamente um entendimento comum do termo são destacadas aqui algumas breves conceituações, para que, assim firmado um entendimento, possa-se prosseguir sem perdas de significação ou problemas de interpretação.

Antes de defini-lo, cabe fazer uma distinção. De acordo com Raffestin (1993) território e espaço se diferenciam. O segundo é formado a partir do primeiro e pressupõe a atuação de um ator. Nas palavras de Raffestin (1993, p. 50, aspas no original):

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço.

O território não se limita aos sistemas naturais, não é apenas o espaço físico. Neste trabalho, adotaremos o conceito de território elaborado por Milton Santos:

O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população (SANTOS, 2000, p. 47).

Os processos aqui descritos penetram nos territórios e nas relações sociais em seu interior. Aliado ao incremento do ideal de desenvolvimento econômico gerado pela globalização, ocorre nesse processo a passagem do modelo fordista para o modelo de acumulação flexível trazendo novas implicações como a flexibilização do trabalho, a obsolescência planejada e, em especial, a dispersão geográfica da produção²² (HARVEY, 2007). Eliminando as restrições geográficas da produção, as corporações evoluíram para uma produção dispersa em vários países, buscando incentivos fiscais e a

²² Exemplo são as denominadas "montadoras de automóveis" que são responsáveis apenas pela compilação de partes produzidas em diferentes locais do planeta.

diminuição de custos de produção. As grandes empresas tornaram-se mais flexíveis²³, procurando adentrar naqueles territórios que mais benefícios trariam para ela, numa relação custo-benefício. Instalam-se no território, trazendo desordem às regiões onde se instalam, na busca pelo benefício exclusivo (SANTOS, 2006).

Nesse processo de fragmentação e invasão de territórios (SANTOS, 2000), surge, conforme Haesbaert (2007), a ideia de multiterritorialidade²⁴ em que encontramos um formato em grande parte extrativista²⁵, onde empresas instalam-se sem qualquer vínculo com o território, sempre buscando baixos custos de produção e lucros quase imediatos.

Conforme Haesbaert (2007) explica, a multiterritorialidade pressupõe uma multiplicidade de regiões que se articulam em forma de territórios-rede, onde se impõe a cena de empresários que "dirigem" suas firmas à distância, sem ter a necessidade de mobilizar-se fisicamente. Essa seria uma dimensão mais concreta e material da multiterritorialidade. No entanto, outro ponto de grande relevância que se deve destacar são os impactos incidentes na cultura local (dimensão simbólica):

Assim como concebemos o território dentro de um contínuo do mais funcional ao mais simbólico (no extremo, uma territorialidade "sem território"), também a multiterritorialidade pode ter uma dimensão concreta mais incisiva, como no caso da tele-ação ou ação à distância, anteriormente aludida, e uma maior carga simbólica, como no caso da chamada "hibridação" de referências identitário-territoriais, num amálgama capaz de recriar, mesmo no hibridismo, processos de identificação e (re)construção territorial (a identificação com "lugares híbridos", multiidentitários) (HAESBAERT, 2007, p. 40, destacado no original).

Com a hibridização cultural, ocasionada pelo processo de globalização, os efeitos se fazem sentir sobre as identidades nacionais. Hall (2006) considera que existe um processo de desintegração da identidade nacional, principalmente por conta do crescimento da homogeneização cultural²⁶. Para Benko e Pecqueur (2001), são dois os principais efeitos da globalização: de um lado, a difusão de uma cultura universal através de marcas emblemáticas e, de outro, a hibridização dos modos de expressão universais que são apropriados pela localidade. Segundo Hall (2006), com o declínio das

²³ Para Richard Sennett a a especialização flexível é a antítese do sistema de produção fordista.

²⁴ "Multiterritorialidade" é diferente de "múltiplos territórios", o segundo é condição *sine qua non* para o primeiro, mas não suficiente (HAESBAERT, 2007).

²⁵ Por extrativista entende-se as atividades que se instalam nos territórios com o único intuito de extrair lucros, consumindo grande parte dos recursos, sejam eles ambientais e/ou humanos.

²⁶ Tornar a cultura similar em diferentes regiões do globo.

identidades nacionais, seu lugar é assumido por formas identitárias híbridas, corroborando a ideia anteriormente exposta por Haesbaert (2007), Benko e Pecqueur (2001).

Assim, percebemos que com a expansão desse fenômeno idealizado de desenvolvimento econômico pelo menos três implicações ligadas ao território surgem: a instauração de uma racionalidade individualista em detrimento da coletividade e da solidariedade, a passagem para o modelo de acumulação flexível, acarretando na perda dos vínculos sociais com o território e, por fim, o esvaziamento da identidade dos territórios.

Esse modelo ameaça a sobrevivência das diversidades regionais, das culturas e saberes heterogêneos existentes nos diversos territórios, bem como da capacidade de os atores do território atuarem como protagonistas. Sob esses aspectos, os territórios que dependem desse “tipo” de desenvolvimento, encontram-se à deriva, com seus rumos traçados por forças exógenas ao lugar, ficando, muitas vezes, à mercê de interesses de agentes cuja racionalidade é marcadamente instrumental.

Mas de que outras formas o desenvolvimento pode apresentar-se? Se é de seu caráter ser um conceito multifacetado, para além do viés hegemônico é possível pensar em outras formas de desenvolvimento que não sigam a lógica estrita de crescimento econômico? Como pensar numa concepção que estabeleça vínculos duráveis e profícuos entre os atores sociais da localidade? E que, além disso, seja capaz de utilizar as características culturais da região como forma de inclusão social e de geração de renda, isto é, que utilize a própria identidade do território como base de uma estratégia de organização?

Reinterpretar o desenvolvimento é, em parte, tentar justificá-lo. Não pela existência de uma inerente necessidade de avanço, mas, em grande medida, pela esperança de um futuro menos desigual. É verdade que muitas das aspirações colocadas em nome do desenvolvimento são máscaras que apenas visam disfarçar as reais intenções ou amenizar as implicações de uma sociedade de mercado. Assim sendo, é interessante que se busque alternativas teóricas que procurem, pelo menos em parte, romper com a concepção hegemônica em vez de apenas propor novas roupagens

para antigas abordagens. Na seção seguinte tais possibilidades são incorporadas à reflexão.

2.3 Desenvolvimento por meio da identidade cultural do território

A constatação dos problemas acarretados pela concepção hegemônica de desenvolvimento, que se aprofunda sensivelmente com o advento de globalização econômica, trouxe consigo a necessidade de pensar novos enfoques. Se, a visão dominante é marcada pela ausência de vínculos com o território, o caminho sugerido nas novas abordagens é diametralmente oposto. Dessa forma, objetiva-se realizar uma discussão sobre uma concepção de desenvolvimento que traga à luz aspectos negligenciados pela concepção dominante. Nesse sentido, elementos tais como a solidariedade e identidade local devem ser compreendidos respectivamente como recursos e ativos do processo de desenvolvimento.

Segundo Santos (1974), os países subdesenvolvidos apresentam dois tipos de circuitos econômicos urbanos, o circuito superior e o circuito inferior²⁷. Conforme Montenegro (2012) explica, o primeiro, deriva diretamente da modernização, sendo representado por bancos e grandes corporações, pressupondo grande volume de capital envolvido, enquanto o segundo, relaciona-se às formas de produção que não possuem capital intensivo e serviços não tão modernos, associados às populações mais pobres. Este, possui características de maior vínculo com o território (SACCO DOS ANJOS; GODOY; CALDAS, 2005) e está diretamente ligado com à acepção de desenvolvimento por meio da identidade cultural, que dá sentido ao modo como os atores sociais organizam suas vidas e projetos.

Segundo Santos (2000), os processos de marginalização e exclusão originados pela globalização se tornam um ponto de união entre os atores que estão sofrendo situação de exclusão. Como o próprio autor destaca, a unidade entre os membros de um

²⁷ Não se trata de impor a lógica dualista entre o tradicional e o moderno, mas de compreender os dois circuitos como partes de uma mesma realidade.

território é de grande importância, pois juntos criam as bases para, de forma endógena, através de características intrínsecas do local, gerarem uma economia própria, um discurso que parta do território e não de fora, isto é, dentro de sua própria lógica, na sua correspondente racionalidade:

Gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma cultura territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada. Essa cultura da vizinhança valoriza, ao mesmo tempo, a experiência da escassez e a experiência da convivência e da solidariedade. É desse modo que, gerada de dentro, essa cultura endógena impõe-se como um alimento da política dos pobres, que se dá independentemente e acima dos partidos e das organizações. Tal cultura realiza-se segundo níveis mais baixos de técnicas, de capital e de organização, daí suas formas típicas de criação. Isto seria, aparentemente, uma fraqueza, mas na realidade é uma força, já que se realiza, desse modo, uma integração orgânica com o território dos pobres e o seu conteúdo humano. Daí a expressividade dos seus símbolos, manifestados na fala, na música e na riqueza das formas de intercurso e solidariedade entre as pessoas. E tudo isso evolui de modo inseparável, o que assegura a permanência do movimento. (SANTOS, 2000, p. 70)

Como acima exposto, esse movimento parte de uma premissa diferente da competitividade aclamada, emergindo da solidariedade de seus membros, da união dos atores sociais através de formas típicas da localidade que, contrárias à homogeneização, demonstram-se heterogêneas entre os territórios. Nesse sentido, embora exista esse declínio das identidades nacionais, Giddens (1991) alerta para o fato de que "Ao mesmo tempo em que as relações sociais se tornam lateralmente esticadas e como parte do mesmo processo, vemos o fortalecimento de pressões por autonomia local e identidade cultural regional" (GIDDENS, 1991, p. 70). Nesse processo as identidades "locais" estão sendo reforçadas pela resistência ao processo de globalização (HALL, 2006), permitindo com que a identidade dos atores fique visível aos olhos de todos (SANTOS, 2000).

Cabe ressaltar que tanto cultura como identidade são conceitos demasiadamente amplos e controvertidos. Não há uma identidade pura, no sentido de uma única identidade, mas sim a composição de elementos que se modificam e continuam passíveis de mudança (HALL, 2006). De forma mais simples, para exemplificar o entendimento que se correlaciona com a proposta aqui discutida, Olga Molano (2007), pesquisadora da temática abordada neste capítulo, ressalta que a identidade cultural está ligada a um grupo que compartilha valores, costumes e tradições.

Entretanto, é preciso ter cuidado ao expor tais ocorrências para não incorrer no erro de estabelecer visões dicotômicas da realidade e, de forma simplista, tornar-se taxativo e descrever dois lados antagônicos, pois não se faz alusão ao retrocesso e à exclusão das formas já postas de desenvolvimento, mas sim à possibilidade de convívio simultâneo desses meios. Conforme Canclini (1990):

Tanto los tradicionalistas como los modernizadores quisieron construir objetos puros. Los primeros imaginaron culturas nacionales y populares "auténticas"; buscaron preservarlas de la industrialización, la masificación urbana y las influencias extranjeras. Los modernizadores concibieron un arte por el arte, un saber por el saber, sin fronteras territoriales, y confiaron a la experimentación y la innovación autónomas sus fantasías de progreso. (CANCLINI, 1990, p. 17, destacado no original)

Segundo Canclini (1990), as ideologias modernizadoras acentuaram uma ideia maniqueísta, onde se imaginava que a modernização terminaria com os bens tradicionais, artesanatos e crenças populares, colocando em seu lugar a ciência e a indústria. Essa visão é mais clara agora, segundo o autor, pois a tradição não foi destruída pela industrialização, apesar de por ela ter sido afetada. Conforme Canclini (1990), é preciso se preocupar mais com a transformação do que com o que se extingue, pois, os produtos tradicionais, além de gerarem trabalho para camponeses e indígenas, por exemplo, animam, também, atividades modernas como a atração de turistas e de consumidores urbanos que encontram nesse tipo de produto signos de distinção e uma personalização muito maior do que aquela proporcionada pelos bens industriais. Dessa forma, não existe uma relação dialética entre o moderno e tradicional, ela existe de forma dialógica, congregando lados que aparentemente se admitia como estando em oposição.

Assim, a cultura local pode se estabelecer como uma forma para que os atores locais atinjam melhores condições de vida. Para Renato Ortiz (2008), apesar de não ser necessário, o vínculo entre cultura e desenvolvimento é decisivo, pois: “permite trabalhar temas como: erradicação da pobreza, melhoria das condições de gênero, incentivo ao turismo, preservação do meio ambiente” (ORTIZ, 2008, p. 126). Nesse sentido, fala-se em desenvolvimento, não através da concepção já apresentada, do crescimento econômico e da industrialização, mas de um desenvolvimento identificado com outros pressupostos, como no caso da valorização da identidade territorial, dos saberes tradicionais, da inclusão, dos processos com enraizamento local, dentre outros aspectos.

A ideia de uma visão alternativa de desenvolvimento é proposta pelo economista Amartya Sen (2007) ao entendê-lo como um processo que está diretamente relacionado com a liberdade usufruída pelas pessoas. Nesse caso, a liberdade é entendida como a capacidade que o agente social tem de agir, a qual está ligada às oportunidades que os atores sociais têm de manifestar suas vontades, obter condições dignas de vida e ter acesso a serviços de saúde e infraestrutura, por exemplo. Obviamente que o fator econômico não é descartado nessa visão, no entanto não é o fim da concepção de Sen e sim o meio para atingir melhores condições de vida, e assim promover o aumento das liberdades individuais, uma vez que a pobreza deveria ser vista como um cerceamento das liberdades individuais e não como baixa renda.

Assim, a junção entre cultura e desenvolvimento proposta por Ortiz (2008) poderia funcionar como um mecanismo na expansão das liberdades individuais mencionadas por Sen (2007). Alguns pesquisadores do Centro Latino Americano para o Desenvolvimento Rural têm se ocupado desse tema e demonstram, em um sentido similar, que através da junção entre cultura local e desenvolvimento é possível combater a pobreza. Para Fonte e Ranaboldo (2007), essas especificidades locais podem gerar desenvolvimento que permita abertura econômica e social para as pessoas marginalizadas pelo processo de modernização através da valorização da localidade e das tradições do lugar. Assim, o desenvolvimento por meio da identidade cultural pode aliar a geografia do local à ecologia, à identidade étnica, à história, à arquitetura, às tradições e às festas religiosas, etc. Segundo os autores citados, os produtos dessas regiões oferecem uma gama de oportunidades para a redução da pobreza, sobretudo quando o público-alvo é formado por grupos marginalizados. Entre os objetivos, tem-se também a criação de empregos via diversificação de atividades. Essas atividades possibilitam a difusão da “vida de todos os dias” (SANTOS, 2000, p. 70), isto é, a promoção da identidade local.

Nesse sentido, surgem formas de o desenvolvimento centrado nos atores sociais que fazem parte do território, valorizando as pessoas que mantêm vínculos históricos e culturais com um dado espaço. Alguns estudos (BENKO e PECQUEUR, 2001; FLORES, 2006; PECQUEUR, 2009; DALLABRIDA, 2012; DALLABRIDA, 2016) exaltam a importância da identidade cultural como forma de promover o acesso dos atores sociais a condições adequadas de vida. Apoiar tais processos estimula a coesão social,

contribuindo para aumentar a autoestima da população local. Além disso, esse tipo de estratégia de desenvolvimento é interessante para regiões rurais marcadas pelo isolamento e estagnação (FONTE; RANABOLDO, 2007).

Destarte, o fortalecimento de vínculos sociais é um dos pilares para criar um desenvolvimento endógeno através da valorização da cultura local (BENKO; PECQUEUR, 2001). Assim, o território fica menos exposto à lógica da competição entre os lugares (SANTOS, 2000) e pode utilizar suas especificidades para diferenciar-se, como explicam Benko e Pecquer (2001):

Por outro lado, as especificidades territoriais desempenham papel importante em outros domínios econômicos. Nesse caso, as regiões não são mais substituíveis entre elas. Uma diferenciação durável dos territórios, ou seja, não suscetível de ser colocada em cheque pela mobilidade dos fatores, só pode assim resultar de sua especificidade reconhecida. Mesmo se se produz excelentes *mousseux* na Califórnia, o *Champagne* não é um produto deslocalizável. Seu valor, como de outras produções está ancorado num território, ele é o resultado disto que os geógrafos chamam meio. (BENKO; PECQUER, 2001, p. 38, destacado no original)

Conforme explica Dallabrida (2012), esses ativos específicos, diferenciam-se dos ativos genéricos (“comoditizados”) pela vinculação com as características do território. Essa vinculação dificulta a transferência da produção de um local para o outro, de forma que a atividade produtiva fica enraizada. Nesse entendimento, é possível gerar renda para os atores locais através da comercialização desses produtos, ou seja, por meio da venda de artigos que derivam de ativos específicos existentes no local, como o exemplo do *Champagne* citado anteriormente. Segundo Acampora e Fonte (2007), os produtos típicos da localidade também podem fortalecer a biodiversidade, a expressão da cultura local e manutenção de conhecimentos. Todavia, para que essa estratégia de valorização funcione é necessária a interação entre diversos atores:

El éxito de estas estrategias depende de la capacidad de crear nuevas instituciones locales (asociaciones de productores, consorcios de tutela de la calidad, entes de certificación) para gobernar el proceso de valorización de los recursos específicos y del diseño y la implementación de medidas supra-locales adaptadas para defender los beneficios de la apropiación territorial. (ACAMPORA; FONTE, 2007, p. 2011)

A ocorrência desse processo de desenvolvimento supõe interação entre forças locais e de fora da localidade, ou seja, forças endógenas e exógenas (FONTE; RANABOLDO, 2007). O território torna-se, nesse sentido, um espaço que possibilita articular estratégias de desenvolvimento que serão implementadas tanto através da própria sociedade, como de órgãos não governamentais, entidades privadas e pelo próprio governo através de políticas públicas (FLORES, 2006).

Uma dessas iniciativas que podem ser citadas são as indicações geográficas e as denominações de origem, de produtos agroalimentares. Segundo Kohls, Sacco dos Anjos e Aguilar Criado (2014), tais selos funcionam como uma certificação para bens materiais ou imateriais que possuem alguma diferenciação e requerem proteção em termos de propriedade intelectual. Essas certificações funcionam como um mecanismo de distinção, atribuindo determinado grau de qualidade ao produto. Por outro lado, ainda que fortaleça a região e produza efeitos positivos para parte dos atores sociais presentes no território, Acampora e Fonte (2007) alertam para o fato de que a certificação do produto local também pode funcionar como mecanismo de exclusão, uma vez que os produtores com menos recursos podem não possuir as condições necessárias para cumprir as exigências determinadas pela certificação e, dessa forma, podem resultar à margem do processo.

Como os territórios são locais com diversas nuances, a realização desse processo não é algo fácil, nem acontece naturalmente. De acordo com Flores (2007), para se construir um desenvolvimento de maneira endógena, por meio das características locais, é necessária a participação dos atores sociais, bem como a existência de capital cultural e capital social no meio onde se desenvolve o processo. As relações sociais devem funcionar como um recurso que dá suporte à criação de estratégias locais.

Haja vista a importância do capital social como alicerce para forjar o desenvolvimento por meio da identidade cultural, na seção seguinte esse conceito é discutido. As relações sociais baseadas na confiança e na reciprocidade são prioritárias para suscitar uma construção coletiva que permita mobilizar ativos específicos como elementos dinamizadores do território.

2.4 O Capital Social nos territórios

Se é próprio da via estrita do desenvolvimento econômico estimular a competitividade entre os lugares, suprimindo, em maior ou menor medida a solidariedade local, a inovação estaria justamente em convertê-la em motor das iniciativas. De fato, a coesão social, é um dos elementos de maior relevância no contexto local no que diz respeito ao esforço de despertar as energias e vocações do território.

A criação e o fortalecimento de laços entre os atores sociais, e também entre os atores e as instituições (de dentro e de fora do território), são compreendidos como imperativos para a edificação de um desenvolvimento local com base na identidade do território. Para compreender melhor a construção social que acontece por trás desses processos, procura-se colocar em evidência, nesta seção, a discussão em torno da questão do capital social e suas implicações para o desenvolvimento local.

Empreende-se, portanto, uma aproximação ao tópico em questão, fazendo uso das principais contribuições que tratam o assunto na literatura. Sendo assim, o foco deste capítulo incide sobre os grandes dilemas da ação coletiva.

Um dos aspectos fundamentais em que essa abordagem está ancorada é a relação entre economia e relações sociais. Para Abramovay (2004), a economia não pode ser encarada como uma esfera autônoma da vida social, funcionando apenas como mecanismo de formação de preços, mas sim dentro do âmbito de estruturas sociais e como produto da interação social.

No que diz respeito ao conceito de capital social, pode-se afirmar que não é possível estabelecer um consenso do termo sem aludir à interpretação dada por cada autor. Segundo Albagli e Maciel (2004), o conceito é difundido a partir da década de 1990, expressando a valorização e reconhecimento dos recursos presentes nas estruturas sociais, contrapondo-se à visão neoclássica de racionalidade puramente econômica.

Por outro lado, Durston (2003) coloca que existem três visões ideológicas presentes nas abordagens sobre capital social no que se refere à presença dos indivíduos em sociedade. Na primeira visão está incutida a ideia de escolha racional,

onde o capital social é produto da consequência de interesses individuais egoístas, no intuito de obter uma maior vantagem para si. A segunda compreensão do capital social, enfatiza que as relações de classes são determinadas pelas superestruturas ideológicas e pela distribuição de bens. Por fim, a terceira visão é a de que os sistemas sociais complexos são baseados na solidariedade através de múltiplos atores: “*En este modelo, el capital social es visto como uno de los activos intangibles que movilizan múltiples agentes individuales y colectivos en sus estrategias y emprendimientos*” (DURSTON, 2003, p. 150).

Outrossim, Durston (2003) divide a abordagem entre os autores que consideram o capital social um atributo do indivíduo e aqueles que atribuem o capital social como uma propriedade das estruturas sociais. Segundo Albagli e Maciel (2004), dentre as principais referências²⁸ do tema destacam-se os trabalhos de Pierre Bourdieu (1980), James Coleman (1988) e Robert Putnam (1993), autores esses que, conforme Durston (2003), partem da ideia de que o capital social é atributo dos grupos sociais, das comunidades e das coletividades. O capital social, dessa forma, é uma resposta à abordagem neoclássica de que os indivíduos agem de forma independente procurando obter um benefício próprio mediante uma escolha racional (ABRAMOVAY, 2000).

Ainda que de caráter coletivo, segundo Fukuyama (2002), o capital social é um bem privado pertencente a determinados grupos e não um bem público, constituindo o compartilhamento de normas e valores que promovem a cooperação social baseada em relacionamentos reais. No entanto, ainda segundo Fukuyama, existem fraquezas na concepção de capital social. Um problema relatado pelo autor é o de que o capital social gera certas externalidades que nem sempre podem ser positivas. Se, por um lado, o capital social em um grupo particular pode gerar virtudes sociais, por outro, lado as pessoas têm a tendência de construir uma solidariedade interna ao grupo, dispensando aqueles que estão de fora, visto que o capital social é elemento constitutivo do grupo e não atributo público:

²⁸ Segundo Albagli e Maciel (2002), alguns elementos utilizados na abordagem do capital social remontam à sociologia clássica de Émile Durkheim e Max Weber.

For example, a traditional clan or tribe in a developing country clearly constitutes a form of social capital; it will achieve greater social cooperation than a comparably sized number of disorganized individuals. On the other hand, this clan or tribe may be at war with its neighbors; it may fiercely resist the import of new technologies; or it may embody a system of social hierarchy and discrimination that prevents equal distribution of collective benefits. Simply tallying the number of such groups will provide a misleading aggregate view of the larger society's stock of social capital, specifically because the negative externalities are so pervasive. (FUKUYAMA, 2002, p. 30)

No intuito de clarificar determinadas concepções, explanamos algumas das ideias dos principais autores. Para Alejandro Portes (2000), a abordagem de Bourdieu é a que demonstra “maior refinamento teórico entre aquelas que introduziram o termo no discurso sociológico contemporâneo” (PORTES, 2000, p. 135). Segundo Durston (2003), Bourdieu vê o capital social como recurso de pessoas e grupos e conforme Ortega e Matos (2013) reforça a crítica ao individualismo neoclássico.

Em "*Le capital Social notes provisoires*", Pierre Bourdieu (1980), explica que o capital social representa recursos reais ou potenciais ligados a uma rede ou a um grupo de agentes que podem ser unidos por propriedades comuns. Estas facilmente percebidas pelo observador, ou por laços permanentes e úteis que não se reduzem à proximidade geográfica, econômica ou social, pois estão ancorados em trocas materiais e simbólicas estabelecidas através do reconhecimento de certa proximidade entre os agentes. Para Bourdieu (1980), o volume de capital (econômico, cultural, simbólico) de um agente, depende da extensão da rede de conexões que ele pode mobilizar. Esta rede é formada a partir da identificação de características ou objetivos em comum entre as pessoas. Dessa forma, a rede possibilita a multiplicação de capital dos seus indivíduos; assim, quanto maior a extensão da rede, maior o volume de capital de um membro da rede.

É importante ressaltar o conceito de capital utilizado por Bourdieu e que também é adotado pelos outros autores. Em "*The forms of capital*" Bourdieu (2011) explica que:

Capital is accumulated labor (in its materialized form or its “incorporated,” embodied form) which, when appropriated on a private, i.e., exclusive, basis by agents or groups of agents, enables them to appropriate social energy in the form of reified or living labor. (BOURDIEU, 2011, p. 15, destaque no original)

A construção do capital social se dá, no entanto, entre participantes de uma mesma classe social que possuem certas proximidades comportamentais e ideológicas, como explicam Ortega e Matos (2013):

Podemos considerar que em Bourdieu (2010, p. 67) encontramos implícita a criação de capital social a partir do conceito de “*habitus*” (atitudes, comportamentos, modos de expressão, vestimentas, concepções e disposições), uma vez que os grupos desenvolvem formas de “ser no mundo”, todas compartilhadas por indivíduos de uma mesma classe. Isto é, são relações construídas a partir de redes relacionais, geradoras de amalgamento grupal, pertencimento ou vinculação entre os agentes; além de criadoras de um envolvimento consciente e conjunto que permite o desenvolvimento participativo de todos, por se sentirem os verdadeiros criadores do sucesso atingido (ORTEGA; MATOS, 2013, p. 53, destaque no original).

Dessa forma, para Bourdieu (1980), a existência de uma rede não acontece naturalmente, ela é produto de estratégias de investimento social, que ocorrem de forma consciente ou inconsciente, orientadas à instituição ou reprodução das relações sociais que tem por finalidade multiplicar o capital individual. Os fins lucrativos, provenientes da participação no grupo, são as bases para a solidariedade, explica Bourdieu (1980), ainda que não sejam perseguidos conscientemente. Um exemplo dado pelo autor é a participação em clubes exclusivos, construídos para concentrar capital social e, por meio dele, obter o benefício do efeito multiplicador realizado pelos relacionamentos eficazes e lucros simbólicos como o de pertencer a um grupo seletivo e prestigiado.

A abordagem feita por Coleman admite que o capital social possibilita o aumento de capital humano (PORTES, 2000). Contudo, o capital social, tanto na obra de Coleman, como na de Putnam, se aproxima do uso de Bourdieu (ABRAMOVAY, 2000).

Coleman (1988) coloca que diante da dicotomia estabelecida entre a Sociologia e a Economia, onde, de um lado, o ator é visto como produto de normas sociais e, de outro, como ser movido pelos interesses individuais, agindo para maximizar seus benefícios, é preciso não ser absoluto em nenhum dos lados e congregar ideias pertinentes às duas vertentes. Outrossim, considera que qualquer uma das abordagens, se feitas de forma “pura”, apresentam erros, uma vez que as pessoas não são apenas reflexo da sociedade e nem apenas são movidas por interesses individuais. No entanto, como ressalta Coleman (1988), ainda que seja interessante conjugar análises, estas duas concepções

não podem ser utilizadas de forma absoluta simultaneamente, sendo necessário escolher uma abordagem e colocar alguns elementos da outra.

Coleman (1988) assevera que o princípio da escolha racional é importante, todavia, sem descartar o peso da organização social. Para este autor, o capital social constitui um recurso particular de determinado ator, sendo definido por essa função: “The function identified by the concept of “social capital” is the value of these aspects of social structure to actores as resources that they can use to achieve their interests” (COLEMAN, 1988, p. 101). Dessa forma, o capital social, possibilita atingir objetivos que não seriam atingidos, sem a sua presença, de forma individual (ABRAMOVAY, 2000)

Para Portes (2000), o mérito de Coleman está no fato de ter conferido visibilidade ao conceito na sociologia norte americana, pois apesar de Coleman tender para a economia, ainda confere grande peso às estruturas sociais. Segundo Coleman (1988), mesmo em um local de extrema racionalidade econômica as relações sociais afetam o desempenho econômico. Conforme Abramovay (2000), para Coleman o capital social é constituído por um conjunto de recursos, em grande parte simbólicos, que auxiliam o destino de certa comunidade. Assim, a noção dessa abordagem ajuda a perceber que os indivíduos não agem de forma independente, nem estabelecem objetivos de forma isolada através de um comportamento unicamente egoísta, pois por atrás deles há uma estrutura social de que podem dispor (ABRAMOVAY, 2000).

A noção de capital social em Coleman é também vista como uma crítica à tese neoclássica de capital humano (desenvolvida por Theodor Schultz e Gary Becker)²⁹, pois Coleman coloca o desenvolvimento do capital humano como consequência das relações sociais em comunidade (PORTES, 2000;).

Coleman (1988) especifica três formas de capital social. A primeira trata das obrigações, expectativas e estrutura de confiabilidade. Nesse tipo de capital social, a dependência entre os atores é gerada pela troca de favores e a obrigação acarretada daquela relação. Quando uma pessoa faz algo para outra, gera a expectativa da retribuição, criando um “boleto de crédito” que deve ser pago. Em sociedades onde há menor dependência entre as pessoas, a criação desses créditos é menor. A segunda

²⁹ Desenvolvida com base na concepção de Adam Smith de que a acumulação de capital humano (investimento em educação e formação de habilidades movidos pelo interesse econômico) é fundamental para o crescimento econômico.

forma refere-se aos canais de informação, onde utiliza-se do convívio social para atingir informações úteis para o interesse próprio. A terceira forma de capital social descrita por Coleman diz respeito às normas. Essa forma é muito importante, segundo Coleman, pois nela os interesses pessoais são deixados de lado em prol da coletividade. As normas podem ser tanto instituições como aspectos internalizados pelos atores sociais que facilitam o convívio na comunidade.

Tanto Coleman quanto Putnam consideram as normas como fatores importantes e colocam em questão a abordagem de capital humano dissociada das relações sociais. Contudo, enquanto Coleman procura explicar as consequências das relações sociais, Putnam parte do pressuposto que as redes de engajamento cívico são úteis para gerar desenvolvimento socioeconômico (BEBBINGTON, 2003). Assim como Coleman, Putnam é criticado por ser funcionalista em sua perspectiva e ignorar o conflito, além de não explicitar se níveis de capital social mais altos “constituem um estágio final desejável por si só, ou um meio de alcançar certos objetivos” (ALBAGLI; MACIEL, 2002, p. 7). Outro ponto de crítica, conforme Durston (2003), é que Putnam atribui demasiada ênfase em aspectos culturais e abstratos, colocando sua abordagem em uma perspectiva de “determinismo cultural”, onde os fatores históricos e culturais (*path dependence*) são os grandes responsáveis pela existência ou não do capital.

Putnam define o capital social como “features of social organization, such as networks, norms, and trust, that facilitate coordination and cooperation for mutual benefit. Social capital enhances the benefits of investment in physical and human capital” (PUTNAM, 1993, p. 2). Em seu trabalho pioneiro na Itália, Putnam sustenta a ideia de que o bom desempenho econômico, aliado a níveis elevados de integração política, eram decorrentes da acumulação de capital social. Para Putnam (1993), algumas características como tradições, engajamento cívico, eleições, leitores de jornais, membros de coral, círculos de literatura, clubes sociais e esportivos são identificados como marcos nas regiões que demonstravam maior sucesso na Itália. O que todas essas características têm em comum é o fato de serem atividades de organização comunitária. De acordo com Putnam, nas regiões ditas “cívicas” os cidadãos demonstram engajamento com questões públicas, além de as organizações sociais e políticas não estarem organizadas de forma hierárquica e sim horizontal, valorizando a solidariedade e

a participação da sociedade, o que, segundo este autor, explica o fato de encontrarem-se em melhores condições econômicas:

These communities did not become civic simply because they were rich. The historical record strongly suggests precisely the opposite: They have become rich because they were civic. The social capital embodied in norms and networks of civic engagement seems to be a precondition for economic development, as well as for effective government. Development economists take note: Civics matters. (PUTNAM 1993, p.3)

Por outro lado, incorre em uma “circularidade lógica”, tornando o capital social causa e efeito simultaneamente: “Leva, por um lado, a resultados positivos, tais como ao desenvolvimento econômico e a uma menor incidência criminal, mas a sua existência é inferida desses mesmos resultados (PORTES, 2000). Outrossim, a questão que sintetiza sua tese, é saber o motivo de alguns governos democráticos possuírem um bom desempenho, enquanto outros não, concentrando-se nos pressupostos do desenvolvimento de instituições que permitam comportamentos cooperativos (ORTEGA; MATOS, 2013).

Conforme Putnam (2001), o capital social tem duas faces, uma pública e outra privada, uma vez que o benefício gerado não favorece só o grupo, mas também o indivíduo³⁰. No entanto, ele não é propriedade daqueles que por eles são beneficiados e sim do grupo, dessa forma, ele é subproduto de uma outra atividade (PUTNAM, 1993). Ainda assim, os estoques de capital social são realimentados e cumulativos, e, assim como as demais formas de capital, os possuidores de capital social tendem a acumulá-lo cada vez mais (PUTNAM, 1993).

Essa organização comunitária, formada por redes de engajamento cívico, facilita a coordenação e a comunicação, ampliando a confiança entre as pessoas e reduzindo, simultaneamente, o oportunismo e aumentando a colaboração (PUTNAM, 1993; PUTNAM,1995). Diante disso, Putnam (2001) destaca, que a confiança não é parte integrante da definição de capital social, mas uma consequência dele, assim como o altruísmo que também não está compreendido no conceito, o qual, segundo Putnam, é um de seus resultados.

³⁰ É importante ressaltar que para o autor citado há diversas formas de capital social, presentes em desde grupos formais de trabalho até grupos informais, onde a reciprocidade pode ser desenvolvida (PUTNAM, 2001).

Destarte, essa reciprocidade, através de laços criados em rede entre as pessoas, elimina a necessidade de contratos: “both he and I are going to rake the leaves. We just do it without a contract and I don’t sue him if he doesn’t rake his leaves” (PUTNAM, 2001, p.8). Putnam considera que a colaboração beneficia a todos e explica os malefícios do individualismo em contraste ao capital social através da parábola de David Humme sobre os produtores de milho (PUTNAM 1993, p.1):

Your corn is ripe today; mine will be so tomorrow. ‘Tis profitable for us both, that I should labour with you today, and that you should aid me tomorrow. I have no kindness for you, and know you have as little for me. I will not, therefore, take any pains upon your account; and should I labour with you upon my own account, in expectation of a return, I know I should be disappointed, and that I should in vain depend upon your gratitude. Here then I leave you to labour alone; You treat me in the same manner. The seasons change; and both of us lose our harvests for want of mutual confidence and security.

O capital social, além de ser um elemento que favorece o desenvolvimento econômico, pode ajudar a formular novas estratégias de desenvolvimento (PUTNAM; 1993). É nesse sentido que trazemos tais conceitos à tona, pois são essenciais para, além interpretar estratégias de desenvolvimento, compreender como atuam as organizações investigadas e o funcionamento das relações sociais estabelecidas dentro delas. Para avançar nesse entendimento, a próxima seção apresenta o contexto empírico e revela alguns dados importantes na compreensão do cenário da ovinocultura em Jaguarão.

3. O Contexto empírico

3.1 Origem histórica de Jaguarão

Município de fronteira com o Uruguai, o marco inicial de Jaguarão³¹, se dá em fevereiro de 1802, com a instalação da Guarda da Lagoa e do Serrito, acampamento militar erguido pelos espanhóis nas margens do rio de mesmo nome, dentro de ampla zona que era objeto de acirradas disputas entre as duas coroas ibéricas³² (FRANCO, 1979; CECHIN, 1979). Os espanhóis renderam-se após um cerco montado pelo exército português, que povoou o local com seus homens. Mas, foi somente em 1812 que se passa a distribuir terrenos para moradores, até constituir-se em vila em 1832, por meio de decreto do então Imperador D. Pedro II, sendo finalmente elevada ao patamar de cidade apenas em 1855 (FRANCO, 1979).

A formação e o crescimento da estrutura urbana da cidade de Jaguarão são analisados por Martins (2002), que as divide em 4 etapas, levando em conta fatores de caráter populacional, sócio-econômico-culturais, locacionais, políticos e institucionais responsáveis pelas transformações no espaço urbano. Na primeira fase, que ocorre de 1801 até 1815, dá-se o estabelecimento de uma população no território, formada pela guarda, momento este de incipiência do comércio e da criação de gado. A segunda fase representa o crescimento da população e a grande procura por terrenos na cidade, que se deu no período do final da década de 1850, fato atribuído pelo autor citado ao fim da Guerra dos Farrapos (ou Revolução Farroupilha). O crescimento da cidade até 1870 (terceira fase), se dá em função do forte desenvolvimento da pecuária na região e

³¹ O nome Jaguarão deriva de uma antiga lenda guarani. Noeli Cechin (1979), conta que antes mesmo da cidade, o rio que por ela passa já recebia esse nome. A lenda diz que um monstro anfíbio, com corpo de lobo marinho e com dentes e patas de tigre, chamado pelos índios de JAGUA-RU ou JAGUA-RON vivia dentro do rio e alimentava-se das pessoas e de animais que por ali passavam.

³² O território onde atualmente se encontra o município pertencia, inicialmente, à Coroa Espanhola por conta do Tratado de Santo Ildefonso, celebrado no ano 1777 (FRANCO, 1979).

também das indústrias “saladeiras” (charqueadas) onde se produzia o charque³³. Por fim, a quarta fase corresponde ao período compreendido de 1870 até 1910, onde a pecuária continua como protagonista do crescimento local, no entanto, nesse período, também o comércio passa a ganhar destaque na economia local.

A pecuária é uma forte vocação da região de Jaguarão. O crescimento e estruturação inicial da cidade no século XIX, se deram, em grande parte, em função da criação de gado na região, das charqueadas locais e do fornecimento para as charqueadas de Pelotas, atividades essas exercidas por propriedades de diferentes portes e por intermédio da exploração de mão de obra escrava (MARTINS, 2002). Conforme a pesquisa de Gularte (2014):

[...] não eram apenas as estâncias de médio e grande porte que demandavam o grande contingente de mão de obra escrava presente na Fronteira do Jaguarão, mas o trabalho escravo estava disseminado entre praticamente todos os estabelecimentos rurais daquela fronteira. (GULARTE, 2014, p. 11)

Além de ser uma zona marcada pela agropecuária, Jaguarão teve, nas grandes plantações, outro dos traços marcantes. Noeli Schiller Cechin (1979), quase quatro décadas atrás, destacava a composição do território, que ainda hoje permanece com semelhante estrutura:

Possui o município grandes extensões de campos. Estes recobrem as coxilhas, formando extensas pastagens favoráveis à criação de numerosos rebanhos que tanto contribuem para a economia jaguareense. Nessa zona de campos, muitas áreas são favoráveis para a lavoura, situando-se aí, as plantações de arroz, soja, milho e outros produtos. (CECHIN, 1979, p. 20-21)

No que diz respeito à estrutura produtiva, a fisionomia de Jaguarão não experimentou grandes alterações atualmente. A atividade agropecuária segue sendo um dos grandes pilares da base econômica do município, juntamente com os setores de comércio e serviços. A produção agropecuária representa 29,94% do Produto Interno Bruto, enquanto o comércio, de maior representação, abrange 44,51% do total produzido na região (IBGE, 2015). A indústria concentra 5,57% desse montante.

³³ Carne salgada e desidratada.

As características históricas de Jaguarão, bem como os dados citados, demonstram a relevância das atividades agropecuárias para o município. Esse tradicional setor demonstra vital importância em termos econômicos, mas também em outros aspectos relacionados ao trabalho e a renda gerada por essas atividades produtivas. Na sequência, alguns aspectos econômicos e sociais da cidade são abordados de forma mais detalhada, procurando evidenciar a composição econômica local e aspectos de renda.

3.2 Aspectos econômicos e de renda

Localizado no extremo sul do Rio Grande do Sul (Figura 2), fronteira com a cidade uruguaia de Rio Branco, na área de abrangência do Bioma Pampa, o município de Jaguarão possui 27.931 habitantes, de acordo com o último censo demográfico (2010). Está inserido da microrregião da qual fazem parte também, Arroio Grande e Herval (IBGE, 2010), mesorregião Sudeste Riograndense.



Figura 2 - Localização do município de Jaguarão.
Fonte: Google mapas, 2017.

Ainda segundo o último censo demográfico do IBGE (2010), 93,4% dos habitantes de Jaguarão residem na zona urbana. A população rural, como indicam os dados da tabela 1, vem declinando sensivelmente nos últimos vinte anos. Com efeito, apenas no período compreendido entre 1991 e 2010 houve um decréscimo de quase 62% de uma população rural já bastante reduzida em termos absolutos e relativos.

Tabela 1 - Distribuição da população de Jaguarão –RS

Situação Domiciliar	População (1991)	(%)	População (2000)	(%)	População (2010)	(%)
População Rural	4.794	17,3	2.919	9,7	1.826	6,5
População Urbana	22.961	82,7	27.174	90,3	26.105	93,5
População Total	27.755	100	30.093	100	27.931	100

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE (2010).

Ainda assim, mesmo que a maioria da população esteja concentrada na Zona Urbana do município, as atividades produtivas exercidas na Zona Rural alimentam, em grande medida, a economia do município, tanto no que diz à agricultura, quanto a pecuária. Como mencionado anteriormente, a agropecuária representa 29,94% do valor do PIB Municipal de Jaguarão. Esse número se mantém nesse patamar, com pequenas oscilações, nos últimos 13 anos de acordo com série histórica do IBGE (2015). O mesmo é aplicável aos serviços que permanecem em torno de 45% (hoje com 44,51%), durante mesmo período, sendo a indústria equivalente a 5,57% atualmente.

Tais indícios revelam a importância das atividades exercidas na zona rural de Jaguarão, que a despeito do pequeno número de residentes, é bastante representativa em termos de emprego e renda. A agricultura, por exemplo, é responsável por gerar 719 empregos segundo dados do IBGE (2014). Esse número é bastante expressivo, pois representa 18% do total das ocupações do município.

Não obstante, em termos de emprego e ocupação, o comércio registra 1232 (30%) pessoas ocupadas e os serviços são responsáveis por 1920 (48%) postos de trabalho, sendo estas as atividades que mais geram emprego (IBGE, 2014). A indústria é a atividade com menor representatividade e aparece com apenas 164 pessoas ocupadas (4%)³⁴. A representatividade desses setores na composição do PIB municipal é demonstrada na figura 3, que apresenta uma série histórica de 2002 até 2015.

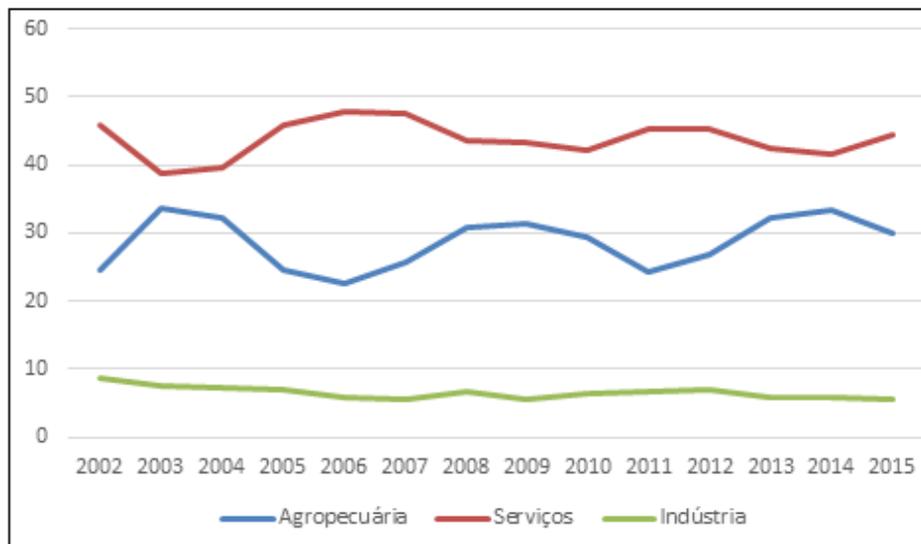


Figura 3 - Valor Adicionado Bruto por atividade econômica no PIB (%)
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE (2015)

Quando observada a renda domiciliar por pessoa, nota-se que 60% da população analisada vive com renda de até um salário mínimo *per capita*, sendo que 20% estão na faixa de até meio salário (IBGE, 2010). De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2013), Jaguarão apresentou uma melhora substantiva em termos de renda, crescendo 61,81% nas últimas décadas, passando de R\$ 381,19, em 1991, para R\$ 518,13, em 2000, até alcançar R\$ 616,82, em 2010.

Outrossim, o número de pessoas consideradas pobres ou extremamente pobres³⁵ diminuiu em Jaguarão nas últimas duas décadas. O primeiro grupo (pobres) passou de

³⁴ Dados de 2013.

³⁵ São consideradas pessoas pobres aquelas cuja renda domiciliar per capita é inferior ou igual a R\$ 140,00 (em Reais de agosto de 2010). Enquanto, as pessoas com renda de até R\$ 70,00 são considerados extremamente pobres (IDHM, 2013)

33,74% em 1991 para 10,63% em 2010, ao mesmo tempo que o segundo grupo (extremamente pobres) caiu de 12,21% para 2,75% (de 1991 para 2010). Esses dados acontecem também em função da evolução do salário mínimo, aposentadorias e das transferências sociais introduzidas por meio de políticas públicas nesse período.

Ainda assim, ao notar a figura 4, a qual demonstra a distribuição da renda por quintos da população, observa-se a manutenção da forma como essa renda é distribuída. Nessa representação, o 1º quinto demonstra os 20% da população com maior renda e o 5º quinto os 20% de menor renda. O conjunto dos 20% mais ricos sofre uma pequena redução na renda que concentram nos três períodos analisados (1991, 2000 e 2010) equivalente a, respectivamente, 61,4%, 59,6% e 55%. Enquanto isso, o quinto mais pobre também mantém seu patamar, com leve acréscimo. Possuíam 3,3% da riqueza produzida em 1991, passando para 3,6% em 2000 e 4,3% em 2010. Demonstrando que, mesmo com a expansão em termos de renda das parcelas mais pobres da população local, a concentração de renda manteve seu patamar estável, não efetivando uma redistribuição desse quadro. Em outras palavras, é o retrato da desigualdade e da concentração dos meios de produção.

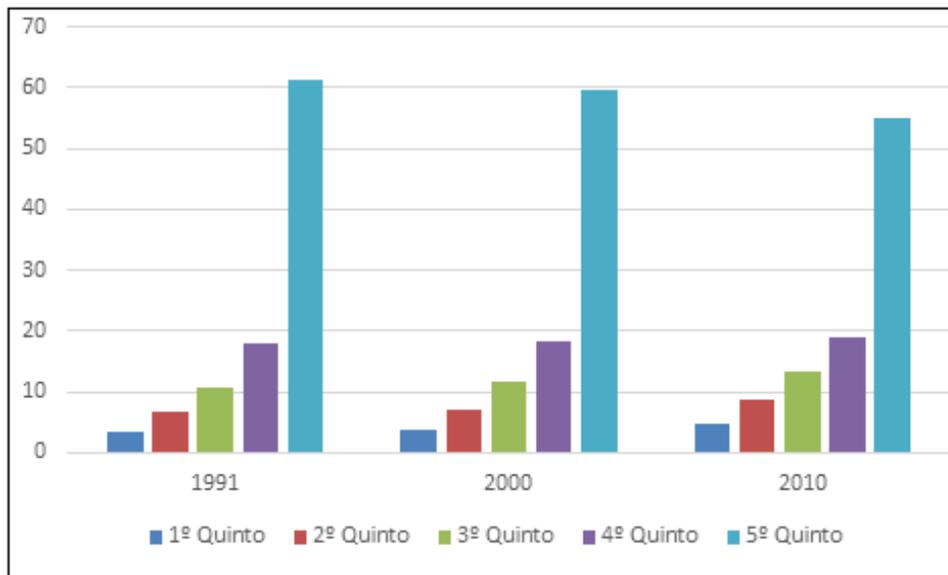


Figura 4 - Distribuição da renda por quintos da população
 Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil – Atlas Municipal de Jaguarão (PNUD, 2013).

Os dados indicados na tabela 2 demonstram que o número de estabelecimentos de caráter familiar em Jaguarão é bastante superior (65,2%) do que os de caráter não familiar. Não obstante, tais propriedades representam apenas 9,4% (Tabela 3) da área total dos estabelecimentos rurais no município, o que é bastante elucidativo em termos distributivos. Jaguarão tem uma alta concentração de terras. Os 156.111 hectares correspondente a 90% de toda área agrícola utilizada da região estão distribuídos em apenas 235 propriedades (34,8%).

Tabela 2 - Distribuição dos estabelecimentos agropecuários de Jaguarão, RS, segundo a natureza (familiar e não familiar)

Tipo de estabelecimento	Quantidade	%
Familiar	440	65,2
Não familiar	235	34,8
Total	675	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do censo agropecuário, IBGE (2006).

Tabela 3 - Distribuição da área agrícola (hectares), segundo a natureza (familiar e não familiar) dos estabelecimentos

Tipo de estabelecimento	Hectares	%
Familiar	16.275	9,4
Não familiar	156.111	90,06
Total	172.390	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do censo agropecuário, IBGE (2006).

Tais aspectos, apesar de bastante ilustrativos, não são capazes de tornar totalmente clara a situação municipal. Com o intuito de ajudar nesse debate, introduzimos algumas ponderações fornecidas pelo IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de Jaguarão que podem ajudar a reflexão nesse sentido.

3.2 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Jaguarão-RS

De acordo com Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013), “desenvolvimento humano” é um processo de ampliação das liberdades dos indivíduos, no que se refere às oportunidades e capacidades das pessoas para escolher a vida que desejam ter. O conceito é derivado das ideias dos economistas Mahbub ul Haq e Amartya Sen, este cuja concepção de desenvolvimento é utilizada nesta pesquisa.

Dessa forma, entende-se que:

O processo de expansão das liberdades inclui as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e ambientais necessárias para garantir uma variedade de oportunidades para as pessoas, bem como o ambiente propício para cada um exercer na plenitude seu potencial. Assim, desenvolvimento humano deve ser centrado nas pessoas e na ampliação do seu bem-estar, entendido não como o acúmulo de riqueza e o aumento da renda, mas como a ampliação do escopo das escolhas e da capacidade e da liberdade de escolher. Nesta abordagem, a renda e a riqueza não são fins em si mesmas, mas meios para que as pessoas possam viver a vida que desejam. (PNUD, 2013, p. 23)

Para a formação do índice de desenvolvimento humano (IDH), são levadas em consideração três variáveis (longevidade, educação e renda). Derivado do relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), o índice elaborado a partir dessas dimensões, estabelece algumas faixas de desenvolvimento, que variam de muito baixo até muito alto, onde o índice mais baixo é 0 e o máximo é 1.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Jaguarão situa-se na faixa de Desenvolvimento Humano Alto³⁶. Segundo a última avaliação feita em 2010, o valor do índice é de 0,707. Esse dado é a representação de uma efetiva transição nos indicadores analisados. Jaguarão, em 1991, detinha um índice de desenvolvimento humano baixo (0,512), passando a médio em 2000 (0,620) até chegar no patamar atual de IDHM alto. Outrossim, no mesmo período, o município reduziu o seu hiato³⁷ de desenvolvimento humano em 60,04%.

³⁶ IDHM entre 0,700 e 0,799.

³⁷ Diferença entre o IDHM do município e o limite máximo do índice (1).

A longevidade da população é a dimensão que mais contribuiu para este indicador, com índice de 0,832. A Renda, de índice 0,698, é a segunda dimensão de maior contribuição e, por fim, a Educação, com índice de 0,608. No entanto, a Educação foi o componente que mais cresceu, passando de 0,306 em 1991 para 0,608 em 2010.

Ao fazer uma comparação mais ampla, identifica-se que Jaguarão³⁸ acompanha o IDHM brasileiro no interstício analisado. Apesar do índice nacional ter crescido mais no período, os dois indicadores se mantêm próximos. Enquanto Jaguarão apresenta o já mencionado IDHM de 0,707 em 2010, o índice brasileiro é de 0,727 no mesmo período. O Rio Grande do Sul aparece com um índice geral superior tanto ao município analisado quanto ao país, com 0,746 em 2010.

Tais índices indicam uma melhoria nas condições de vida ainda que muito mais lentas do que em outras localidades do Rio Grande do Sul. Além disso, o crescimento significativo no acesso ao conhecimento (indicador de educação) é essencial para ampliação das liberdades individuais dos cidadãos, pois interfere na autoestima, na autonomia e na confiança das pessoas, além de ampliar as habilidades dos indivíduos, criando assim novas possibilidades. Também a saúde e o ambiente saudável (indicadores de longevidade) são quesitos importantes para o desenvolvimento humano e para atingir uma vida digna.

A fim de compreender melhor os panoramas gerais da ovinocultura, mais especificamente da produção de lã, no município de Jaguarão, na continuação são apresentados alguns dados dessa atividade.

3.3 O contexto da lã no município

Com 10.035.571 quilogramas de lã produzidas em 2015, o Rio Grande do Sul ocupa papel de destaque no cenário nacional, concentrando 92% de toda a produção lanífera brasileira (figura 5) de acordo com a Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE, 2015).

³⁸ Jaguarão está na posição 1.696 entre as cidades brasileiras no IDHM 2013.

O Rio Grande do Sul é o estado com o maior rebanho de ovinos do Brasil, seguido por Bahia, Ceará e Pernambuco. Nesse mesmo contexto, Jaguarão contribui, na mesma data, com de 141.600 quilos, o que representa menos de 2% da quantidade produzida nessa unidade federativa. Dentre os principais produtores de lã (em kg) do Rio Grande do Sul, encontram-se: Sant'Ana do Livramento em primeiro lugar, com 1.450.000, em segundo Alegrete com 706.386, seguido por Quaraí (524.467), Rosário do Sul (488.000) e Dom Pedrito (466.000).

Do rebanho ovino existente no município de Jaguarão, a maior parte é utilizada na produção de lã, como representado na figura 5 que estabelece a relação entre o total do rebanho e a quantidade de animais efetivamente tosquiados. Nos seis anos representados no gráfico o percentual manteve-se estável em 80% do rebanho tosquiado.

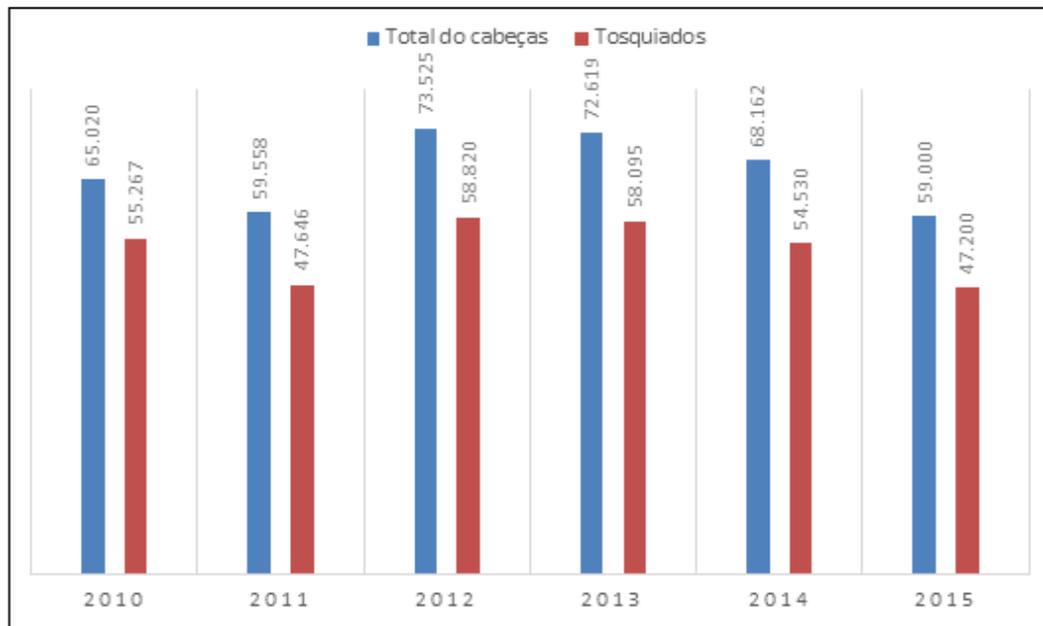


Figura 5 - Total de cabeças de ovinos vs Total de ovinos tosquiados (em Jaguarão).
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE, 2015).

Esses dados são indicativos do declínio do efetivo ovinícola. Apesar do aumento nesses dois indicadores em 2012, em relação a 2010, nos os últimos três anos indicados no gráfico tem-se uma queda contínua tanto no efetivo total como no número de ovinos tosquiados. No último ano considerado (2015) tem-se o menor número de ovinos e o

menor número de animais tosquiados. Essa queda tem a ver com a saída dos produtores da atividade e a mudança no foco da ovinocultura. Atualmente, a produção de ovinos tem como objetivo principal a produção de carne, em função da elevação dos preços pagos ao produtor, o que torna esse mercado mais atraente e rentável (IBGE, 2015)

Outro ponto interessante de se observar e que demonstra exatamente a mudança ocorrida no contexto geral da ovinocultura, é a quantidade de lã produzida (Figura 6). Este gráfico destaca o decréscimo da produção lanífera no Rio Grande do Sul por meio de uma série histórica, compreendendo os anos de 1974 até 2016.

Os primeiros anos indicados no gráfico representam a forte mudança que ocorreu no cenário da produção lanífera, face à aludida crise da lã. Esse acontecimento incide fortemente no município, que viu sua produção ser reduzida a menos de 10% (9,85%) do total produzido em 1974. Dos 1.047.000 (quilogramas) produzidos no ano de 1974, passou para 103.137, quatro décadas mais tarde, em 2016.

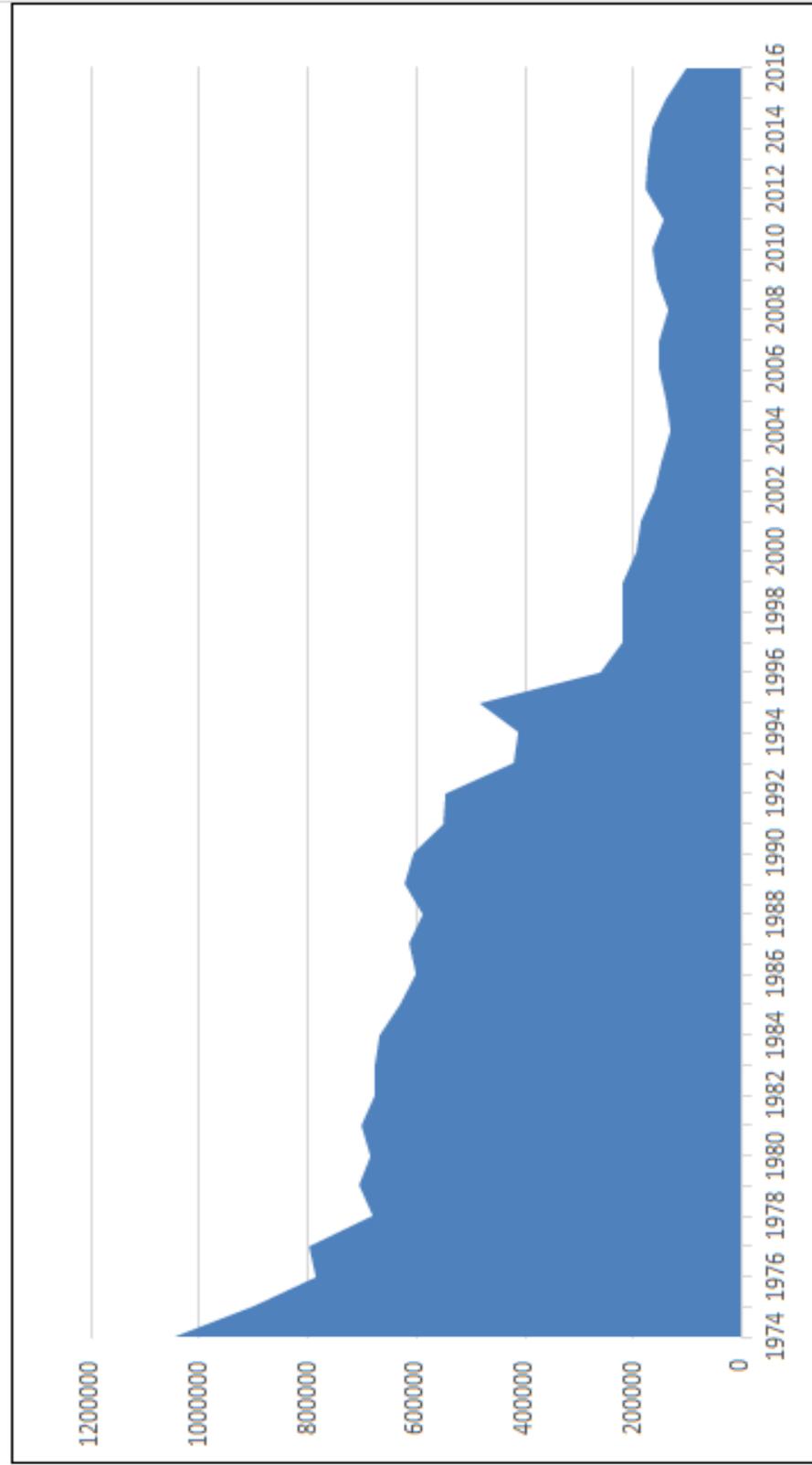


Figura 6 - Série histórica da produção de lã em Jaguarão de 1974 - 2016 (em toneladas)
 Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE (2016)

Os anos subsequentes foram árduos para os ovinocultores que viram sua atividade perder espaço mercadológico e a desvalorização do que era um dos principais produtos. Na figura 7 aparece evidenciada a evolução do valor total da produção desde a entrada em circulação do real. Pode-se observar que o valor da produção tem aumentado significativamente desde o impacto da crise da lã em termos absolutos. No entanto, o maior volume de moeda não representa um acréscimo real de valor, e sim, um efeito da inflação no período. Se transformados em valores atuais, os montantes são equivalentes. Ou seja, o montante de 400 mil reais em 1994 equipara-se ao valor de 1.8 milhões de 2015 (FEE, 2017)³⁹.

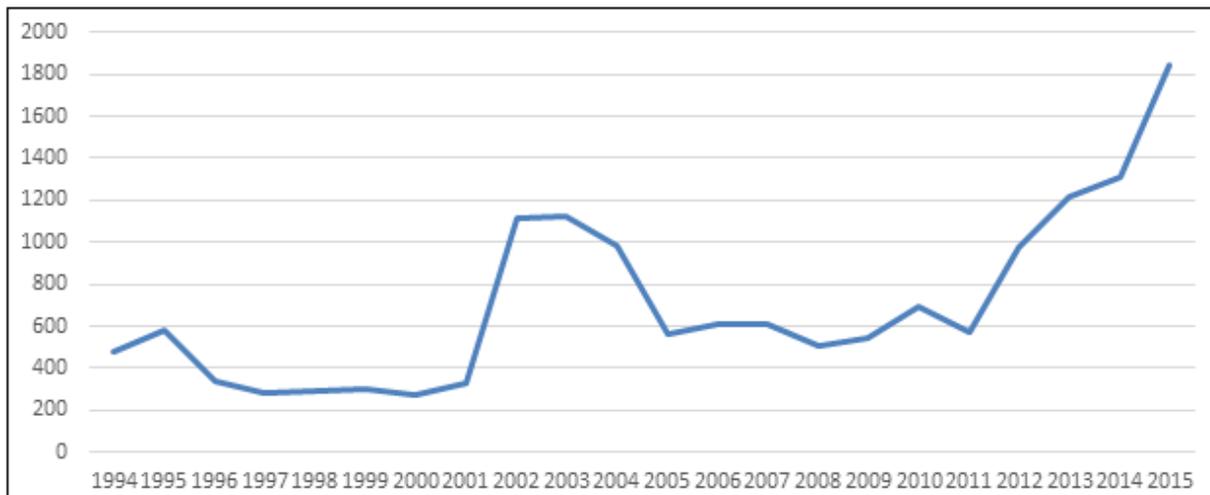


Figura 7 - Valor da produção em Reais (mil)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE, 2015).

Dessa forma, é possível inferir que o quadro geral da lã permanece sem grandes alterações nesse período, pelo menos se tratando do preço do produto da lã crua, isto é, da fibra sem processos de agregação de valor. Ainda assim, a lã representa um percentual significativo (59,56%) do total dos produtos de origem animal⁴⁰ produzidos no município (IBGE, 2016). Fato esse que enaltece a importância de se realizar uma análise

³⁹ Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul.

⁴⁰ Entre os produtos de origem animal identificados pelo IBGE (2016) estão: leite, ovos de galinha, ovos de corua, mel de abelha, casulos do bicho-da-seda e lã

sobre esses fenômenos e sobre a realidade atual da organização da cadeia produtiva da ovinocultura e da comercialização da lã e de produtos dela derivados.

Exposto o panorama local da cultura lanífera em termos produtivos, na seção seguinte entramos na análise dos dados propriamente dita. Nesta seção, serão sistematizados e analisados os dados coletados em campo por meio de entrevista. Dividida em quatro partes, a análise de dados apresenta, em ordem: **(1)** a organização do comércio de lã; **(2)** as relações sociais envolvidas nas organizações; **(3)** aspectos gerais sobre desenvolvimento, trabalho e renda e, por fim; **(4)** as percepções sobre o futuro das atividades expostas pelos atores sociais entrevistados. Esses aspectos são analisados nas duas organizações investigadas, a cooperativa de lãs e a associação de artesãos.

4. A Organização do comércio local de lã

Nesta etapa procura-se identificar as atividades produtivas locais de acordo com suas características, bem como demonstrar as estratégias de valorização de tais mercadorias produzidas pelos atores entrevistados. Vale ressaltar que as dinâmicas sob investigação são bastante distintas, tanto do ponto de vista de sua organização e comercialização (cooperativa ou associação) quanto sob o ponto de vista do que é produzido. Nesse sentido, a partir de agora procura-se evidenciar essas práticas, além de interpretá-las de acordo com suas particularidades.

Primeiramente, para compreender as diferenças fundamentais, é preciso distinguir as lógicas que permeiam essas atividades produtivas. A tipologia proposta por Benko e Pecqueur (2001) sobre recursos e ativos dos territórios é útil nesse sentido. Nas palavras dos autores “Entende-se por ativo, os fatores em “atividade”, enquanto que por recursos, os fatores a revelar, a explorar, ou ainda a organizar” (BENKO; PECQUEUR, 2001, p. 41, destaque no original).

A mão de obra não qualificada e a matéria prima não explorada são exemplos de recursos genéricos. A partir do momento em que são explorados, mão de obra ainda não qualificada e matéria prima, tornam-se ativos. Ou seja, não mudam quanto a sua natureza, mas adquirem valor comercial. No que diz respeito ao objeto sob investigação, podemos classificá-lo segundo sua forma material de duas maneiras.

De um lado, temos a lã em bruto, isto é, a fibra simplesmente, sem nenhum processo de agregação de valor. Por se tratar de uma matéria prima é considerada um ativo genérico, é facilmente transferível de um território para outro, possuindo um valor de troca relativamente baixo. Nesse caso, ativos são fatores sem diferenciação, possuem apenas um valor de troca no mercado, determinado por uma oferta e demanda quantitativa. Dessa forma, são totalmente transferíveis. Dadas essas condições, pode-se considerar a lã bruta comercializada pela cooperativa como um ativo genérico.

Na outra ponta dessa cadeia, encontra-se o artesanato feito com lã. Seu alto grau de especialização, no que diz respeito ao conhecimento envolvido, torna a transferência mais difícil e seu processo manual de beneficiamento agrega valor aos produtos.

Seguindo o exemplo anterior, a mão de obra, quando qualificada, torna-se um ativo específico. O valor do ativo específico se dá em função de seu uso e, implica um custo mais elevado de transferência em relação ao ativo genérico. Classifica-se, assim, diante da tipologia exposta, o artesanato em lã como um ativo específico. Isto é, permite que ocorra uma diferenciação, o que aumenta a dificuldade de transferência de um território para outro. Entrementes, sua emergência necessita da ativação de fatores extra mercado como redes de cooperação.

A seguir são exploradas as dinâmicas relativas a essas duas atividades. Primeiramente é discutido o comércio de lã bruta pela Cooperativa e, em seguida se analisa o âmbito da atividade artesanal.

4.1 A Cooperativa Mauá e suas estratégias de comercialização

Enquanto cadeia de valor, a produção de lã se inicia com o ovinocultor, responsável pela criação dos animais que geram a matéria prima para o artesanato de Jaguarão e para outros destinos. Sua atuação também passou por um processo de organização formal. Essa organização merece um destaque especial nos dias atuais por se tratar de uma das últimas cooperativas de comercialização de lã que ainda existem no Rio Grande do Sul, do mesmo modo que a Cooperativa de lã Tejupá, localizada em São Gabriel.

Esse processo de tentar estruturar uma cadeia produtiva por meio desta organização foi um passo importante para produtores de um município onde a ovinocultura é tradicional. Essa iniciativa visava adotar uma posição mais favorável ao próprio produtor que possuía poucas alternativas de comercialização, em geral, entregando sua lã para comerciantes conhecidos como “barraqueiros”.

Fundada em 1952, a Cooperativa de lãs Mauá surgiu com a finalidade de agrupar os produtores de lã de forma a que pudessem comercializar a lã produzida em suas propriedades de modo organizado. Um dos cooperados que acompanharam o desenvolvimento da cooperativa narra o nascimento dessa organização e sua trajetória:

A cooperativa foi fundada em 1952, né? E nessa época aí que sentiram a necessidade de se unir, né? Pra montar a cooperativa. Porque era difícil de entrar em contato com outros países pra, telex naquela época, talvez tu não conheceu. Até tinha o telex aqui há bem pouco tempo, assim só pra recordação. E aí tinha um escritório que tinha que ter uma pessoa que falasse inglês, uma pessoa que entendesse de mercado externo, né? Então dentro da cooperativa tinha todo um processo gerencial que tinha diretor, presidente, diretor comercial e o diretor administrativo, entendesse? O diretor comercial pra nós era o mais importante, porque ele que fazia toda a parte de negócio, a lã vinha e aí ele tinha que agilizar essa parte de negócio, junto com a federação das cooperativas que é a FECOLAN que fica situada em Porto Alegre. E aí através da FECOLAN vinha as normas pra se comercializar, se vender pra fora do país e aí se vendia pra tudo que é país. Aqui a cooperativa era período de setembro, outubro, que começava a safra, isso era assim...chinês, italiano, francês, alemão, isso aqui era direto. (COOPERADO 02)

Esses produtores são responsáveis por entregar a lã em bruto (figura 8), a qual é classificada pela cooperativa de acordo com seu tipo e enfardada para posterior comercialização. A lã bruta (também chamada de lã suja) trata-se do produto mais elementar, pois constitui apenas a esquila e o enfardamento desse insumo, sem nenhum outro processo de agregação de valor. A fibra é retirada da ovelha segundo dois métodos de esquila⁴¹ (a martelo, ou de modo elétrico), realizados geralmente entre a primavera e o verão, nos meses de (outubro, novembro, dezembro e janeiro).

⁴¹ A esquila a martelo é feita com tesouras e leva esse nome devido ao barulho das tesouras parecerem com um martelo. Existe também a esquila com máquina elétrica (mais moderna).



Figura 8 - Lã enfardada da Cooperativa de lãs Mauá

Fonte: Acervo da Cooperativa de lãs Mauá

Essa lã pode ser dividida em dois tipos⁴². O velo, a lã do corpo da ovelha de maior valor comercial, e o garreio, a lã da barriga e das patas, de menor valor comercial⁴³. Outros fatores, como a coloração da lã, também influenciam na comercialização da lã. A ovelha de coloração escura, por exemplo, possui pouco valor comercial na venda para a indústria, no entanto, para o artesanato é muito utilizada. Em geral, a lã é classificada de acordo com a sua espessura pela unidade de microns, quanto mais fina a lã, maior é o valor comercial (aspecto dado em função da raça do animal). Além disso, a qualidade da fibra depende tanto de fatores biológicos do animal, como raça, linhagem, genética, quanto de aspectos ligados ao manejo e os cuidados com o animal por parte dos produtores.

Além da classificação de lã, anexo à cooperativa, ainda funciona uma loja que comercializa produtos veterinários (rações, remédios, insumos, etc.) e materiais para serviços agrícolas. Dessa forma, a organização não é limitada exclusivamente a receber

⁴² Tecnicamente existem diversos tipos de categorização entre os tipos de lã, no entanto, o mais comum é fazer essa dupla diferenciação.

a comercializar a lã de seus cooperados. Apesar de ser o foco principal, ela diversifica suas atividades por meio do comércio de insumos agrícolas veterinários visando suprir os meses em que não comercializa lã.

Desde a época de sua fundação, há 65 anos, a cooperativa de lãs Mauá mantém essa mesma atividade de comercialização: adquire a lã bruta dos produtores do quadro associativo, classifica essa lã de acordo com a sua finura, vende-a para a indústria nacional ou a exporta. Se a dinâmica envolvendo o processo de comercialização não mudou desde a metade do século XX, o mesmo não se pode afirmar no caso do acesso aos mercados. Com o mercado de lã aquecido durante o período de inauguração e nas décadas subsequentes, com a lã em seu apogeu comercial, os produtores rurais que atuavam por meio da cooperativa possuíam um alcance muito mais abrangente e com maior volume de matéria prima comercializada. A cooperativa que, estava acostumada a atingir os mercados Europeu e Asiático com seus produtos, viu declinar abruptamente essa realidade:

Isso aí era uma babilônia, era um troço que movimentava que nem sei. Se exportava lã na cooperativa, né? Se enchia carreta, mandava pra o navio em...levava pro Rio Grande pra embarca em navio pra ir sei lá... Alemanha, nem sei pra onde ia, eu sei que ia pra outros países. Hoje em dia o que falta é matéria prima, e como a ovelha diminuiu, né? Então a gente não tem matéria prima pra fazer mais isso, isso que é uma pena. (COOPERADO 01)

Esses mercados já não são mais parte do destino final da produção, o único alvo de exportação, ainda restante, é o Uruguai⁴⁴, país vizinho, de forte tradição na ovinocultura e na produção lanífera. Os maiores volumes das vendas de lã atualmente se destinam para indústrias nacionais, orientadas principalmente para os estados de São Paulo e dentro do Rio Grande do Sul. O cooperado 02 relata sua vivência na transição do cenário da lã, não só no que diz respeito à cooperativa de Jaguarão, mas no estado como um todo:

Mas das cooperativas de lã que tiveram no estado do Rio Grande do Sul, em torno de 20 ou 30 cooperativas, tem duas hoje. Uma é de Jaguarão, a cooperativa Mauá e outra de São Gabriel, parece que é. Tinha uma em Bagé, Cobagelan. Então a gente tinha, os municípios tinham cooperativas fortes. Era Santana do Livramento, Alegrete, municípios grandes tinham cooperativa e foram tudo, os rebanhos eram maior. Atualmente é entrega nas cooperativas. Por

⁴⁴ Atualmente está em curso um processo bastante incipiente de reinserção na exportação para o Uruguai.

exemplo, os produtor daqui entregam pra cooperativa a lã pra ela vender pra indústria. Ela enfarda a tua lã da tua propriedade, a minha, de todo mundo, junta. Quando faz uma carga de caminhão manda pra uma indústria dessas, tem a Paramount, tem a Lanifício de Sapucaia do Sul, a Paramount se não me falha é em Santana do Livramento. São indústrias que vai pra São Paulo, tem filiais. Vai pra indústria pra lã ser lavada, pra ser fiada e vendida e exportada, entendesse? [...] houve anos que a cooperativa deitava e rolava. Tinha dinheiro em caixa pra comprar tua lã à vista, à vista tinha um preço, com 30 dias tinha outro, mas comprava e pagava todo mundo e ela vendia horrores de quilos de lã e ganhava em cima disso aí, né? [...] Então nos bons tempos as cooperativas de Jaguarão, de Bagé que eu conheci e fiz estágio, e a de Pelotas que eu também conheci, tinha produtor de Jaguarão que morava em Pelotas e eu costumava ir na cooperativa de Pelotas, eram fortíssimas, tinha de tudo. (COOPERADO 03)

A realidade atual contrasta com os relatos saudosistas da época “boa” da cooperativa, face o dissabor da situação atual em que se encontra o contexto geral da ovinocultura de lã, com a queda acentuada do valor da lã e, em consequência, do tamanho dos rebanhos.

Em seu auge, com grande volume de comercialização, a cooperativa chegou a ampliar seu patrimônio para fora dos limites do município de Jaguarão, detendo prédios em outros municípios vizinhos como Herval e Arroio Grande para armazenar as fibras. Seu patrimônio, que aos poucos foi sendo diluído para sanar as sucessivas dívidas contraídas, compreendia, na cidade de Jaguarão, a extensão de um quarteirão inteiro (Figura 9):

O armazém ali era fortíssimo, o armazém deles era muito forte. Bah, a cooperativa, nos tempos do tio, era uma potência, era a quadra toda. Aquele pavilhão era atochado, aquele ali onde era a total, aquilo ali era atochado de lã até o teto. O depósito onde é o casarão ali, ali era o depósito da lã que pegava quando chegava os fardo de lã que depositavam ali. Aquilo era cheio até em cima. (COOPERADO 05)

Hoje reduz-se a menos da metade desse espaço. Também contava com um armazém onde os produtores compravam diversos produtos (alimentos, produtos veterinários, etc.). Atualmente ainda mantém a loja veterinária mencionada anteriormente, que, por conta da sazonalidade da lã, se faz necessária para manutenção da cooperativa durante o resto do ano.



Figura 9 - Quarteirão ocupado pela Cooperativa de Lãs Mauá
 Fonte: Acervo da Cooperativa de Lãs Mauá (2012)

Conforme o Cooperado 02: “Naquela época as pessoas compravam tudo com o dinheiro da lã, mantinham a fazenda, a propriedade, comida, roupa, da lã, saía pra toda propriedade”. A fala do Cooperado 05 corrobora esse entendimento:

E na cooperativa tinha um armazém, tu tinha por exemplo, como é, uma ficha. E ali tu tinha tanto, eles te davam tanto de crédito, eles botavam naquela ficha pro armazém tanto de crédito e aí tu ia comprando uma cebola, um arroz, uma farinha, um doce, o que tivesse lá. Fumo pra levar, erva, coisa de armazém tudo. E aí descontava na ficha, botava as nota ali, descontava ali, tinha crédito. E aí ia diminuindo teu saldo. Pagava com a lã, todos os anos tanto por cento, vamos dizer 30%, 40% da lã, ia pro armazém. Tu tirava remédio pra banho, tirava remédio pras ovelha, tudo ali. O custeio lá de fora todo era com a lã. Comida pra nós aqui na cidade, a comida lá fora, tudo com o custeio da lã. (COOPERADO 05)

A vertiginosa queda da lã em quantidade e valor, muito em função da entrada dos tecidos sintéticos e da subvalorização da lã natural foi responsável por mudanças significativas no panorama geral dessa atividade O Cooperado 01 comenta esse momento de transição iniciado na década de 1980 e sua inclinação em enxergar a carne como o principal produto da ovinocultura nos dias de hoje, no mesmo sentido apontado por Viana, Waquil e Spohr (2010):

Até a década de oitenta era uma vida, a ovelha da década de oitenta pra cá mudou tudo. Da água pro vinho. Só que lá na década de oitenta, como é que eu vou te dizer, o principal produto da ovelha era a lã. Hoje em dia pra mim a lã já é quase que um subproduto, eu acredito muito mais na carne do que na lã. Porque depois que entrou o sintético, o fio sintético mudou muito. Então, tem comércio pra lã, sempre vai ter, porque não tem... é um produto, mas aí é uma questão de mídia, que é um produto biodegradável, não polui, entendesse? [...] mas aí teria que ser uma mídia pra ti fazer, hoje em dia acho que é muito difícil, até pela produção, diminuiu muito, os rebanho antigamente eram dos grandes fazendeiros que tinham, hoje em dia tá na mão dos pequenininhos, tudo mudou né? (COOPERADO 01)

Com uma inovação de produto com as fibras sintéticas essas novas mercadorias passam a se alastrar por outros territórios subjugando as técnicas antigas. Nesse sentido, Milton Santos (2006) observa que nas sociedades antigas existiam tantos sistemas técnicos quanto eram os lugares e os grupos humanos; cada local detinha suas próprias técnicas. Ao longo da história, à medida que começaram as trocas entre os grupos, acabaram impondo-se certas técnicas e processos sobre outros: “Entre aceitação dócil ou reticente, entre imposição brutal ou dissimulada a escolha é, entretanto, inevitável” (SANTOS, 2006, p.123). Dessa forma, conjuntos inteiros ou pedaços de técnicas são incorporados a outros pedaços, transformando os antigos, instalando-se no território e formando um sistema com as técnicas preexistentes.

Sob o mesmo ponto de vista, é interessante observar o impacto dessa transição na organização em questão. Um dos entrevistados coloca que a transição para a produção de vestuário com fibras artificiais encurta o alcance de fornecimento da cooperativa: “[...] a indústria que trabalha com tecidos e com sintéticos deixa de comprar tua lã pra fazer um artigo, um tecido sintético duas vezes mais barato que a lã, então, não querem nem saber da lã” (COOPERADO 03). Segundo sua perspectiva, além da queda do preço da lã, o interesse da própria indústria têxtil em migrar para novas técnicas de produção impactou nas possibilidades de comercialização.

Ainda assim, mesmo com as mudanças ocorridas, a dinâmica local, com evidente decréscimo de valor e quantidade, ainda se mantém. Benko e Pecqueur (2001) sinalizam, nesse sentido, que: “Contrariamente às predições mais sombrias, os 'territórios' com suas especificidades não são apagados sob os fluxos econômicos da mundialização” (p. 38, aspas no original)

Os problemas vividos hoje em relação à comercialização de seus produtos não se devem, exclusivamente à inflexão na demanda e nos preços, causados pelo mercado de fibras sintéticas. Os últimos anos têm sido penosos para a organização na visão dos cooperados. Durante o ano de 2016 a cooperativa não conseguiu fazer exportações e atuou apenas no mercado interno, pois, com problemas de gestão e de capital de giro tem pouca capacidade de absorver grandes quantidades de lã. A falta de dinheiro para comprar os velos dos produtores associados acarretou em uma dependência momentânea da venda da produção para a indústria nacional, ficando assim refém de um único comprador em um período recente. Esse dilema foi relatado pelo Cooperado 02 nos seguintes termos:

A gente exportou, esse ano a gente não exportou, mas a gente tá vendendo muito pro mercado interno por falta de capital de giro, né? A gente não tem capital de giro. Se tivesse capital de giro, porque como essa concorrência que eu te falo desse barraqueiro que usa o celular, que tem dinheiro, vai lá e compra na bolsa, paga à vista e a gente não tem esse recurso. Então ele nos ganha e aí não tem, se a gente tivesse capital de giro pra comprar essa lã e formar os lotes e exportar, aí ganharia muito mais dinheiro. Mas no momento a gente tá vendendo pra uma empresa brasileira que nos antecipa o dinheiro, ela ... 'ó vou antecipar pra vocês 200 mil reais, vocês vão comprando lã pra mim' e a gente fica meio que preso nesse ciclo aí, mas é basicamente isso. (COOPERADO 02)

No atual momento em que vive a cooperativa as quantidades de lã comercializada constituem uma soma de pouco volume e com queda acentuada de quantidade como relata, de forma ilustrativa, o Cooperado 03: “Vamos dizer assim, recebia 500 mil quilos de lã, no ano seguinte recebeu 400 mil quilos, no outro 300 mil quilos, cada vez mais diminuía a quantidade de produtor entregando a lã pra cooperativa”. No mesmo sentido, o Cooperado 04, relata essa redução: “O ano passado [2016] a cooperativa aqui recebeu 169⁴⁵ mil quilos de lã, mas é muito pouco. É pouco”. Diante do seu baixo valor agregado, é necessário que se venda em grandes quantidades para obter retorno.

Outro fator que dificulta a compra da matéria prima dos pecuaristas é a existência dos “barraqueiros” (atravessadores). Os recorrentes problemas de caixa do sistema cooperativista (GIMENES; GIMENES, 2008) impossibilitam a compra à vista da lã dos

⁴⁵ Além do município de Jaguarão, os municípios de Arroio Grande, Herval, Pedro Osório, Pedras Altas e Pinheiro Machado fornecem lã à cooperativa. De acordo com o sistema Sidra do IBGE, a produção de lã nesses municípios no ano de 2016 foi, conjuntamente, de 773.584 quilos de lã. Um número muito acima do absorvido pela cooperativa que representa apenas 21,86% desse total.

ovinocultores. E, assim, abre-se margem para que atravessadores surjam para ocupar esse espaço.

A pujança do pagamento imediato, por parte dos barraqueiros, acaba por minar a capacidade da cooperativa de adquirir (e, conseqüentemente de vender) grandes volumes de lã. Esse contraste entre a atuação oportunista dos barraqueiros e a situação vulnerável da cooperativa é um dos principais conflitos que permeiam esse espaço. Há uma constante disputa entre essas duas frentes. Conforme menciona um dos produtores entrevistados: “Tem, tem todo tipo de coisa nessa área aí. Barracas que são mais tradicionais que as cooperativas, as cooperativas perderam muito espaço” (COOPERADO 04).

Além do pagamento à vista, muitas vezes o preço oferecido pela barraca é melhor do que aquele ofertado pela cooperativa, acrescentando motivos para o produtor percorrer um caminho oposto à ação cooperada. Por outro lado, como exposto durante uma entrevista, o preço é também, de certa forma, balizado pela cooperativa:

Alguns produtores se queixam que além de eles não conseguem vender por um bom preço apesar de ser uma cooperativa né, por que qual é a ideia da cooperativa? Que eles possam reunir todo esse produto e vender por um preço maior, juntar um volume maior e vender por um preço melhor e alguns produtores alegam que não, que eles não conseguem vender por um preço melhor, que muitas vezes vai um barraqueiro que eles chamam, que é a pessoa que compra direto na propriedade e paga à vista, né? Só que aí tem aquele risco né, no momento que não tiver a cooperativa que nivela o preço, será que o barraqueiro vai pagar à vista aquele preço? Com certeza o preço vai cair lá em baixo. É uma coisa que sempre houve né, é difícil e têm vários produtores que entregam. (EXTENSIONISTA DA EMATER)

Nesse sentido, o produtor que precisa do dinheiro da produção de lã é coagido a entregar a sua lã para a barraca, pois a necessidade não permite que espere a cooperativa ter caixa para pagá-lo. O Cooperado 01 chama atenção para o fato também da existência de um comércio ilegal paralelo, bem como do contrabando de lã para o Uruguai:

É difícil, uma que tem muito contrabandista, os cara compram muita lã. Os cara vem, botam o dinheiro em cima da bolsa de lã lá que tu tá esquilando, os cara já passam pro outro lado do rio, isso é a coisa mais comum que tem. Fica difícil e a cooperativa tem que ter tudo certo, os impostos certo, aí é mais complicado, né? Mais burocrático digamos, pra se negociar. E aí as pessoas não... muita gente não... preferem só chegar ali, pegar o dinheiro, o cara leva a lã e tá tchau, não precisa mais nada. Sócios, isso que é uma pena. (COOPERADO 01)

Por outro lado, na visão de alguns produtores locais, é frágil o espírito cooperativista por parte de muitos dos associados. Isso é evidente no caso de sócios que vendem seu produto para o barraqueiro em vez de entregá-lo à cooperativa. Dessa forma, enfraquece-se um dos pilares fundamentais desse tipo de organização, que é o trabalho em conjunto e o compromisso recíproco de manter viva essa estrutura associativa:

Olha, o sócio, vamos dizer assim, é quem manda na cooperativa. Mas o sócio andou um pouco arredio à cooperativa. Agora tá retornando, tá mais participativo e nós estamos estimulando isso daí, procurando estimular. Porque sem a participação do sócio nenhuma cooperativa vai pra frente. (COOPERADO 04)

Os comportamentos oportunistas, bem como a desconfiança dos cooperados apontam alguns problemas evidenciados por Putnam, quando trata das chamadas regiões “não-cívicas”. Segundo este autor, a desconfiança entre os atores leva à ação egoísta que coloca o interesse do indivíduo acima do interesse coletivo:

As relações de confiança permitem à comunidade cívica superar mais facilmente o que os economistas chamam de "oportunismo", no qual os interesses comuns não prevalecem porque o indivíduo, por desconfiança, prefere agir isoladamente e não coletivamente. (PUTNAM, 2009, p. 103, aspas no original)

Em verdade, mais de meio século transcorrido desde sua criação não acarretou muitas mudanças significativas nas estruturas que comandam o comércio de lã local. Os problemas vivenciados hoje são os mesmos do passado. A atuação dos barraqueiros é um reflexo das fragilidades do setor e conjuntura geral da lã. A mudança mais significativa se dá na quantidade produzida e na capacidade de comercialização organizada dessa produção, que enfrenta dificuldades não só financeiras, mas também de inovação e cooperação. Não obstante, o fato de o comércio ter perdurado, nos mesmos, termos durante tanto tempo, convivendo com tais problemas, também demonstra um outro lado: a significativa força da lã enquanto mercadoria. As tentativas de qualificação desse produto podem emergir, em um cenário distinto, novas possibilidades. A passagem por um processo de reestruturação se faz necessária à medida que novos caminhos podem significar a superação de antigos problemas. Esse processo, ainda incipiente, é analisado na sequência.

4.2 No afã de um novo tempo: perspectivas para os ovinocultores

Tendo em vista o estado em que se encontra a organização, foi possível perceber a convicção do atual Conselho de Administração⁴⁶ da necessidade de que ocorram mudanças para que a cooperativa resista. As drásticas transformações que ocorreram no cenário da ovinocultura já estão assimiladas pelos produtores locais. O baixo volume de produção não se trata de um estágio em mutação do contexto do comércio de lã, mas sim uma nova etapa já estabelecida. O momento exige novos esforços e novas práticas no sentido de resistência da cooperativa de lãs que, muito embora esteja enfrentando dificuldades, precisa encontrar novos meios para se reerguer.

Em um dado momento, foi cogitado incluir processos de agregação de valor e beneficiamento da lã. Mas essa iniciativa foi freada pelas elevadas barreiras de entrada que dificultam essa iniciativa. Questionado sobre a possibilidade de fabricar o fio de lã internamente, a seguinte resposta foi dada por um dos respondentes:

Não, ela não faz, ela teve quase por fazer. Ela não faz porque a estrutura tem que ser muito grande. Tu tem que ter uma açude, tens que tratar essa água nesse açude. Porque tu tem que receber a lã, classificar por finura, lavar essa lã e tens que tratar toda essa água. Então precisa ter uma estrutura muito grande.
(COOPERADO 03)

A busca por outros mercados também não acontece pelo fato da especialização produtiva e a cultura histórica dos produtores rurais nessa prática não anima iniciativas diferentes em termos de produção. Não se pode dizer que não existam possibilidades de melhorias ou vias de acesso a investimentos. Com um projeto de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a cooperativa adquiriu, recentemente, um caminhão para buscar a lã na propriedade dos produtores rurais, bem como uma prensa hidráulica. Nesse sentido, há disponibilidade de recursos para a organização, no entanto, os movimentos são no sentido de fortalecer as mesmas práticas.

⁴⁶ A pesquisa de campo foi aplicada um mês após a troca do conselho de administração da cooperativa.

A inclusão de novos processos de beneficiamento poderia agregar valor e expandir oportunidades de comercialização. Ainda mais, em se tratando do fio de lã artesanal, isto é, sem processos de lavagem industrial. Nesse caso, enquanto um quilo de lã bruta tem seu valor variando de 5 até 20 reais (em casos excepcionais), a mesma quantidade de fio de lã natural beneficiada (lavada e fiada) pode custar mais de 200 reais o quilo, um aumento significativo no preço de venda. Esse caso é citado pela extensionista da Emater entrevistada, quando exemplifica o caso da importância da produção de fio pelas artesãs e fianderias locais:

Ela é bastante importante. Ela é importante no sentido de aproveitamento de um produto que é a lã né, que é um produto que tem altos e baixos, às vezes ele tá valendo bem, às vezes não tá valendo. Então é uma forma de tu agregar valor no produto, tu vê que um quilo de lã eles estavam comercializando na cooperativa em torno de 10 reais mais ou menos por aí, o quilo de lã branca. E elas com menos de um quilo de lã, um quilo de lã lavada e fiada, tá em torno de 120, 140, 160 reais. Fiada só tu pegar aquela lã que tu comprou por 10 reais, que tu fez o fio fininho, que tem que ser pra crochê, na roca, ela já agrega um baita valor. (EXTENSIONISTA DA EMATER)

A lavagem é o primeiro processo pelo qual passa a lã suja com destino à produção do fio de lã. Esse é um importante ponto que diferencia a lã natural utilizada no artesanato da lã lavada industrialmente, pois, no processo artesanal, a lavagem se dá apenas com sabão, não existindo a adição de produtos químicos como no processo industrial.

Utilizar novos processos de agregação de valor e diversificar os canais de comercialização da cooperativa, mesmo que com técnicas de produção antigas, poderiam ser benéficos no sentido de atrair um retorno maior para os produtores rurais que ficam reféns da sazonalidade do mercado de lã. Obviamente que a produção de fio manualmente não permite uma grande escala de produção, mas ainda assim, o alto valor do fio de lã pode compensar, em parte, a baixa escala de produção, além do aproveitamento de um conhecimento local que está disponível e sendo subutilizado.

Nesse sentido, a manutenção da atuação comercial exclusivamente por meio de ativos genéricos não dá margem a muitas possibilidades de diversificar seu rol de atuação. Sendo assim, também ficam expostos à volatilidade do funcionamento do mercado de lã bruta narrado por um dos entrevistados: “[...] é engraçado, assim, a questão da lã, porque ela tem uns picos de 5 anos, depois cai 5 anos, depois sobe de

novo 5 anos”. Além de o período de produção efetiva ser de apenas 3 a 4 meses, no caso da lã em bruto.

Contudo, embora essas alternativas tenham sido descartadas haja vista as dificuldades encontradas, uma nova opção surge no momento atual. A alternativa encontrada pelo atual Conselho de Administração para agregar valor à lã e romper com as antigas práticas consiste em implantar uma inovação no processo de classificação e enfardamento da lã. Nesse caso, estratégia de valorização fica a cargo de uma melhor qualificação dessa matéria prima.

Com efeito, a cooperativa de lãs, sob a regência de atual gestão, busca se posicionar dessa forma, agregando valor ao seu produto através de uma elevação em termos de qualidade. Esse movimento consiste essencialmente em modificar o método de armazenamento da lã. No método tradicional de embolsar a lã, diferentes velos são misturados, colocados em um saco e prensados. Esse processo gera contaminação, conforme relata o cooperado 04:

Todo o processo da lã, ele era um processo onde você na hora de você esquilar o rebanho, retirar a lã. Você comprava um fardo, né? Você comprava um cordão pra atar o velo. Então você tira o velo da ovelha, enrola ele, amarra ele e depois você embolsa. Esse era o processo, você socava aquela bolsa e vinha aqui pra cooperativa. Bom, o que que acontece? Quando você manda essa lã pra indústria, a indústria quer uma lã que seja padrão. Ou seja, que toda a lã seja do mesmo tipo. Então quando você chegava aqui, pegava, cortava todo o fardo, botava fora o fardo, botava fora o cordão e aí procurava todo aquele velo de novo. Só que no fato de socar, você mescla um velo com o outro, então surge uma contaminação. Ou seja, você mistura mechas de um velo corriedale, com um velo de merina, com um velo de romi, se junta tudo. E mesmo que você tenha um processo de classificação passando na mesa, é quase impossível pra pessoa, o classificador, fazer uma classificação que possa garantir a pureza daquele tipo de lã. (COOPERADO 04)

Além disso, o espaço onde é embolsada a lã também pode gerar um outro tipo de contaminação, misturando os fios sintéticos da bolsa com o velo, depreciando, dessa forma, a qualidade da lã:

[...] porque a gente tem um problema nas lãs que é a contaminação por fio sintético, polipropileno, qualquer desses fios de nylon e isso quando entra, me entregam pra mim a lã aqui e ela vem, colhem lá da ovelha e botam num saco e aí na hora de eu separar ali passa algum fiapinho naquele saco, aí vai pra máquina lá onde faz o fio, mistura e aí na hora de onde fez o tecido fica aquele fio misturado e aí quando eles fazem o tingimento aquele fio ele não fica bem tingido

como a lã, ele já tem uma falha e a qualquer momento ele também vai abrir ali.
(COOPERADO 02)

A inovação, com implantação em curso, modifica o método como esse processo acontece. O produtor tem a sua lã classificada na propriedade e os velos são embolsados individualmente com um material que não oferece risco de contaminação. Dessa forma, não há nem a contaminação por parte do contato com um velo de uma outra ovelha e nem na mistura com alguma fibra sintética que se solta da bolsa onde o velo é colocado.

A partir desse novo processo, que nós instituímos, cada velo de lã, ele é armazenado em uma embalagem plástica. E aí ele é separado nessa embalagem plástica na propriedade. Nesse momento, quando conclui-se a esquila, o produtor entra em contato conosco, nós vamos lá, classificamos a lã e aí já ela é embalada classificada. Ou seja, aquilo que vai pra aquele fardo é daquele tipo único. Cada coisa no seu devido lugar. Não há contaminação. Aí você pode atestar pureza da lã. Aí é pesado na propriedade, é preenchido o detalhamento dela, com a classificação e já fecha todo o pacote ali. Essa lã vindo pra cá já classificada, o fardo vai direto pra prensa, ela é prensada, é todo um tipo só e aí você já exporta ela ou manda ela embora, comercializa ela com pureza.
(COOPERADO 04)

Esse processo criaria as bases para atestar a pureza da lã e criar, futuramente, um sistema de certificação, com base em alguns parâmetros, atribuindo valor à fibra:

[...] Olha, isso pode nos agregar um valor que pode no futuro ir dependendo, dessas lãs mais nobres, de 30 centavos de dólar em quilo a 1 dólar a mais em quilo, a mais. Porque quando você vai fazer um trabalho, quando ela vai pra um tecido, tem uma diferença muito grande entre uma lã corriedale por exemplo e uma lã merina. Uma é extremamente fina, a outra é bem mais grossa. Então, na elaboração de um tecido isso faz diferença, faz diferença. [...]. Então ao vender uma lã com 100% de pureza, você tá vendendo a qualidade que vai dar qualidade ao tecido. (COOPERADO 04)

Tal processo, permite um aumento do valor pago mediante o aumento da qualidade atribuída ao produto. Ainda é preciso trilhar um caminho na implementação desse método, mas a especificação desse ativo pode gerar reflexos positivos para os produtores. O processo de certificação é um passo importante na adequação da organização a um cenário onde os compradores tornam-se mais exigentes. A expectativa de uma reestruturação pautada em cima da dinâmica da qualidade e por mecanismos mais modernos, como o processo de certificação, parece ser um caminho interessante corroborando uma tendência global vista nos produtos agroalimentares e que é incorporado por outras esferas (SATO, 2009; NETO, *et. al*, 2016).

Esse tipo de estratégia exige a colaboração dos sócios, tratando-se de uma proposta que precisa ser acolhida pelos cooperados. Mais do que o simples processo de certificar e atestar a pureza do velo de lã, a rede de associados precisa sustentar essa prática:

A partir do momento que nós estamos criando um programa pra lã, que busca certificação pro ano que vem, aí sim. O produtor vai se inserir dentro de um programa, que ele vai ter que cumprir aquele programa de limpeza, de cuidado com o ovino até a hora da esquila. (COOPERADO 04).

A construção de regras e de uma cultura de proximidade geográfica e cultural por meio da reciprocidade são combinações que permitem esse tipo de construção social (BENKO; PECQUEUR, 2001). Esses são recursos complementares que dão suporte às estratégias voltadas para a valorização de ativos específicos. Por outro lado, essa proposta brota de cima para baixo, ela parte de uma leitura da atual gestão e tendendo a se impor sobre os demais produtores, ainda que possa encontrar certa resistência. Conforme Putnam (2009, p. 185) “Um sistema vertical, por mais ramificado e por mais importante que seja para seus membros, é incapaz de sustentar a confiança e a cooperação sociais”.

Comportamentos oportunistas e o contínuo desvio do insumo para ser vendido junto aos barraqueiros podem dificultar o florescimento desse processo. A venda para a barraca de lã não exige um cuidado especial e, por conseguinte, não contribui para elevar o padrão de qualidade, senão justamente o contrário. Assim, essa inovação também pode encontrar resistência por parte dos produtores, caso estes não consigam enxergar nessa iniciativa a oportunidade de benefícios futuros.

Não obstante, a certificação também pode funcionar como um processo de exclusão para aqueles produtores que tenham dificuldade de se adaptar a uma nova rotina e imposição de novas métricas (BRUCKMEIER; TOVEY, 2007). Esse processo pode tornar-se um “bem de clube” como coloca Sacco dos Anjos (2016) ao tratar sobre a questão das Indicações Geográficas.

Nesses termos, o impulso de aproximação proposto pelo processo de certificação tem seu revés na forma de afastamento dos produtores, no aumento dos conflitos entre aqueles que participam e os que estão excluídos do processo, além de poder

marginalizar os produtos não certificados em contraponto aos que detêm um selo de qualidade.

Por fim, uma outra iniciativa que se inicia e foge da dinâmica da lã, é a abertura da cooperativa para qualquer tipo de produtor rural, não necessitando ser exclusivamente produtores de ovinos. Já instaurada no estatuto e com outros tipos produtores associados, resta ainda a cooperativa atuar positivamente em outras frentes, pois apesar de abrir seu quadro para outros pecuaristas e agricultores, ainda não concretizou ações nesse sentido (falando em termos comerciais). Novos produtores já são membros do quadro associativo da organização, mas sem que isso tenha algum efeito prático até o momento.

Dando sequência à análise exploramos as questões organizacionais e comerciais relacionadas ao âmbito da Associação dos Artesãos.

4.3 A Associação dos Artesãos e o comércio de artesanato em lã

Em Jaguarão o ofício de artesã utilizando a lã ovina é uma atividade secular⁴⁷. Embora seu relativo reconhecimento a nível municipal e até estadual tenha crescido nos últimos anos por conta da maior projeção que seus trabalhos tomaram em feiras e exposições, a atividade exercida pelas artesãs é tradicional na região.

Antes de prosseguir é essencial estabelecer um entendimento comum do que estamos chamando de artesanato em lã. Nesse sentido, quando nos referimos ao crochê, ao trabalho com tear, ou até mesmo ao processo de produzir o fio de lã manualmente, estamos nos referindo a um leque de operações atinentes ao artesanato. Ainda assim, nos momentos oportunos, a explicação quanto ao trabalho específico a que se está fazendo referência virá à tona, a fim de não prejudicar o entendimento do leitor.

⁴⁷ É difícil estabelecer um marco e precisar o início desse ofício, uma vez que ele é passado de geração em geração. Algumas das entrevistadas mais idosas relatam que trabalhos desse gênero já eram feitos por suas mães, que também aprenderam com seus ancestrais.

De modo geral, essa prática está fortemente enraizada no ao mundo rural, haja vista que tem seus antecedentes ligados ao tempo das estâncias pampeanas. Em boa medida remonta ao caso de senhoras que também eram produtoras rurais, mas que começaram a desenvolver outras atividades em paralelo, elaborando essas peças em suas próprias casas. Com a lã produzida pelas ovelhas criavam boinas, casacos, ponchos e outros tipos de roupa que serviam para vestir seus familiares no campo e também para vender “para fora”.

As artesãs que constituíram a associação, em sua maior parte, aprenderam quando eram ainda muito jovens, seja no fazer o fio de lã, praticar o crochê ou a trabalhar no tear, mantendo esse ofício ao longo de suas vidas. Mas sempre de maneira isolada ou no âmbito doméstico, de modo desvinculado de uma organização mais formal que reunisse outras artesãs. Com o tempo passaram a sentir necessidade de formar um grupo para que pudessem se ajudar mutuamente e cooperar tanto para vender seus trabalhos como para ensinar outras pessoas. Inicialmente constituíram um grupo informal, reunindo artesãs com as quais mantinham vínculos de amizade. E foi assim que tomaram a iniciativa de constituir formalmente uma organização:

Depois do grupo aí começaram a nos incentivar de fazer...Primeiro era uma cooperativa, aí nós corremos atrás e a cooperativa tinha mais burocracia, não é? Eu sei lá como é que é, só sei que tinha mais burocracia, então optamos por fazer uma associação e aí fomos juntando uma daqui, outra dali e aí formamos a associação. (ARTESÃ 08)

A Associação dos Artesãos de Jaguarão inicia sua caminhada formalmente em 2004, através de um grupo de quatro mulheres com o foco principal de produzir o artesanato em lã. Apesar do enfoque dado em lã natural pela organização, o grupo estendeu o convite para a participação de artesãos voltados a outros artigos além da lã. O objetivo era unir todos que tivessem interesse em atuar de forma organizada com artesanato. Os artigos são produzidos essencialmente de forma manual, sem quaisquer processos industriais. Utilizam a coloração natural da lã e técnicas singulares de agregação de valor às peças (em especial o *jacquard*), que pela sofisticação são consideradas como um traço diferencial para a comercialização.

O *Jacquard* é o objeto de maior notoriedade dentre os artesanatos locais em lã. Trata-se de uma técnica onde é possível utilizar pelo menos dois fios de lã de cores

distintas⁴⁸ para criar desenhos na peça que está sendo formada. A qualidade das peças é responsável por diversas premiações concedidas às artesãs de Jaguarão. É preciso ressaltar que a singularidade não se deve exclusivamente à técnica em si, mas, também, ao uso da lã natural. O nome da técnica se deve a um tecelão francês – Joseph Marie Jacquard – que no século XIX teria inventado uma máquina capaz de produzir tecidos coloridos mesclando fios de diferentes cores ou tonalidades (HERRMANN; SELBACH, 2015; MILES, 2008). Conforme conta uma das entrevistadas:

O *jacquard* é um trabalho único de Jaguarão e eu acho que veio talvez com os imigrantes pra cá e nas outras cidades onde não há tanta criação de ovelhas, né? Foi morrendo e aqui em Jaguarão como sempre uma economia da pecuária, né? [...] A gente soube em pesquisas que tinha na França o *Jacquard*. Ele era um tecelão em tear e os pais dele botaram ele cinco anos a trabalhar e a mudar as cores da lã. E aí como botaram ele a trabalhar, ele criou uma maneira de trocar automático, fazer o tear de pé automaticamente, mudava as cores pra ele não ter que fazer manual e o sobrenome dele era *Jacquard*, era na França. É a única coisa e como tem o nome de *Jacquard*, a gente acha que foi eles que trouxeram pra cá pro Brasil, né? Que trouxeram essa riqueza. É a única coisa que se achou. (ARTESÃ 06)

A constituição da Associação dos Artesãos foi um ponto muito importante na história dessa atividade no município, pois foi a primeira iniciativa do gênero em Jaguarão. Com ela cria-se uma cultura de transferência do conhecimento que até então era exclusivamente passada através das gerações dentro de cada família. Agora, além disso, o conhecimento passa também a ser transmitido por meio dessa organização para aqueles que têm interesse de apreender. Essa formalização instituiu um marco na promoção desses trabalhos e do saber envolvido em todo o processo de criação e fabricação, bem como na comercialização desses produtos.

O comércio dos artigos artesanais acontece essencialmente por intermédio de cadeias curtas de comercialização. A artesã realiza as vendas diretamente ao consumidor final, seja comercializando um produto que já se encontra pronto, seja sob a forma de encomenda. Ainda assim, podemos destacar três principais canais pelos quais

⁴⁸ Algumas artesãs realizam o tingimento do fio de lã com produtos naturais como plantas, folhas, frutas, erva mate, etc. (diferente da indústria, onde os fios são tingidos mediante produtos químicos). O procedimento de tingir o fio nem sempre é feito, já a lã utilizada muitas vezes já é naturalmente colorida.

ocorrem as vendas, são eles, **(1)** a Associação dos Artesãos; **(2)** ateliers (localizados na casa da artesã); **(3)** feiras e exposições:

- (1)** no que diz respeito à venda por meio da associação, ela funciona basicamente como um ponto comercial. É na loja que os produtos das associadas são expostos e colocados à venda. Localizada em um prédio alugado pelas artesãs, as integrantes dividem-se por meio de uma escala diária, onde cada dia uma delas é responsável por ficar durante o turno de funcionamento na sede. Nas vendas que acontecem por meio da associação, 30% da venda do produto é revertida para a organização e o restante fica com a artesã que fabricou a peça;
- (2)** o atelier é também um local de exposição das peças produzidas, estando situado, em geral, na casa da própria artesã. Nem todas possuem esse tipo de local de comercialização. A vantagem para a artesã, nesse caso, é não precisar pagar parte do valor da peça para a associação, ficando com todo o montante do valor apurado na venda.
- (3)** um terceiro ponto de destaque é a participação em feiras e exposições. Essa modalidade permite com que seus produtos ganhem maior alcance e visibilidade, atingindo um público de fora da cidade. Tais eventos não só auxiliam na venda, dando acesso a outros consumidores, como permitem projetar seus trabalhos e ganhar reconhecimento por meio da participação em eventos e eventuais premiações.

Sob o ponto de vista organizativo, a Associação dos Artesãos foi fundamental na estruturação e manutenção dessa atividade, inclusive em termos de aumento da oferta de produtos com o treinamento de outras mulheres que vieram a se tornar artesãs. Sem embargo, a organização da comercialização local de artesanato tem sofrido modificações nos últimos anos.

A Associação dos Artesãos, que durante pouco mais de uma década, concentrou o comércio desses artigos e se manteve dominante no cenário local, atualmente está muito enfraquecida. As divergências internas foram um fator determinante para a decadência da organização. O desligamento de algumas artesãs ocasionou a constituição de grupos paralelos de comercialização, causando um rearranjo (ainda em curso), que altera o do comércio local. Com isso, constitui-se um novo grupo no Centro de Economia Solidária⁴⁹(CES), que integra artesãs que faziam parte da associação. Das mais de 20 associadas, restam agora apenas 8 integrantes na Associação dos Artesãos, todas elas idosas.

Com a queda acentuada do número de associadas, surgem outras dificuldades. O ponto atual, pouco favorável à comercialização, é um dos agravantes que dificulta a venda. Com um número reduzido de membros, é difícil pagar o aluguel de um ponto comercial mais favorável. Perguntada sobre as dificuldades atuais da associação, a resposta da artesã 09 sua preocupação: “O difícil era esse, é o aluguel. Porque não dá, tu divide pelas associadas e não sobra nada e tem que ter, tem que sobrar pra água e luz. Aí pede pra uma, pede pra outra, um mês uma dá um pouco, outro mês outra dá pra pagar luz e água” (Artesã 09).

A associação, que outrora encontrava-se em um uma rota comercial da cidade, está hoje afastada do fluxo de pessoas, conforme uma das entrevistadas comenta em sua fala: “Tem muita gente, principalmente gente de fora, que visita a gente no artesanato. Agora não, porque nós estamos lá escondidas, né” (ARTESÃ 09). O comentário da artesã 08 demonstra o impacto dessa situação na capacidade de vender seus produtos:

Nós tava num ponto maravilhoso que tava desenvolvendo nosso [trabalho]...que foi uns três anos atrás. Mas aí fomos obrigados a fechar e aí fechou e desandou tudo, porque nós tivemos que ir lá pra vila, lá na Pindorama e aí não tem, não tem recurso lá, o pessoal não vai, não é? (ARTESÃ 08)

⁴⁹ O Centro de Economia Solidária de Jaguarão abriga atualmente 16 empreendimentos. Esse tipo de empreendimento é organizado por meio da autogestão em forma de associações, grupos comunitários de produção, cooperativas, etc., constituindo uma forma de trabalho e renda em caráter associativo e não hierarquizado (GAIGER, 2004).

Outro fator, além da questão financeira, é que estando em idade avançada, algumas artesãs não têm tanta disposição para participar de muitas atividades e compromissos, como comenta a artesã 02:

Pra mim até tem por causa disso aí né, porque aqui a gente não paga aluguel. Aqui eu atendo a hora que eu quero, fecho a hora que eu quero. E lá, além de ter que ajudar no aluguel, tem que tirar plantão também. Lá, uma vez ou duas por semana, tem que tirar plantão, uma tarde. É porque são sócias, né? (ARTESÃ 02)

A saída de artesãs por conta de divergências acaba criando grupos paralelos que tendem a competir com a associação, tanto de artesãs que saíram para atuarem sozinhas, como daquelas que constituíram um novo grupo no CES. A artesã 01 comenta a opção de sair da associação para vender em sua casa:

Fora da associação, a gente não tem despesa, se a gente vende, vende. Se não vende, não tem que tá pagando mensalidade, não é? A gente paga mensalidade da casa onde tem o artesanato e paga 30% do que vende. Então nós aqui, a garagem é minha, da minha casa, não é? Se a gente vende, vende. Se não vende, não tem despesa, não é? Pra nós, tá bom. (ARTESÃ 01)

O grupo da Economia solidária é formado, em parte, por artesãs dissidentes da associação e que vêm ganhando maior proporção no cenário local. Uma das responsáveis por constituir o novo grupo (artesã 05) explica a transição da antiga associação para o CES:

A gente atende aqui, nesse lugar que nós vendemos o nosso produto. Nós temos um aluguel aqui, é um grupo, nós temos 16, aqui na casa da Economia Solidária nós temos 16. A gente aluga esse prédio e aí a gente somente paga a mensalidade que é 20 reais por mês, pra fazer parte aqui. E todo o valor do produto é da artesã, ela somente tem despesa de pagar os 20 reais aqui por mês, pra fazer parte da nossa casa. Na Associação dos Artesãos, antes que eu fazia parte, era diferente. É o aluguel e a porcentagem do lucro da artesã. Nós não somos assim, nós aqui funciona somente em pagar as despesas da casa e a gente tem um fundo de reserva que a gente paga pra casa pra ter material de trabalho, né? (ARTESÃ 05)

Assim, a necessidade transferir uma parte da renda para a Associação dos Artesãos foi um fator que contribuiu bastante na saída de algumas artesãs que optaram por trabalhar em casa. Outro ponto foram as divergências de ideias⁵⁰ que contribuíram para a formação do grupo sediado no CES.

De fato, o desmembramento em grupos não afeta artesãs que já são conhecidas e têm clientes estabelecidos, conforme consta na fala de uma de nossas entrevistadas: “A Sra. N. diz que agora [há] pouco mandou dois palas pra Porto Alegre, mas ela tem muita divulgação, né? Ela tem muita gente dela e botam na internet” (ARTESÃ 01).

Por outro lado, enfraquece a consolidação de uma estratégia em conjunto que poderia beneficiar as artesãs que não têm tantos compradores frequentes, pois o grupo pode dar mais força para a comercialização do que a atuação sozinha ou fragmentada.

O enfraquecimento da associação pioneira também diminui a possibilidade de se criar uma identidade comum para esses produtos, ainda que o trabalho em si preceda a organização. Segundo membros do grupo mais antigo (Associação dos Artesãos), apesar da criação de outros grupos que usam a mesma narrativa sobre os produtos, sobretudo das artesãs mais novas, muitas vezes não se tratam dos mesmos produtos por utilizarem a lã industrial ou, em alguns casos, por misturarem a lã de lavagem manual à industrial, descaracterizando, assim, um produto que se almeja ser totalmente natural.

Um outro ponto relevante no que diz respeito ao comércio é a divulgação dos produtos. Acontece usualmente por meio do “boca a boca”. Houve uma iniciativa mais forte de divulgação por meio da internet, quando as novas artesãs faziam parte da organização. No entanto, com a falta de familiaridade com a internet e as redes sociais, as senhoras já idosas que permaneceram na organização experimentam dificuldades na divulgação de seu trabalho. A atual falta de atividade da página do *facebook*, construída durante a passagem dessas artesãs de menos idade, demonstra esse fato. Desde a saída dessas integrantes a divulgação por meio desse canal cessou.

Essa situação é descrita pela artesã 01, que diz não encontrar outros meios de divulgar seu trabalho: “Eles botam na internet né? Quem tem internet. Aqui é difícil a divulgação. A gente vende aqui em Jaguarão e esses aqui estão todos cheios né. E um vai dizendo pro outro, porque nós não temos como divulgar mesmo né”. No mesmo

⁵⁰ Essas questões são exploradas na subseção 6.2.

sentido, a artesã 02 atribui a esse fator também a dificuldade de alcançar outros mercados e clientes de fora da cidade: “É que a gente não tem divulgação, assim, dos trabalhos nossos, pra fora, Porto Alegre pra cima, né. Porque é só aqui na volta”.

Um meio de fazer isso eram as feiras que, além de ajudar nas vendas, faziam com que as artesãs participassem de competições e tivessem seu trabalho reconhecido por meio de premiações (que muitas vezes também representavam um retorno financeiro para a criadora da peça). As artesãs participavam dessas feiras através da Emater:

A Emater, que sempre nos apoiou. Leva nossos trabalho nas exposições, comercializa, vende, nos traz o dinheiro limpinho, sempre foi assim. Além de que a Expointer antigamente a gente recebia o prêmio em dinheiro, agora não tem mais prêmio em dinheiro, mas os primeiros anos a gente recebe uma premiação boa, um dinheiro bom. (ARTESÃ 06)

Entrementes, as feiras, onde costumavam receber premiações e vender seus produtos, também cessaram. A Emater, que era responsável nesse processo, hoje se vê impossibilitada de ajudar as artesãs. As artesãs, por sua vez, são incapazes de arcar com os altos custos para participar das feiras:

E a gente aqui, no início a gente levava pra Porto Alegre, na Fenadoce também nos andemo também, vendemo até bem, lá na Fenadoce. Tudo pela Emater, mas infelizmente agora a Emater, já faz dois anos que não conseguiu ir, Esteio também não consegui ir. Venderam as estantes lá, foi. Então a gente não teve e pra gente ir até queriam, a Emater mesmo. Se nós quisesse ia, mas a gente tinha que pagar estante, não sei se era cinco ou dez mil. Por aí, não era barato. É como a fenadoce, a fenadoce também, mas é uma base de cinco mil pra fora, uma estante se tu paga e não vende nada? Não é? (ARTESÃ 02)

Nesse sentido, o acesso a mercados é bastante limitado. Em parte, pelas dificuldades de divulgação já mencionadas, o que limita a venda no âmbito local. Com a falta de participação em feiras fora da cidade essas possibilidades que existiam de entregar seu produto para um outro público também cessaram.

Essas barreiras expõem o momento de fragilidade por que passam as artesãs. Apesar disso, os trabalhos de artesanato em lã, especialmente o de *jacquard*, estão um momento favorável, haja vista a sua tentativa de reconhecimento como patrimônio cultural imaterial pelo IPHAN⁵¹. Por esse ângulo, esse patrimônio, entendido aqui como

⁵¹ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

um ativo específico do território (BENKO; PECQUER, 2001), suscita estratégias de valorização desses produtos. Tais aspectos são analisados na sequência.

4.4 Estratégias de diferenciação de produtos artesanais em lã

Os ativos genéricos voltados para a geração de renda, como é o caso das matérias primas, não se traduzem na geração de ciclos virtuosos dentro do território. Em termos de estratégias de desenvolvimento local, os ativos específicos, por produzirem uma caracterização identitária do local através de atributos exclusivos são mais propensos a esse tipo de diferenciação (PECQUER, 2009). Os produtos que associam relações de produção com a cultura e a tradição do local procuram criar uma narrativa de agregação de valor ligada ao imaginário do consumidor.

Um exemplo desses produtos de caráter local que possuem certas especificidades são os produtos do *terroir*. Como explica Tonietto (2007, p. 8, grifo nosso), no caso do vinho:

A palavra *terroir* passa a exprimir a interação entre o meio natural e os fatores humanos. E esse é um dos aspectos essenciais do *terroir*, de não abranger somente aspectos do meio natural (clima, solo, relevo), mas também, de forma simultânea, os fatores humanos da produção - incluindo a escolha das variedades, aspectos agronômicos e aspectos de elaboração dos produtos. Na verdade, o *terroir* é revelado, no vinho, pelo homem, pelo saber-fazer local. O *terroir* através dos vinhos se opõe a tudo o que é uniformização, padronização, estandardização e é convergente ao natural, ao que tem origem, ao que é original, ao típico, ao que tem caráter distintivo e ao que é característico.

Uribe e Vargas (2007) fazem duas distinções importantes no que diz respeito ao tema. Esses processos de desenvolvimento, por um lado, têm como base a exploração de recursos naturais em práticas de turismo, ecoturismo ou agroturismo. Por outro lado, existem iniciativas constituídas a partir de produtos que possuem um reconhecimento social, porque são elaborados por métodos tradicionais, expressando a cultura ancestral de determinada região do país. Esse é o caso do bocadillo veleño, onde a “producción de este dulce obedece principalmente a técnicas heredadas de padres a hijos o aprendidas

por los antiguos empleados de las fábricas artesanales de tipo familiar” (URIBE; VARGAS, 2007, p.124)

Esses casos onde a valorização dos produtos locais passa pelo “saber-fazer”, se aproxima fortemente da questão do artesanato em Jaguarão, o que não descarta a participação do turismo como elemento dinamizador importante desse arranjo. Conforme mencionado anteriormente, o conhecimento repassado por gerações é o cerne da produção local.

O conhecimento unido a outros aspectos como a qualidade da lã, a beleza das peças e o fato de cada artigo ser único atribui muito valor aos produtos que são fabricados manualmente. A durabilidade da fibra natural, que sobrevive durante várias gerações, aliada à singularidade dada pela criatividade da artesã faz com que os preços desses produtos sejam muito mais elevados do que aqueles produzidos com outros tipos de fibra ou produzidos industrialmente. Além disso, a reputação adquirida com as premiações recebidas em diversos concursos funciona como forma de atribuir valor aos produtos. Tratando-se do *jacquard*, sua exclusividade permite um diferencial ainda maior, o que se reflete na valorização das peças.

Por outro lado, esses diferenciais que são responsáveis pela elevação dos preços, também dificultam as vendas conforme relata a artesã 01 “Perguntam se tem fio de ouro, porque é tão caro. É que o trabalho de crochê é uma coisa, né, e no tear é outra, bem mais barato, que no tear é mais fácil de fazer”. A artesã 09 corrobora esse entendimento ao afirmar “Nós já recebemos várias perguntas que engraçado, a tua peça é de ouro?”. Dessa forma, o alto preço retrai um pouco público, sendo que os compradores são pessoas que possuem maior poder aquisitivo.

Todavia, o alto grau de especialização envolvido na elaboração das peças possibilita que as características do artesanato sejam exploradas como atributos específicos no momento de comercializá-lo, abrindo-se novas possibilidades. Esse tipo de produto, especialmente os artigos de vestuário, são muito valorizados em nichos específicos do mercado da moda (SUTTER *et. al*, 2015). Um dos cooperados entrevistados corrobora o entendimento das artesãs ao afirmar que:

Agora a gente tem conseguido fazer uma leitura bem clara do que vai acontecer com a questão da ovinocultura, porque eu tenho acompanhado o mercado fora e as grandes grifes, né? Todas essas grifes famosas que a gente vê na TV estão produzindo tecido de altíssima qualidade só com lã, porque juntou o apelo do ecológico, a lã é um produto produzido verde, totalmente verde, né? Come pasto, produz a fibra que é biodegradável, que não pega fogo e aí eles conseguem produzir um tecido. Hoje eles tão produzindo roupa pra bebê que antigamente tinha, ah... roupa de lã pinica e não sei que. Não, hoje tu produz uma roupa especial, é camisa, é ternos. (COOPERADO 02)

Sutter *et. al* (2015) chamam atenção, para o fato de que a lã está entre as chamadas fibras orgânicas (algodão, lã e seda) e despontam como um diferencial que agrega valor ao produto por conta da construção de uma narrativa atrelada à sustentabilidade. Conforme mencionado no estudo, a sustentabilidade aparece como um fator de grande peso nesse mercado específico.

Além do apelo ecológico, podemos perceber que a produção artesanal tem também muito valor nesse ramo, conforme a fala da artesã 06:

Hoje em dia as pessoas dão muito valor ao artesanato. A minha neta agora ela se formou em design de moda em Pelotas e até o vestido dela foi feito com crochê. Então ela adora artesanato, o TCC [Trabalho de Conclusão de Curso] dela foi sobre o artesanato. Então as pessoas tão valorizando muito, os *designers*, os melhores *designers* de Milão, de Paris. Ela foi a palestras e disseram que o top do top da moda é o artesanato. (ARTESÃ 06)

No ano de 2015, a neta de uma artesã participou de um desfile de moda em Pelotas (Figura 10) onde suas peças foram confeccionadas usando crochê em *jacquard* elaborado por sua avó. Essa participação lhe rendeu a vitória em concurso realizado durante o evento. Dessa forma, podemos notar a concretização do discurso de que os artigos de vestuário elaborados por artesãs são, de fato, produtos valorizados no mercado da moda artesanal. Além disso, o *jacquard* permite um *design* diferenciado, funcionando como um signo de distinção.



Figura 10 - Desfile Moda Pelotas 2016
 Fonte: Acervo Moda Pelotas

Outra iniciativa que merece destaque é o caso da Ladrilã, parceria entre Sebrae e as artesãs locais. O Sebrae disponibilizou uma *designer* que trabalhou com artesãs de Jaguarão, Pedras Altas e Pelotas, as quais reproduziam as peças elaboradas pela *designer* (atualmente Jaguarão não participa mais desse grupo). Esse projeto possibilitou outra dinâmica de comercialização para as artesãs, propiciando-lhes uma outra frente de atuação:

E elas iam pra Porto Alegre que eram vendidas lá na Oficina da Garagem lá no Moinhos de Vento em Porto Alegre, que era de uma das *designer*. São todas feitas em lã natural e elas dão a medida, apesar de ser artesanal tem que ser todas na mesma medida, não pode fugir. Era a *designer* essa do Sebrae, era que determinava os trabalhos. Na época era tão bom, tão bom que a gente trabalhava com prazer. (ARTESÃ 09)

Inclusive surgiram trabalhos baseados no próprio patrimônio histórico de Jaguarão, conforme relata uma artesã entrevistada:

Que é baseado nos ladrilhos de Jaguarão, então elas pediam pra gente passar os desenhos pro crochê. Eu fiz um que é a grade da casa de cultura, uma gradezinha que tem em baixo, eu fiz aquela gradezinha de crochê. As portas de Jaguarão, visse? (ARTESÃ 09)

O estudo de Cunha (2012) centra-se especificamente na comercialização dos produtos desenvolvidos com a iniciativa Ladrilã (Figura 11) e seu potencial turístico. A autora classifica esse tipo de trabalho como Artesanato de Referência Cultural, onde se busca diferenciação nos mercados através do apelo cultural. Para Cunha (2012) a ampliação e participação no comércio que envolve o turismo, demanda um reconhecimento do poder público local e regional sobre a qualidade e a relevância desse trabalho.

A cidade de Jaguarão possui certo apelo ao turismo por conta de seus casarões históricos⁵² e por ser rota dos turistas que rumam até Rio Branco (Uruguai) para comprar nos *freeshops* da fronteira sul. Iniciativas no sentido de aproveitar esse turismo podem aliar-se ao intuito de valorizar a identidade cultural como ativo importante da região. Segundo Canclini (1990), esses produtos promovem a atração de turistas e de consumidores urbanos que encontram nele um signo de distinção, diferentemente da lógica da standardização que rege os produtos industriais.



Figura 11 - Artesanatos elaborados no projeto Ladrilã
Fonte: Acervo do autor.

⁵² Em 2010, Jaguarão contou com o maior tombamento de imóveis do Rio Grande do Sul, com mais de 800 de caráter histórico e paisagístico, sendo um acervo arquitetônico bastante diversificado por diversas influências (RIBEIRO; NOGUEIRA; DE AZEVEDO, 2016).

De fato, a distinção dos produtos permite explorar nichos de mercado mais exigentes. Em se tratando de estratégias de desenvolvimento territorial, o artesanato é muito significativo na Europa, uma vez que constitui um dos principais setores de atuação dos projetos de desenvolvimento com início já na década de 1980 (AGUILAR CRIADO, 2005). Esses projetos foram responsáveis por recuperar produções tradicionais que estavam desaparecendo, incorporando-as à oferta turística, buscando, assim, nesse caso, estimular processos produtivos locais em zonas deprimidas da geografia europeia.

Uribe e Vargas (2007) destacam um esforço realizado na Colômbia, nesse mesmo sentido, com o caso referenciado anteriormente do *bocadillo veleño*. Segundo estes autores, criou-se uma Agência de Desenvolvimento Econômico Local com participação do setor público e privado, onde se procurou implementar uma iniciativa de turismo identificada com estes aspectos.

No entanto, esse tipo de iniciativa demanda uma construção coletiva com a diversidade de atores. Dentre esses atores, o Estado assume papel importante no sentido de dar legitimidade e suporte técnico especializado, mas também financeiro. A presença do setor público relacionado ao artesanato em Iã de Jaguarão é pouco significativa nesse sentido. No caso das artesãs jaguarenses surgiu a ideia de articularem-se com o turismo que se direciona aos *freeshops* na cidade de Rio Branco, mas, segundo contam, não houve o retorno esperado:

Tu sabes que nós tivemos a loja ali na rua Uruguai que é a passada toda né? E não, não tivemos uma resposta do turista, mesmo porque é muito difícil ali o estacionamento e outra coisa, o turista vem focado no *freeshop* né? E vai pro *freeshop* e quando volta, já volta pra se ir embora. (ARTESÃ 03)

O desafio, no entanto, além de criar as bases para que se aproveite outras possibilidades, é explorar essa produção no sentido de que ela retorne para os atores locais que estão envolvidos nas relações produtivas. O caso dos *mantones de Manila* em Sevilla (Espanha), relatado por Aguilar Criado (2005), demonstra a importância de um esforço nesse sentido. A autora conta que esses produtos artesanais são artigos de luxo muito valorizados na Espanha e em mercados exteriores. Acontece, que há *mantones* adquiridos por turistas que, na verdade, são produzidos na China e não por atores locais.

Trabalhadores chineses produzem as peças seguindo modelos e desenhos que comerciantes de Sevilha lhes enviam. A distinção que o produto proporciona, em tal caso, é capturada por circuitos globais de comércio e utilizada em benefício da grande indústria voltada à obtenção de ganhos à escala.

Tendo em vista essa possibilidade e a notoriedade que especialmente o *jacquard* tem ganhado, extrapolando os limites do município, é necessário pensar em mecanismos de proteção desse patrimônio. A ideia, anteriormente mencionada, do reconhecimento por parte do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, é uma possibilidade latente:

Mas o problema eu acho também que é bem isso, é de divulgação. Por mais que se faça essa divulgação a nível de evento, muitas vezes o turista que vem aqui a Jaguarão desconhece essa realidade, então o fato de ter esse reconhecimento do IPHAN ou de ter esse selo já seria mais uma maneira de divulgar. Então a pessoa já vinha pra cá sabendo, ah Jaguarão é uma cidade que tem prédios antigos e tem o artesanato de *Jacquard*, como tem lá em Minas Gerais, lá tem as que fazem panela de barro, lá não sei aonde tem as rendeiras, entendesse? Então nesse sentido, é uma estrutura cultural, que existe uma cultura que tem aqui, que existe na cidade, que pode tá sendo divulgada dessa forma, como cultura também. (EXTENSIONISTA DA EMATER)

A ideia do reconhecimento como patrimônio imaterial poderia ser um passo importante no sentido de estabelecer uma salvaguarda deste saber-fazer. Entrementes, essa tentativa que partiu de uma parceria entre a Emater e a Secretaria da Cultura e Turismo de Jaguarão não produziu os efeitos esperados:

Há uns dois ou três anos atrás a gente chegou a encaminhar com a associação e com o pessoal da prefeitura naquele período, do setor de cultura, para que o Iphan reconhecesse esse trabalho de *jacquard*, do crochê de *jacquard* como patrimônio cultural e imaterial do município. Que como a gente identificou que só o município de Jaguarão que apresenta esse trabalho em feiras e concursos. Só que aí não foi adiante. Aí o IPHAN achava que o município tinha que fazer um trabalho e reconhecer a nível de município primeiro pra depois eles reconhecerem a nível de estado e nunca lançou isso a nível de município, mas tá aí, tá colocada essa questão, não teve um avanço até o momento. (EXTENSIONISTA DA EMATER)

A falta de articulação local nesse sentido e a mudança de prefeitura inibiram essa tentativa. A construção de um mecanismo de proteção, mesmo que elaborado localmente em detrimento de um reconhecimento a nível federal, é importante no sentido de preservação e valorização desse saber-fazer.

Ainda que esse processo vise beneficiar às artesãs, é imprescindível que ele seja uma construção coletiva e, ademais, que parta de interesses comuns dos sujeitos implicados. Belas e Wilkinson (2014), ao analisarem o caso da indicação geográfica (IG) do Artesanato de Capim Dourado no Jalapão, alertam que a falta de mobilização e de capacitação dos atores envolvidos pode prejudicar esse processo. Além disso, os autores afirmam que é necessária a realização de uma ampla discussão para que se considere as possibilidades existentes e que sejam levados em conta os benefícios e malefícios que podem surgir, bem como qual é o melhor método para assegurar a qualidade dos produtos:

A proposta de solicitação da IG nem partiu e nem foi construída em conjunto com os produtores, o projeto lhes foi apresentado com objetivos, metas e prazos previamente definidos pela instituição financiadora. Os artesãos não tiveram informação suficiente, tempo e condições adequadas para avaliar os prós e contras da obtenção de uma IG em comparação a outros instrumentos de valorização comercial, como marcas coletivas ou de certificação. (BELAS; WILKINSON, 2014, p. 71)

Outrossim, a prefeitura de Jaguarão realizou algum esforço com intuito de reconhecer o trabalho que vem sendo feito, mas até agora tais iniciativas foram muito tímidas, não se revelando em benefício às artesãs, pois como uma delas relata “é apenas papel”:

Prefeitura o prefeito várias vezes nos tivemos entrevista com o prefeito esse que saiu, não é? Eu até eu tenho, como é que diz, uma recomendação, uma coisa do trabalho, eu tenho aí que ele deu. Agora esses dias essas outras foram a Pinheiro Machado, também foram chamada e ganharam uma recomendação, um certificado. É só papel. A gente embarga, por que hoje, amanhã, tem pra apresentar, não é? (ARTESÃ 01)

A artesã 06 relata também durante a entrevista esse sentimento de que o apoio dado tem sido insuficiente e cobra uma atuação mais efetiva do poder público, para além do simples reconhecimento:

Claro, quando a gente tira como esses dias a gente recebeu um diploma de reconhecimento, todos aqui em Jaguarão, os artesãos que a gente participou da décima ovinocultura e a gente tirou os primeiros lugares, aí acham muito lindo, dão um diploma de reconhecimento por levar Jaguarão tão longe. Mas reconhecer tem que ajudarem, né? Porque não adianta darem um abraço, é muito bom né? Mas o que a gente quer mesmo é uma ajuda municipal, né? (ARTESÃ 06)

No caso da construção de um selo de qualidade (ou outro tipo de certificação ou marca coletiva), construir uma narrativa atrelada ao sujeito dessa produção pode ajudar na proteção desse patrimônio. Enaltecer a figura da artesã local é importante para que os artigos produzidos se tornem menos passíveis de apropriação (cópia) por terceiros como no caso citado anteriormente no artigo de Aguilar Criado (2005). Assim sendo, reforçar as propriedades do local e do tradicional é essencial, mas vincular essa prática às artesãs é um processo importante no sentido de dar-lhe não só reconhecimento, como também certificar-se de que será ele o recompensado diretamente.

O interesse nesses produtos por parte de um público consumidor de lugares mais amplo se revela factível. O *jacquard*, por sua especificidade, pode atender nichos de mercado de consumidores mais exigentes e dispostos a valorizar a qualidade e a diferenciação. Estratégias que busquem atrair turistas com base nesses produtos artesanais são possibilidades interessantes, como demonstram os estudos citados anteriormente nesse capítulo.

A grande questão que está colocada é como fazer tais produtos alcançarem mercados mais exigentes. É necessário estabelecer uma conexão entre essas duas partes da cadeia. A atuação do poder público, no sentido de fortalecer essas atividades e promover seu reconhecimento, parece não ter encontrado eco após a malsucedida tentativa de reconhecimento junto ao IPHAN. Uma outra alternativa bastante alinhada a esse propósito, mas que não está presente na fala dos atores entrevistados são as indicações geográficas. De qualquer modo, essas estratégias não acontecem de forma espontânea. Elas demandam uma base social. São reflexo de uma construção coletiva dos atores envolvidos.

Na seção seguinte, procura-se explorar as relações sociais que dão suporte a tais processos, assim como na constituição de vínculos sociais que exigem tais empreendimentos.

5. As relações sociais envolvidas nas organizações

Do ponto de vista teórico, o caráter das relações sociais existentes é que determina a possibilidade de fazer com que os ativos do território se tornem item promotor de um processo de desenvolvimento. O desenvolvimento com identidade cultural parte da premissa da necessidade de um ativo específico aliado ao capital social da região (FLORES, 2006; ALBAGLI, 2004). Essa combinação é a base para que esse processo ocorra.

Em sentido semelhante, Benko e Pecqueur (2001) colocam que a utilização de um ativo com vistas a torná-lo um elemento estratégico do território demanda a existência de recursos específicos, isto é, formas de organização que se constituem através de uma aproximação cultural e geográfica, gerando relações de reciprocidade. Nesta seção, analisamos os aspectos referentes às formas de articulação local e os vínculos sociais envolvidos nas relações entre os diversos atores.

5.1 Os vínculos sociais entre os produtores

O declínio da ovinocultura anteriormente mencionado, causado, em boa medida, pela crise da lã, teve um impacto direto no número de produtores associados à Cooperativa Mauá. Essa queda se observa ainda hoje. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de junho de 2012, a cooperativa de lãs Mauá contava com um quadro associativo de 850 membros. Esse número caiu de forma acentuada (41%), chegando, em 2018, a 505 sócios. Esse fato é comentado por um dos cooperados: “E tu imagina, a gente tinha 850 sócios, agora a gente tá em torno de 500 sócios ativos” (COOPERADO 02). Os atuais gestores, no entanto, não sabem precisar o número de sócios ativos, sendo este um número aproximado. A alegação é de que, em alguns

casos, apenas um dos membros da família é sócio e outros fazem uso dessa condição, o que torna difícil identificar exatamente todos os participantes da cooperativa.

Apesar do tempo de existência e do aludido número de sócios, a participação nas decisões da cooperativa é um dos grandes problemas a serem enfrentados na atual conjuntura:

Mas eu te digo que participo das últimas, dos últimos 15, 20 anos de quase todas as diretorias. Já pedi pra não me convidarem, pra não me convidarem, não, pra não me nomear ou não me botar goela abaixo. Não, tu é do conselho, vai ter que ir, não tem quem queira. E quando tu faz uma assembleia e tu convoca todos os associados, que hoje deve ter em torno de 300 associados ainda, comparecem numa assembleia 10, 12, 15...quando tem 30 cooperados, 30 produtores...bá que número expressivo. Não vão e se não vão, depois as medidas que o conselho tomar é comprovação daqueles que tavam na reunião. Então se tu não vai tu não tem porque reclamar que não fizeram isso e aquilo, não fosse lá dá tua participação, não fosse dar tua opinião. (COOPERADO 03)

Há produtores que moram a grandes distâncias da cooperativa e até em outras cidades, todavia, não cabe dúvida de que a participação baixa nas assembleias chama a atenção. A necessidade de um envolvimento maior dos associados está vinculada à própria identificação dos produtores com a cooperativa. De acordo com os produtores entrevistados, é necessária a criação de um sentimento de pertencimento, de associativismo, que fortaleça os laços e faça o produtor rural sentir-se dono da organização, como de fato é:

E um outro motivo é essa questão do cooperativismo, né? Como os administradores daqui não se preocupavam com marketing em cima do cooperativismo. O marketing cooperativista, não o marketing pra ganhar dinheiro, mas um marketing pra... tche, isso aqui é teu, tu tem que ir pra cá, se tu não vier pra cá a cooperativa vai declinando, né? E isso aí nunca se fez, isso aí eu me lembro, eles não tinham essa visão. Porque, se tu não te sentir dono da coisa, se tu não tiver benefício dentro da tua cooperativa, as pessoas acabam. (COOPERADO 02)

O estudo de Desimon e Novello (2013) demonstrou, de modo similar, uma baixa participação dos produtores associados nas decisões da cooperativa, bem como desconhecimento do quadro que compunha a diretoria na época da pesquisa. Com indícios de um frágil capital social, os autores citados advertem que os produtores têm pouco acesso a informações referentes à cooperativa, mesmo em temas cruciais como a situação financeira e contábil.

A percepção de quem já fez parte e viu as transformações que ocorreram pode não ser otimista, como demonstra a fala de um dos entrevistados: “A tendência, a cooperativa não vai muitos anos, aquilo ali vão terminar. Vai acabar terminando do jeito que tá indo” (COOPERADO 05). Segundo o cooperado 03, se não for possível concentrar esforços dos associados em torno de um objetivo comum e trazer aqueles que ainda não participam para perto da cooperativa, o destino dessa organização não é nada alvissareiro:

É, eu acho que vamos dizer assim, se não se unirem e não arregaçar as mangas a tendência é ter que fechar a cooperativa. Se não houver um esforço concentrado de trazer cooperados que ainda têm ovelha e que não tão entregando a lã pra nós aqui em Jaguarão, tão entregando pra barraqueiro de Herval, pro Barraqueiro lá de Pedras Altas, por quase pelo mesmo preço. (COOPERADO 03)

Nesse sentido, alguns produtores indicam que existem dois tipos de sócios com características distintas. De acordo com os entrevistados, há sócios que entregam a lã para a cooperativa periodicamente e outros que atuam com base em um cálculo de custo/benefício em detrimento da atuação em prol do grupo. Nesse caso, a decisão é pautada de acordo com a rentabilidade esperada. O produtor entrega a sua produção de lã para aquele que pagar mais. É a lógica tipicamente individualista e imediatista que prepondera naquilo que Putnam (2009) denomina “regiões menos cívicas”.

Segundo o cooperado 02, no trabalho cooperativa há grandes diferenças entre aqueles que visam o bem comum e os que enxergam apenas os interesses momentâneos e individuais:

Tem associados e associados. Tem associados que são, só querem se beneficiar no momento bom, tem outros associados que nunca arredaram o pé, mesmo com o preço menor não entregam toda a produção lá, sempre foram assim, então se tivessem mais associados desse tipo, né? Porque não tem, não tem coisa melhor que cooperativa, né? (COOPERADO 02)

Ao ser questionado se participar da cooperativa lhe ajudava de alguma forma, o cooperado 01 responde de forma afirmativa. Em sua fala critica a atitude de alguns sócios, atribuindo tal comportamento a uma cultura local, típica de fronteira:

Sim, me ajuda. Porque a cooperativa deveria pelo menos ser, até não é tanto porque os sócios não são tão sócios como deveriam ser, a maioria dos sócios, eles só querem a parte boa da cooperativa, quando tem um desconto, entendesse? Infelizmente é assim, na hora ruim do cara entregar lã, essas coisas, são muito poucos que são sócios. É uma pena, porque o cooperativismo é tudo de bom, pena que as pessoas não. O problema é a nossa cultura aqui de fronteira é meio complicado, aqui essa nossa região aqui é terrível.
(COOPERADO 01)

Tais atitudes representam uma ameaça para a cooperativa e trazem à tona os “fantasmas” das cooperativas que existiram no município que tiveram seu fim. Jaguarão já foi centro de um forte cenário cooperativo, tendo comportado em seu interior, além da cooperativa de lãs, uma cooperativa de carnes e uma cooperativa de arroz. Mas, o atual momento não demonstra o mesmo ímpeto cooperativo de outrora:

Na realidade existia em Jaguarão uma boa cultura associativista e nós tínhamos três cooperativas. Nós tínhamos cooperativas de carnes, de lãs e de arroz. E hoje só tem a cooperativa de lã. Mas os pioneiros dessa cooperativa, eles tinham essa cultura aí de se unir em prol de um objetivo comum, né? As outras foram liquidadas, a cooperativa de carnes, a cooperativa de arroz e restou a de lãs.
(COOPERADO 04)

Apesar de Putnam (2009, p.177) afirmar que a “cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica”, a cultura histórica do associativismo em Jaguarão não demonstra ter gerado um sentimento de cooperação duradouro, nos moldes requeridos para sustentar essas atividades.

Ao questionar os cooperados a importância de realizar esse trabalho de forma cooperada, a resposta é afirmativa. No entanto, as dificuldades de ajuda mútua aparecem repetidamente nas falas dos entrevistados⁵³.

O cooperado 02, assim como os demais, alega que parte da situação pouco favorável em que se encontra a cooperativa é resultado da falta de cooperação dos seus sócios. No entanto, ressalva que a falta de confiança do produtor na cooperativa se deve

⁵³ As entrevistas foram realizadas com membros bastante ativos no dia a dia da cooperativa. Dificuldades de contato e acesso impossibilitaram a realização de entrevistas com sócios mais distantes da rotina da cooperativa.

à falta de valorização do próprio produtor ao longo do tempo por parte dos gestores da cooperativa:

Então é, tu consegue capitalizar a cooperativa, mas pra isso primeiro tu tem que fazer com que essas pessoas criem essa identidade de associados. Mas isso também precisa que a direção seja assim, né? A direção tem que ter essa abertura e tem que ser bem transparente, porque ninguém entra num negócio onde tenha alguma desconfiança. 'Ah, mas não é claro isso pra mim', então ninguém se envolve num negócio que não é claro, né? Ainda mais o produtor, o produtor é o mais desconfiado de todos. Porque ele vive lá fora né. Muitos vivem na campanha e se eles escutam rádio sabem das coisas que tão acontecendo aí fora, fica todo mundo com medo, né? (COOPERADO 02)

Conforme Gaiger (2016), é necessário investir na confiança para gerar confiança no outro. Precisam ser criadas condições para que a confiança possa surgir. Nesse sentido, é mister incentivar essas atitudes para que se solidifiquem, pois a dificuldade de confiar pode dificultar as transações entre as partes envolvidas e suscitar comportamentos oportunistas, como no caso de entrega da lã aos barraqueiros. Segundo Putnam (2001), a existência de confiança elimina a necessidade de que se criem contratos para mediar as relações, o que parece ser um aspecto crucial no funcionamento da organização em questão.

Esse movimento de considerar o empenho do sócio pela métrica da entrega, ou não, de lã para a cooperativa, demonstra, em parte, o caráter dos vínculos sociais cultivados nesse arranjo. A noção de participação recai exaustivamente na avaliação desse ato. Obviamente que pelas características da organização essa é uma premissa básica. O sistema cooperativo se molda sobre o pilar da coletividade e da participação dos membros nas atividades da organização.

O que se pôde perceber em campo é que o discurso⁵⁴ de participação dos associados se mantém enclausurado nessa dimensão, não apresentando outras formas de relações e trocas fora do sistema de fornecedor-comprador. Esse entendimento traz consigo a noção de que inexitem ou, pelo menos, não são demonstradas discursivamente o estabelecimento de relações entre os produtores que fujam a uma estrita lógica de mercado.

⁵⁴ É importante frisar que esse discurso traduz o entendimento daqueles que atuam de forma mais próxima à cooperativa. Outros fatores como a necessidade de venda para recebimento imediato por conta de alguma necessidade pessoal ou familiar por parte do produtor não pode ser descartada. Isso também não significa a existência de um indivíduo que atue puramente com uma racionalidade voltada a essa lógica.

O caráter da relação não significa que tal comportamento não expresse um benefício gerado pela rede relacional, para ambos os lados. Conforme destaca Abramovay (2000), os indivíduos não estabelecem objetivos isoladamente. Quando existe uma estrutura social por trás deles, estes podem dela dispor e atingir objetivos que não seriam possíveis alcançar de forma individualizada.

Durante as incursões a campo um acontecimento recorrente chamou a atenção nesse sentido. Ao final das entrevistas, quando solicitado aos cooperados se poderiam indicar algum ovinocultor para dar continuidade à pesquisa, as dificuldades em recordar algum nome foram evidenciadas

As manifestações encontradas permitem-nos observar o caráter, em parte, utilitarista desses laços. Em contrapartida, Gaiger (2016, p. 77) pontua que “Criar e cultivar alianças é em certo sentido o que há de mais útil no mundo, ontem e hoje. Fazê-lo tem uma importante serventia, mais que uma utilidade imediata”.

Nesse sentido, a organização, que em sua constituição possui um caráter coletivo, toma as vestes mais de empresa privada do que de cooperativa. Apesar de reconhecer a interdependência existente entre organização e sócio, a forma como essa dinâmica se move e acaba por apresentar os integrantes do quadro associativo não como cooperados, mas como abastecedores do suprimento necessário para a organização manter suas operações. Tal cenário indica não a interação horizontal (reciprocidade simétrica), mas uma relação hierárquica (reciprocidade assimétrica) de laços funcionais estabelecidos consonante vínculos societais opostos à solidariedade classista (GAIGER, 2016; SABOURIN, 2011).

Outro problema igualmente importante é a necessidade de capital de giro. Esse fator é um imperativo para a participação do sócio: “A maior dificuldade hoje é essa questão do capital de giro, da gente ter esse capital pra começar a criar essa nova identidade pro associado, pra que o associado volte pra dentro da cooperativa como associado” (COOPERADO 02).

A falta de pagamento à vista, por conta da dificuldade de obter capital de giro gera um ciclo vicioso. O cooperado acaba buscando os barraqueiros como alternativa de comercialização, enfraquecendo a organização que não recebe o insumo. A cooperativa,

por sua vez, como não consegue adquirir a lã à vista, encontra dificuldades de aproximar o produtor rural à própria organização.

Com efeito, esses aspectos demonstram uma dificuldade de articulação em torno de um sentimento de unidade entre os cooperados. As sucessivas mudanças de rumo de gestores que passaram pela cooperativa ao longo do tempo parecem também não ter contribuído nesse processo. Nas palavras do cooperado 02:

Essa questão de presidente, cada vez que muda o presidente, muda a direção da coisa, tu não sabe pra que lado, não tem um plano diretor. [...] Cada presidente que entrava, ah... não, não vou dar tanta atenção pra lã, vou dar mais atenção pro mercado, não vou dar tanta atenção pro produtor, vou trabalhar como comércio. Então isso aí é um dos problemas que gerou. (COOPERADO 02)

Em um sentido mais amplo, percebe-se que essas dificuldades organizacionais são recorrentes na cadeia da ovinocultura como um todo. Um dos produtores entrevistados apresenta essa questão: “O produtor, um pouco, é se organizar. Como é que eu vou dizer, a nossa cadeia produtiva, ela é muito desorganizada, isso que falta, falta organização” (COOPERADO 01).

Apoiando esse entendimento, o cooperado 04 também considera o problema de organização como um tema de grande relevância:

Olha, o que eu vejo é que nós, as cadeias produtivas, precisam se organizar melhor. O que nos falta não é qualidade, o que nos falta é organização. Isso é o que mais falta. As lideranças, a gente precisa se organizar. Em cooperativas, as indústrias precisam se organizar em cadeias, nós temos que ter um trabalho organizado como tem o Uruguai. (COOPERADO 04)

A construção da marca coletiva Cordeiro Herval Premium corresponde a uma iniciativa que compreende também os municípios abarcados pela Cooperativa de Lãs Mauá, sendo que os problemas entrevistados se assemelham bastante (SACCO DOS ANJOS; SILVA; POLLNOW, 2016). Este estudo indica as dificuldades de articulação e coesão social vivenciadas pelos ovinocultores no decorrer desse empreendimento de quase duas décadas e que vive hoje um momento de total indefinição. Os produtores de ovinos carecem não somente de estratégias que articulem melhor a comercialização dos seus produtos, mas, sobretudo, de caminhos que levem ao engajamento e à construção de capital social como base para promover suas iniciativas.

O frágil capital social existente no contexto da Cooperativa de Lãs Mauá resulta na dificuldade de superação de problemas que a organização enfrenta. A confiança e a maior troca de informação entre os membros do quadro associativo poderiam ajudar no enfrentamento desses obstáculos. Outro fator importante e que se mostra pouco atuante diz respeito à atuação da Administração Pública. A intervenção do Estado, como mediador, buscando fortalecer essas relações de confiança e facilitar o processo de criação de capital social por meio de políticas públicas é um aspecto quase inexistente em Jaguarão.

O individualismo prevalece nos vínculos criados entre os produtores, destes com os demais atores do território. Entender a situação é um passo importante para projetar novas possibilidades. O caminho da ovinocultura, marcado pelas dificuldades de organização e reciprocidade, é também um espaço que demanda inovação e novas formas de articulação, especialmente por parte dos ovinocultores, principais atores dessa cadeia.

Com o intuito de dar sequência à análise de dados, cabe agora abordar as relações sociais tecidas no contexto do artesanato em lã de Jaguarão.

5.2 Relações de sociabilidade no artesanato

Os vínculos sociais que uniram as artesãs em torno da associação, em seu início, foram vínculos de amizade. A proximidade entre as fundadoras foi o que suscitou a criação da Associação dos Artesãos. Ainda hoje, mais de 10 anos após a fundação, essas senhoras que deram início a organização parecem manter esse tipo de relação consolidada ao longo do tempo.

A organização dos artesãos caracteriza-se por ser um espaço de sociabilidade, de compartilhamento e de criação e preservação de laços sociais. A Fala da artesã 04 demonstra esse vínculo entre artesã e associação:

Tu sabes que o trabalho cada uma faz o seu, né? A gente, a cooperação é pra mantimento da associação, porque a associação hoje em dia se torno como um filho da gente. Nós, ela e eu, somos das quatro pessoas que te digo que somos associadas fundadoras né? E então a gente se quer manter, né? Quer manter a associação em pé, então às vezes a gente faz até um sacrifício, se sacrifica até pra manter a associação. (ARTESÃ 04)

A construção social dessa organização é justificada pelas relações que nascem em seu interior e enquanto espaço para encontros que possam além de estabelecer novas relações, fortificar e preservar as antigas. Os cursos ofertados à comunidade, com um baixo custo são um exemplo nesse sentido. Eles possuem em seu cerne o compartilhamento desses valores de sociabilidade e permitem a aproximação de atores externos que podem vir a integrar o grupo, expandindo a rede de relações.

Esse espaço de interação foi responsável por uma das grandes transformações que ocorreram na Associação dos Artesãos. A artesã 02 demonstra em sua fala que a organização passou por um momento de grande crescimento no número de membros associados e, em seguida, teve um grande declínio:

Lá a gente, tá tudo bem, porque a estas alturas já deve fazer uns 10 anos eu acho. Naquele tempo era outra experiência, era melhor. O pessoal era mais unido também. Agora já é diferente, agora essa associação que tem aí entrou 50 e saíram 40. É, mudam muito. Até as presidentes. Lá tem muita gente que saiu. Aí saíram pra trabalhar por conta própria, como nós aqui. (ARTESÃ 02)

Assim, a Associação dos Artesãos passa de um período onde era composta exclusivamente por um grupo de amigas para um grupo muito maior e diverso. Nesse espaço modificado pelo caráter das relações, onde os vínculos essenciais deixam de ser de proximidade e de relações de intimidade para expandir-se, abrigando novos membros, novas dinâmicas acontecem. Ainda assim, a natureza desses vínculos grupais (GAIGER, 2016) se mantém pautada em uma solidariedade comunitária, atuando por meio de laços de cooperação e reciprocidade. Segundo Gaiger (2016, p. 111-112), “Ingressar em organizações coletivas voluntárias, contrair vínculos minimamente duráveis, é essencialmente uma aposta na confiança mútua, nas chances de entendimento”.

A cisão das artesãs formou dois grupos: **(1)** a associação das artesãs, onde se mantiveram trabalhando as artesãs mais antigas e **(2)** o Centro de Economia Solidária, com as novas artesãs que anteriormente faziam parte da associação. A nova configuração surge em meio a tensões internas, sobretudo entre artesãs de menor idade (na faixa dos 30 aos 40 anos) que haviam entrada na organização e as sócias mais antigas. A gestão da associação passou a ser assumida por um grupo diferente, composto com novos membros que postularam implementar algumas mudanças. Esse fato foi o ápice dos confrontos entre os membros antigos e os novos membros, causando a separação após o fim dessa gestão. Aquelas mais antigas mantiveram suas posições na Associação dos Artesãos que agora encontra-se com apenas 8 membros. As novas formaram um outro grupo, no CES, composto por 16 membros que realizam diferentes trabalhos, situação narrada pela artesã 09:

Trabalhar em grupo assim não é fácil, olha que a gente tá sempre puxando as orelhas e não adianta, é muito difícil. Agora são poucas né, agora nós somos 8. Que aquela turma que tá lá no círculo operário, a maioria era nossa. Era todo grupo. E agora eles ficaram lá. Era junto, mas depois deu um desentendimento. É difícil, né. O presidente tem que prestar contas, é difícil. Aí não deu certo, não funcionou direito. (ARTESÃ 09)

Artesãs ligadas ao CES alegam que o conflito se origina na incapacidade de mudança dos membros antigos do grupo, e da resistência destes em implementar inovações: “E eu, como se diz, eu e as mais novas a gente queria inovar, a gente queria fazer a associação crescer, a gente queria mais artesãos dentro, trabalhando. Aí que que aconteceu? Aí começaram a bater de frente comigo, né?” (ARTESÃ 10). Essa mesma constatação é exposta por outra artesã membro do novo grupo:

Olha, é que assim, na época eu fazia parte da diretoria junto com a G., a F. e a gente, os que se candidataram na outra gestão tinham algumas coisas que a gente, que esse grupo queria alavancar e tinha umas outras que não concordavam e aí a nova diretoria ela ganhou com a maioria dos votos e a gente ficou em reduzido em quatro, né? E aí eu, na minha forma de pensar, sempre adorei a casa, a Associação dos Artesãos, só que naquele momento eu pensava numa maneira e se a diretoria tinha ganhado, ia ser fomentado e articulado na forma dos novos gestores. E aí foi somente isso, a descompilaridade [desacordo] de informação assim, o grupo tinha um pensamento e nós tinha outra perspectiva de alavancar e eles tinham medo, eles tinham receio de alavancar. Eles tinham ainda como antigamente, eles queria a formalidade sempre do passado. E nós, eu, A G. e a A., nós tinha essa vontade de ir mais pra frente, de inovar, porque a gente precisa.

Os ímpetus que motivaram o rompimento são ilustrados não somente pelo conflito de gerações, mas por marcas características que permeiam cada um dos espaços constituídos. O primeiro espaço, aquele que abriga a “velha guarda”, é um espaço, como dito anteriormente, acima de tudo, de sociabilização, vivência e compartilhamento. O segundo espaço, ainda que não dispense as mesmas características do primeiro e também seja um espaço de construção e manutenção de relações, é um espaço com um enfoque mais forte na comercialização dos produtos.

É importante frisar que não se está afirmando que a Associação dos Artesãos não possui apelo comercial, ela de fato atua nesse sentido. No entanto, é um universo mais “recreativo”, onde o principal fator são os encontros entre os atores. Vale ressaltar que há artesãs que participam da associação dando cursos, mas não produzem para a venda. Dessa forma, buscam outros objetivos que não os estritamente econômicos, mas de sociabilidade (GRANOVETTER, 1983). A fala da artesã 6 demonstra a importância desses vínculos na construção e troca de conhecimentos:

Eu acho que é importante porque aqui a gente tem uma troca de conhecimentos. A M. tem muita prática na criação, a gente já passou por isso também, então a gente conversa mais ou menos os mesmos assuntos, tem os mesmos prazeres de conversar, ela faz um trabalho, eu já faço outro, já chega uma aluna.. Então esse aconchego, essa coisa social é muito importante, é muito bom pra gente, é muito bom pra todo mundo, viver em sociedade é muito bom, né? Se ajudar e ajudar. Então a gente se ajuda. Agora a fiandeira veio e me trouxe uma lã que ela me fiou, então numa dessas chega uma que quer que eu ensine e explique um trabalho que ela quer começar, então a troca de conhecimentos e a nossa amizade sempre se alimenta disso, é muito importante porque a nossa amizade é a amizade de 50 anos. (ARTESÃ 06)

O CES é construído dentro de uma visão onde cada membro é um empreendedor e dono de um negócio. Nesse sentido, o ambiente compartilhado funciona no sentido de favorecer as trocas comerciais e impulsionar as vendas dos participantes. A fala de uma das artesãs, que faz parte desse grupo, revela esse entendimento:

Eu digo que junto nós temos mais força. Porque nós temos um cliente, ele vem especificamente atrás desse trabalho, aí vai só a A. Temos diversidade de produtos e gosto. J. produz de uma maneira, P. produz a mesma coisa que eu em crochê, diferente. Nós temos diversidade, de mesmo que seja crochê ou tricô, um gosto diferente. Produz variedade de produtos, técnicas diferentes. (ARTESÃ 05)

Esses diferentes aspectos que compõem dois espaços diferentes, em contraposição a unidade organizacional anterior que congregava todas artesãs na Associação dos Artesãos, revelam que as visões de mundo compartilhadas internamente em cada grupo são diferentes e refletem manifestações distintas. A aproximação de indivíduos em relação a valores e interesses individuais é o que estabelece os vínculos e se materializa, em cada organização, numa forma distinta de atuação. Obviamente que se soma a isso a diferença de idade entre os membros dois grupos.

O próprio processo de construção dos grupos por meio de afinidades é o que suporta as relações estabelecidas. O compartilhamento de um propósito comum, de uma identificação que permita com que os sujeitos que constituem o grupo se enxerguem como portadores de uma mesma identidade, isto é, o pertencimento e a semelhança pelo reconhecimento no outro dos próprios anseios e objetivos.

Uma distinção notável e que em parte explica essa cisão é a própria circunstância que coloca o sujeito em contato com a prática do artesanato. As senhoras que formaram a Associação dos Artesãos construíram uma renda por meio do artesanato, mas tiveram a motivação do aprendizado pelo contexto familiar em que estavam inseridas. A existência de uma atividade que foi passada através gerações e que muitas vezes reflete apenas em uma ocupação para passar o tempo é o cerne desse conhecimento. De outro lado, e que não se pode desprezar sua significativa importância, as artesãs que compõe o grupo pela economia solidária tiveram a iniciativa de aprender em um outro contexto. Não aprenderam através de sua família, mas com outras artesãs. Sua motivação não foi causada pelo costume herdado, mas por uma necessidade de renda.

É possível perceber que mesmo com a separação, internamente, os grupos se mantêm coesos. A articulação interna, ainda que com motivações diferentes, preserva a colaboração e a ajuda mútua. As participantes dos dois grupos alegam ser importante um trabalho de forma associativa.

Nessa acepção, a construção de grupos associativos, mesmo que com motivações diferentes, que trabalham por meio do apoio mútuo simboliza a importância dessa atividade ser realizada de forma conjunta. Por outra parte, tais atitudes são reflexo de idiosincrasias e, portanto, parte de uma complexa rede de interação. Ou seja, a colaboração não demonstra ultrapassar os limites impostos pelas organizações. Apesar

de contar com indivíduos externos que optam por fazer parte de um grupo, essa forma de agência não se estende para fora dos grupos, conforme relata a artesã 01 ex-membro da associação:

Olha, infelizmente aqui é assim, é dente por dente, olho por olho. Infelizmente é assim. Tem uns que tem o olho maior do que o outro, é cada um pro seu lado, entendeu? Às vezes a gente quer, mas outros não querem. Por que às vezes tem alguma coisa, lá na associação pra ir pra tal lugar que é só o trabalho de *jacquard*, elas podiam até vir aqui, levar no causo. E se eles lá não tem um trabalho ou não tem, por exemplo, um pala uma ruana, um casaco, eles não tem lá, eles também não mandam pra cá. Eu mando, as vezes mando, quando não tenho alguma coisa eu digo, não lá na associação tem. Indico, mas eles não indicam. Pros outros eles não indicam né? Só querem pro bloquinho deles lá. (ARTESÃ 01)

O que se procura demonstrar é que as diferentes associações estabelecem relações de reciprocidade e confiança apenas internamente. Tais relações não ultrapassam as fronteiras impostas pelo grupo. Esse entendimento vai ao encontro do exposto por Fukuyama (2002). Segundo esse autor, a solidariedade criada dentro de determinado círculo tende a ficar reclusa nele e pode gerar externalidades negativas, como conflitos entre os grupos.

Nesse sentido, parte da capacidade de articulação se esvai com a fragmentação desses atores. As diferenças de concepção não só separam, mas também dificultam as relações de confiança e colaboração entre os diversos atores que compõe esse cenário. Conforme Putnam (2009, p. 174): "Quando os atores são incapazes de assumir compromissos entre si, eles têm que renunciar - pesarosamente, porém racionalmente - a muitas oportunidades de proveito mútuo".

Uma reconciliação parece pouco provável, haja vista posições díspares. Apesar disso, a rearticulação em um novo formato pode ser benéfica para o contexto geral das artesãs, pois as posições em jogo são complementares e uma não suprime a outra, mesmo que em disputa.

A Associação dos Artesãos é um importante ponto de resistência e difusão de conhecimento, uma vez que as associadas detêm profundo conhecimento não só do artesanato, mas de todo o contexto laneiro, pois nasceram no meio dessa atividade. As novas artesãs, por seu turno, são dadas a formas de articulação com os mercados e tecnologias de divulgação, como as redes sociais.

Sobretudo, articulação enquanto artesãs, isto é, como uma classe acima do grupo que compõem, é um ponto importante na tentativa da tão aguardada certificação para os seus produtos ou para a elaboração de outras estratégias coletivas que visem a promoção de seus trabalhos. Considerando o maior poder de articulação que a união dos grupos pode adquirir junto a outros setores da sociedade, com o estabelecimento de pontes entre as redes (RAUD-MATTEDI, 2009).

Nesse sentido, Granovetter (1983; 1973) observa que o melhor uso dos laços fracos é feito por aqueles grupos que conseguem se conectar com círculos sociais diferentes do próprio grupo. Esses laços podem estabelecer pontes entre as redes aumentando o contato dos membros do grupo com outros universos e expandindo seu acesso à informação. Expandir a rede de relações pode permitir novas possibilidades não somente para cada um dos grupos citados, mas também para o território como importante recurso para estratégias de desenvolvimento pautadas na identidade cultural.

Por fim, vale ainda ressaltar a dificuldade de uma articulação entre os diferentes atores (produtores rurais, artesãs e outros envolvidos) que venham a produzir artigos com a lã, como pelegos, por exemplo. Os atores em geral parecem estar reclusos no seu âmbito, sem uma aproximação que possa suscitar novas iniciativas. Algumas artesãs relatam a existência anterior de uma aproximação entre cooperativa e Associação dos Artesãos com o empréstimo de espaço para as artesãs lavarem a lã e produzirem, mas afirmam que desentendimentos entre eles não prolongaram a relação. Nesse sentido, as dificuldades de cooperação se manifestam tanto entre artesãs, que permanecem reclusas em seus grupos, como entre artesãs e demais atores que não conseguem dialogar e acabam minando oportunidades conjuntas.

Alguns aspectos referentes aos saberes envolvidos nessas atividades e à transmissão desse conhecimento são analisados no próximo tópico.

5.3 Os saberes e sua transmissão

Todo o processo produtivo descrito anteriormente não está restrito à sua importância econômica. Essa é apenas uma das esferas contidas nessa cadeia de valor que, ademais de sua importância econômica e social, possui relevância histórica e cultural. Ao verificar com a devida proximidade que requer a questão, encontra-se em cada um dos estágios descritos a presença de um inestimável valor simbólico. Trata-se do conhecimento por trás dos trabalhos empreendidos, da tradição, do ofício que foi construído durante um longo período de tempo compreendido por múltiplas gerações.

A esse tipo de conhecimento, ancorado na cultura e na tradição, atribui-se a expressão saber-fazer. Segundo Flores (2006, p.5) “O saber-fazer local seria uma própria forma de expressão cultural local, que define a identidade, através da qual se estabelecem as relações de indivíduos e grupos”. Nesses termos, podemos definir dois grupos de conhecimento, os quais contém em si, não um único, mas múltiplos saberes. Um deles é a criação de ovinos com o intuito de obter lã de qualidade e todas práticas imbricadas nesse processo. O outro é o artesanato e os conhecimentos nele envolvidos. Não se trata, no entanto, de debater a natureza do conhecimento técnico inerente à produção desses bens. Em certa medida, na descrição anterior desse processo, já foi possível identificar, de forma macroscópica, esses elementos. Há, porém, componentes subjetivos que permeiam a simples descrição do processo produtivo de forma linear (*inputs* e *outputs*). Tais componentes existem na forma da sabedoria e da tradição local. Abordam-se alguns desses itens nesta seção, dando preferência aos que tiveram maior evidência nas falas dos atores entrevistados.

5.3.1 O conhecimento na criação de ovinos

No que diz respeito aos criadores de ovinos, a vocação é aprendida, desde cedo, no convívio familiar. Há também uma grande identificação com os animais criados. Em geral, esses produtores que têm grande apreço pelo animal, denominam, tanto a si quanto aos outros produtores, de “ovelheiros”, como demonstrado na fala de um dos entrevistados:

Tchê, a ovelha foi...bem...eu já venho de geração, né? Meu pai, meu vô, vem de geração. Mas eu comecei, eu mesmo, deve fazer uns 11 anos por aí, 11, 12 anos que eu comecei pra mim mesmo. Que antes eu sempre lidei com ovelha, só que do pai, mas eu me criei no meio, desde que eu nasci o pai tem ovelha, eu nasci no meio das ovelha. Tô sempre dizendo que eu tinha que ter nascido um carneiro, eu gosto tanto de ovelha que não tinha que ter nascido humano, tinha que ter nascido um carneiro de tanto que eu gosto de ovelha, sou ovelheiro mesmo. (COOPERADO 01)

Uma série de saberes necessários no cuidado com o animal são adquiridos por meio da vivência no campo, da lida e dos conhecimentos transmitidos entre outros criadores. Consideram que esses animais possuem uma certa fragilidade e, devido à esta condição frágil requerem cuidado especial. Diferentemente da criação de bovinos, a ovelha requer cuidado quase que individual e demanda mão de obra em maior quantidade e de forma mais intensa. Existe uma série de cuidados como cuidar do casco que dependendo da umidade pode causar problemas ao animal, limpar olhos, dar banho, entre outros. Cuidados esses que em geral são repassados no convívio familiar e se mantêm com a perpetuação da ovinocultura dentro da família.

É nesse contexto que o conhecimento local que permeia os processos de criação aparece. A experiência permite com que uma série de aprendizados aconteçam, como saber a hora certa de tosar o animal, reconhecer as diferenças características entre as raças e suas demandas particulares, dentre outros conhecimentos adquiridos na vivência diária do produtor. O intuito aqui não é de enumerar a sabedoria acumulada, mas de maneira breve mencionar a sua existência, pois existe uma importante instância de saber constituído localmente. De forma geral, todo aprendizado acontece desde cedo no convívio familiar:

Quando ia comparsa de esquila lá pra casa do meu avô no Cerrito meu tio ligava pro pai e dizia assim: manda o Cláudio pra cá pra me ajudar a juntar o rebanho dos ovinos. Que eram em torno de 4, 5 mil ovelhas, levavam 10, 12 dias esquilando. Então todos dias tu botava um lote de 100, 200 ovelhas na mangueira, esquilavam aquelas, no dia seguinte trazia outras. E eu gostava da lida campeira que se diz, de andar a cavalo, de juntar o rebanho. E me admirava ver o esquilador manear a ovelha pra tirar a lã, pra esquilar. Então quando eu não tava no campo com o meu tio, eu tava na volta do galpão vendo como é que eles esquilavam. E uma das coisas assim que como criança e tinha outros primos que ajudavam também, quando ia embolsar a lã, uns fardos de mais ou menos 2 metros e vinte de altura redondo, tem quase um metro de boca de diametro. E a lã era amarrada, cada ovelha que largava o velo era amarrada em quatro partes assim e amontoado e jogada pra dentro daquele saco enorme. Então quando o embolsador, o cara que tava embolsando tinha que pisotear pra lã enxer aquele saco, chegava na metade, ele descia e eu e outro primo maior entrava pra dentro do saco e ele atirava por cima assim o velo, que é uma bola de lã desse tamanho assim e nós socava. Então essa brincadeira de criança na fazenda do meu avô, de ajudar a juntar o rebanho, de ver os caras esquilar, de ver ele atar a lã, o velo e de ver embolsar, era uma brincadeira pra nós, pra mim e pros meus primos, entendesse? (COOPERADO 03)

Isso não significa, no entanto, que toda sabedoria fica restrita à um grupo particular que tem envolvimento hereditário na construção e transmissão dessa inteligência. Obviamente a hereditariedade nesse caso tem um grande peso e a sucessão familiar (tema que ainda será abordado em particular) é uma das principais formas de perpetuar esse saber, até por conta de a criação envolver a posse de terras.

No entanto, como observado durante as sucessivas imersões a campo, também acontece a transmissão do saber entre pessoas de fora do círculo familiar. A esquila, processo analisado na sequência, é um exemplo disso. O saber que envolve essa técnica foi institucionalizado, sendo ofertados cursos onde a transmissão desse conhecimento acontece, não se concretizando apenas por meio de uma transmissão “informal”.

Do ponto de vista da produção lanífera é importante enaltecer também a prática tradicional da esquila (tanto a tosa “a martelo” quanto a “tosa elétrica”). É uma atividade que está no imaginário dos atores que estão envolvidos com a ovinocultura. Não se trata simplesmente de uma etapa, do artifício de retirada do velo de lã dentro de um processo produtivo maior. Esse processo de tosquia, especialmente “a martelo”, faz parte de uma tradição que é guardada na memória dessas pessoas com muito apreço. O dia de esquila é um evento de grandes proporções para os envolvidos. Essa prática requer habilidade, havendo sido imortalizada na canção interpretada por Telmo de Lima Freitas, onde este

renomado cantor transmite o sentimento que permeia esse acontecimento em versos como “Quando é tempo de tosquia já clareia o dia com outro sabor”.

Durante esse evento, que conta com vários trabalhadores, chamados de comparsas⁵⁵, o anfitrião oferece a comida e a bebida, enquanto os trabalhadores, que acampam na propriedade, executam a esquila dividindo as tarefas. Dessa forma são cultivados laços entre esses indivíduos que se ajudam mutuamente. Conforme constata Gaiger (2016, p. 102), “A família nuclear não sobrevive sem redes maiores de parentesco, a pequena produção agrícola sem mútua ajuda comunitária, as unidades domésticas sem relacionamentos *ad hoc* [...]”. Os atores entrevistados relatam minuciosamente esse acontecimento, como por exemplo a artesã 09:

Nós até um ano antes do L. falecer era martelo. Por conta da casa, martelo como chamam. Que aí tu fornece a comida pra eles, né? Às 10 horas um churrasquinho, de manhã o café, às 10 um churrasquinho, ao meio dia almoço, à tarde um café e a noite a janta. E aí eles ficam no galpão, acampam no galpão e esquilam com tesoura. [...] A gente dá tudo né, da tudo. Só tinha um inconveniente, fez dias bons, tavam esquilando, tava ótimo, aí vem a chuva todo mundo vai pra sua casa, porque moram perto. E depois pra voltar? (ARTESÃ 09)

Por meio dessa ação tradicional os atores constroem uma identidade marcada pelo ritmo do trabalho. Essa operação, com seu rito particular, tem sua importância do ponto de vista da sociabilidade envolvida, na construção de laços, mas também na geração de emprego e renda para os trabalhadores contratados para o período de esquila. De forma geral, é um conhecimento fundamental na cadeia ovina que também requer sua devida atenção no que diz respeito à preservação e à transmissão de saberes específicos, não somente a esquila propriamente dita:

Tinha o agarrador, é o que pegava a ovelha no brete, maneava a ovelha e botava 4, 5 ovelha pra cada um. E ia esquilando, o cara ia esquilando e ele ia trazendo mais. E aí tem o outro que era o garreador, que é o que recolhia o velo, o cara esquilava, ele ia lã juntava o velo, entregava na mesa pro cara atar a lã. Ele atava a lã e atirava num canto, num lugar que botava um saco no chão, fazia um depósito. E no outro canto fazia ali pra botar o garreio. E depois de tardezinha, quando tava pra terminar a esquila aí os cara quando paravam a comparsa, começavam a enfardar a lã. (COOPERADO 05)

⁵⁵ Embolsador, esquilador, responsável por manear (atar as patas dos animais). Por vezes, cada um exerce um papel, podendo desempenhar outras funções. Em alguns casos os comparsas contam até com cozinheiro para o tempo que estão acampados.

Nesse sentido, é possível observar que o manejo com os ovinos demanda uma série de conhecimentos adquiridos pelos mais diversos atores. O que se buscou nesse tópico foi revelar a importância desses saberes inerentes à prática da ovinocultura. Do mesmo modo, na sequência, procura-se fazer o mesmo no que diz respeito ao artesanato em lã.

5.3.2 O conhecimento como atributo do artesanato

Sob o enfoque dos trabalhos manuais a essência do aprendizado e a difusão do conhecimento é basicamente a mesma. Esse processo de transmissão do saber por meio da relação familiar foi um fator decisivo na continuidade dessa atividade. Muitas senhoras que hoje trabalham com essa arte relatam ter aprendido em casa, no convívio com mães e avós, como é o caso da Artesã 02: "Eu aprendi também com a mãe. [...] Minha mãe fazia e eu não dava bola, aí depois um dia eu vi ela fazer e não...mas eu vou tentar fazer. Aí eu vi ela fazer, porque eu sou assim, eu vejo a pessoa". (ARTESÃ 02).

Tal situação refere-se especialmente ao caso das artesãs mais antigas. Muitas destas pessoas viveram desde tenra idade em contato com a lã, ajudando em tarefas relacionadas ao artesanato em lã. Mães e avós costumavam produzir seus trabalhos rodeadas por filhas e netas que, no aconchego do lar, adquiriam pouco a pouco essas e outras habilidades.

Segundo Sabourin (2011, p. 39), a transmissão dos saberes entre adultos são exemplos que podem compor relações de reciprocidade, pois, devido à uma relação de compartilhamento, permitem a "força do fazer e de abertura ao outro, de ampliação de sua rede social". Conforme o autor, pesquisas conduzidas no Brasil identificaram que relações simétricas⁵⁶ de reciprocidade suscitam reconhecimento, identificação e amizade.

⁵⁶ As relações de reciprocidade simétrica compreendem igualdade na relação, enquanto assimétricas são relações que contêm desigualdade como, por exemplo, a relação entre patrão e empregado.

Outro fenômeno que cobra importância no que diz respeito à construção histórica desse conhecimento local foram os cursos ofertados durante a infância e juventude dessas mulheres. Muito do conhecimento que existe hoje foi passado pela família, mas também existem artesãs antigas que aprenderam por meio de cursos. A Artesã 01 narra em sua fala que aprendeu o ofício por meio de um curso que realizou, repassando o conhecimento para suas filhas. Segundo suas próprias palavras:

Eu comecei, eu morava na campanha, comecei no tempo que era Emater. Não... Ascar, agora é a Emater, é a mesma, não é? Lá no Alvin Garcia, no colégio Alvin Garcia. Elas foram dar um curso lá, a irmã P. e a Z., que já faleceu e a turma da Emater, era ASCAR naquele tempo, mas é igual. E aí aprendi a fazer o fio e aí segui sempre fazendo fio, fiei muita lã! E até hoje nós trabalhamos, eu e as minhas filhas, pelo curso da Emater. E elas também foram aprendendo, o que eu fazia elas foram aprendendo, as duas, não é? (ARTESÃ 01)

Então, por um lado, aprendiam em casa mediante um ensino informal repassado por parentes e, de outro, de um modo mais formal, por intermédio de cursos e nas próprias escolas, como afirmou uma das entrevistadas: “[...] isso tudo eu aprendi no tempo que eu estudava, que eu fui estudante de colégio de freira. Então a gente aprendeu, eu aprendi muita coisa. Então tinha vontade. Era de campanha e não tinha como investir, não é? ” (ARTESÃ 08). Outro relato demonstra a importância desses cursos que introduziram o ofício do trabalho manual desde muito cedo na vida de uma delas para inclusive tornar-se um meio de renda:

Bom, eu faço...eu comecei a vender artesanato em lã crua, tinha 12 anos...12 anos...e daí pra cá eu sempre trabalhei com a lã. [...] Com uma senhora que tinha muito velo que ela já é morta, Dona M. Ela nos deu aula, então era um grupo. Ela era muito exigente, nós tínhamos entre 20 só saiu 6, conseguiram passar com ela só 6, porque ela era muito...e aí a gente fez o curso com ela, desde os 12 anos que eu tenho as fotos, os trabalhos tudo e desde isso eu nunca mais parei né. (ARTESÃ 04)

Independente das particularidades de cada artesã, um dos aspectos que é mais ressaltado é a quantidade de trabalho envolvida. Por um lado, fazer o fio de lã requer habilidade manual para construir uma linha com boa finura e resistência e antes disso, um grande esforço físico despendido nas etapas anteriores. Por outro lado, os artesanatos necessitam de paciência, pois envolvem muitas horas de trabalho, especialmente atenção, para não cometer erros que comprometam as peças. Além disso

o aprendizado não se restringe à fabricação de artigos, mas a uma série de outros elementos correlacionadas com esse mundo do artesanato, da lã, da ovinocultura de forma geral, conforme consta na fala de uma artesã da geração mais nova que largou sua profissão para se dedicar ao artesanato:

Eu não era artesã, eu era advogada. Aí tudo, tudo eu aprendi com as mulheres daqui. Eu não sabia fiar, eu não sabia lavar, não sabia qualificar uma lã, né? Que que era bom, que que era ruim, né? Uma lã boa, uma lã ruim. Uma ovelha de carne não dá lã, sabe? Aí tem aquela ovelha que dá lã e carne, aí tem aquela ovelha que só dá lã, não dá carne. Então isso aí tudinho elas foram me passando e eu fui aprendendo. (ARTESÃ 10)

Assim, há muito mais elementos envolvidos do que simplesmente a sabedoria necessária para produzir peças. Atualmente as técnicas são ensinadas por intermédio de cursos realizados na Associação dos Artesãos de forma independente ou em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) que ajuda no fornecimento de material. Também de maneira informal algumas pessoas procuram outros artesãos que se dispõem a ensinar de forma particular. Esse movimento vai no sentido de uma preocupação local com o desaparecimento dessa manifestação da cultura local. Conforme fica evidente nas palavras de uma servidora da Emater de Jaguarão que trabalha diretamente com essas senhoras artesãs:

Hoje é uma técnica que está ficando muito nas mãos, na sabedoria de pessoas de mais idade né? De artesãs mais antigas, porque ela não é uma técnica muito fácil assim. Ela demanda de tempo pra tá tecendo e fazendo todo o processo. Tem algumas pessoas que conseguiram, mais jovens, que aprenderam e tão utilizando a técnica, mas não é uma quantidade de pessoas muito grande assim. A gente até se preocupa que se perca, né? Essa cultura e esse conhecimento. (EXTENSIONISTA DA EMATER)

Esse conhecimento local passa por um processo de institucionalização do saber. Existem cursos ministrados por meio da Associação dos Artesãos em parceria com o SENAR que disponibilizam essas informações para outros interessados. Esse processo de passagem de um ensino informal para o ensino formal é importante no sentido de manutenção do conhecimento dos artesãos, bem como de sua expansão. Não pelo menor alcance que a transmissão informal possua, pois já demonstrou sua força após perpetuar por tanto tempo, mas sim, pelo fato de ampliar as chances de assegurar sua continuidade.

O saber-fazer descrito detém grande relevância pelos diversos motivos já descritos, como fonte de trabalho e renda, como meio de inserção social e como forma de criação de laços. A sobrevivência desses conhecimentos passa pela transmissão aos mais jovens e pelo reconhecimento desses ofícios com vistas a motivar o interesse em seu aprendizado. Na próxima seção, o desenvolvimento é analisado sob aspectos que correlacionam esses saberes à geração de renda e ao trabalho por eles gerado.

6. Aspectos gerais sobre desenvolvimento, trabalho e renda

As possibilidades abertas pela valorização de atributos específicos do território, aliadas a sistemas de participação cívica, são, conjuntamente, ingredientes importantes em busca de um desenvolvimento mais inclusivo e ancorado territorialmente. O contato com a realidade reforçou a importância desse debate. Apesar da conjuntura geral da ovinocultura, essa trama resiste, tanto no âmbito da produção da lã bruta como na confecção de sofisticadas peças artesanais.

Nesses termos, compreender o desenvolvimento não passa por criar receitas ou modelos herméticos, senão examinar processos e seus desdobramentos sobre as condições de vida dos atores sociais. Nossa abordagem foi claramente inspirada na visão de Amartya Sen, segundo o qual, o “desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos” (SEN, 2007, p. 29). Nesse sentido, indagamo-nos: como é possível pensar em fomentar processos de ampliação das perspectivas das pessoas “do lugar”, desconsiderando as potencialidades locais e uma identidade construída ao longo de gerações? O próximo tópico persegue o esforço de buscar respostas a essa indagação.

6.1 Outros trabalhos envolvidos nas relações produtivas da cadeia da lã

As atividades produtivas referidas nesta pesquisa têm grande relevância no que diz respeito ao engendrar oportunidades de trabalho e geração de renda em diversas frentes que integram a cadeia da produção lanífera em sua totalidade. Há um envolvimento de trabalhadores, desde o início da produção, com a criação de ovinos.

No entendimento do desenvolvimento como liberdade cunhado por Amartya Sen (2000), a inserção no mercado de trabalho constitui um ato importante sob o ponto de

vista de expandir as liberdades individuais. Ainda que seja necessário levar em consideração outros aspectos, como as condições de trabalho do indivíduo e a sua relação com as oportunidades sociais (acesso à educação e saúde, por exemplo), a existência de um mercado de trabalho livre é um pressuposto para que os atores façam uso efetivo de suas capacidades e tenham sua possibilidade de agência intensificada (PINHEIRO, 2008). Dessa forma, procuramos analisar de maneira ampla o contexto do trabalho que permeia as relações produtivas da cultura da lã.

Nos casos onde o produtor sozinho não consegue cuidar do rebanho por algum motivo específico, seja pelo grande número de cabeças de ovinos ou até mesmo por conta de debilidades físicas do próprio produtor, faz-se necessário a utilização de trabalhadores para cuidar do rebanho:

Eu me recordo que em frente a minha chácara lá no Cerrito, no quilombo. Tem uma estância, até hoje tá lá a estância, tinha 5 mil hectares de campo e tinha um rebanho de 15 mil cabeças de ovelha. Então a esquila que eu te digo que eu ficava lá uma semana na casa do meu avô pra esquilar 1200 ovelhas, pra esquilar 15 mil ovelhas levava 30 dias. Eram de 10 a 12 esquiladores, cada um esquilando uma ovelha e se chamava esquila com tesoura a martelo. Aquela tesoura comum. Hoje as tesouras são elétricas, tu não tem que tá forcejando com o braço, só vai girando que nem máquina de cortar cabelo. (COOPERADO 03)

Mesmo quando o volume de ovinos é pequeno e pode ser cuidado pelo próprio produtor, há necessidade de empregar mão de obra qualificada para o processo de esquila. Assim sendo, existe uma parcela de trabalho e renda que é distribuída entre terceiros durante o período de esquila. A época de safra também traz consigo a necessidade de trabalhadores para o transporte das cargas de lã. Com efeito, os meses de tosquia representam uma renda extra para o trabalhador rural que deve dominar as técnicas desse métier:

Sabe como é que funciona a esquila? Era assim, lá em casa também passavam quase duas semanas esquilando de tanto bicho que tinha. Eles fazem assim, o cara vai esquilando e cada ovelha que tu esquila ele dá uma fichinha, uma latinha. E no fim ele ganha pro ovelha esquilada. Cada esquilador, por exemplo, eu esquilei uma ovelha e ele tem uma latinha no lugar onde ele esquila, que o garreador como chamam, que é o que junta os velo, junta a lã e quando junta a lã larga a latinha ali, é uma ficha. Uma fichinha pra cada um. No fim do dia ele conta, tenho 30 ficha, ele esquilou 30 ovelha. Aí o dono da comparsa vai lá e anota, fulano de tal, tantas. Vai juntando, no fim da esquila paga por cabeça. (COOPERADO 05)

Essa mão de obra especializada constitui um importante ativo, nos termos descritos por Benko e Pecqueur (2001), nessa cadeia produtiva. Entrementes, esses profissionais estão se tornando escassos. Existe dificuldade na região de encontrar trabalhadores rurais e, sobretudo, esquiladores conforme comenta um dos entrevistados: “Que um dos problemas hoje é a mão de obra pra esquilar. O produtor procura um profissional pra esquilar, ele não acha, tá difícil” (COOPERADO 02). Apesar de ser um setor marcado pela tradição e conservadorismo, a ovinocultura também sofreu modernização, a exemplo do crescimento da esquila elétrica. Uma das artesãs e pecuarista ligada à cooperativa, acrescenta: “Pra esquilar agora a maioria esquila com máquina, máquina elétrica” (ARTESÃ 09)

Segundo Milton Santos (2000), mesmo com o surgimento de uma nova técnica, a antiga não deixa de existir. De fato, a esquila elétrica sobrepõe-se à manual, no entanto esta última ainda coexiste, mesmo que com menor frequência. Essa inovação tecnológica não diminui a importância da atividade responsável por gerar um trabalho temporário. À medida que essa nova técnica é implementada, o processo torna-se mais rápido e menos dispendioso, mas ainda requer a atuação desses sujeitos.

Mesmo com uma iniciativa de qualificação por parte da cooperativa com cursos para formação de profissionais nessa função, não há um reflexo direto na oferta: “A gente fez, acho, que cinco cursos aqui com doze pessoas cada curso e nenhum seguiu. Então tá difícil é essa mão de obra pra esquila” (COOPERADO 02).

Acrescido a isso, soma-se o fato de que os trabalhadores, em geral, tornaram-se escassos no âmbito específico da ovinocultura:

Eu acho que agora o problema da ovelha é a mão de obra, né. Hoje em dia ninguém sabe mais lidar com ovelha, são poucos, pouquíssimos que sabem. E isso é uma coisa, esses grandes mesmos pararam com a criação de ovelha por causa da mão de obra. (COOPERADO 01)

Todas as atividades e recursos ligados desde a criação do animal até a venda final pela cooperativa, são vitais para bom funcionamento dessa dinâmica produtiva. Um ator de grande relevância nesse processo é o classificador de lãs, trabalhador responsável por identificar especificidades da fibra e classificá-la de acordo com as suas propriedades.

Trata-se de uma atividade laboral altamente especializada no que se refere ao conhecimento técnico. Ao recordar a época de participação na cooperativa, a artesã 09 relembra que esse profissional chegou a ministrar cursos em São Paulo “O P. aí era ótimo classificador. Na época, acho que foi o V., que mandou ele pra São Paulo pra ensinar o pessoal pra classificar”.

Do ponto de vista do artesanato isso também acontece na medida em que a lã demanda processos anteriores ao do artesão, como a lavagem, por exemplo. O esforço físico que envolve esses processos torna essas atividades difíceis de serem executadas por artesãs idosas. Ou, por vezes, a artesã não sabe realizar esse trabalho com o nível de excelência necessário, especialmente no caso do fio de lã natural.

A situação da fabricação de fio se assemelha ao momento atual do trabalho de tosquia, pois, nesse caso, também não há uma grande oferta de mão de obra qualificada. Esse cenário é apresentado na fala da artesã 01: “[...] é muito pouco a gente que trabalha, fazer o fio. Por que se sentar pra fazer um fio numa máquina tem que ter persistência e caprichar, não é? Por causa que pra fazer esse fio aí tem que te capricho”.

A queda no número de fiandeiras, contudo, parece acontecer de maneira mais acentuada como indicam as falas de algumas artesãs entrevistadas, em especial a artesã 06. Ela comenta que um dos fatores que fazem com que a produção de fio seja pequena é a dificuldade de cardagem, processo que demanda um grande esforço físico:

Eu acho que uma é a dificuldade de a gente conseguir o fio, o fio é difícil conseguir, porque são poucas as fiandeiras que fazem um fio bom da ovelha pro crochê. O fio mais grosso é mais fácil, mas o fininho é mais difícil. Não tem muitos fiandeiros. A lã é cara pra gente conseguir, né? Agora mesmo se sair esse concurso, se eu ganhar, é uma das coisas que eu quero comprar é uma carda elétrica pras fiandeiras fiarem. Porque cardar lã é o mais difícil pra fiar. Então se a gente tiver uma carda que é importada, vai ser importada. Então se a gente tiver uma carda pra cardar, vai ter mais gente fiando lã. Então esse é o foco agora, o foco agora é isso, ensinar as pessoas o *jacquard* e que se interessem também em fazer o fio. São poucas em Jaguarão. É difícil tu conseguir um fio bom, então eu acho que uma das coisas que a gente precisa é uma ajuda elétrica pra cardar, que aí depois é mais fácil de fazer. Que todo é na roca, né? A lã é fiada na roca. (ARTESÃ 06)

A cardagem (Figura 12) é o processo mais extenuante dentre as etapas produtivas necessárias, dado que é feito manualmente. Essa operação é realizada para desenredar a lã, fazendo com que as fibras fiquem na mesma direção, o que facilita a fiação. Em

geral necessita de muito esforço físico, pois penteia-se a lã lavada com duas escovas até conseguir agrupar as fibras.



Figura 12: Lã cardada

Fonte: Acervo do autor.

Com a lã cardada pode-se iniciar o processo de fabricação do fio com a utilização de uma roca⁵⁷ de pedal ou elétrica (Figura 13). Essa é a etapa que demanda mais habilidade manual e, dependendo da destreza do fiandeiro(a), o fio de lã pode ficar mais ou menos fino. Consiste em amarrar um cordão no carretel e com uma das mãos segurar a lã cardada e com a outra solta-se a quantidade lã que determina a espessura do fio. À medida que o fio vai ficando pronto, vai enrolando-se no carretel. A máquina alonga e torce as fibras da lã, o que une as fibras e dá resistência ao fio (a torção do fio influencia no peso dos artigos confeccionados com ele).

⁵⁷ A primeira movimentada com os pés utilizando pedais e a segunda com motor geralmente reaproveitado (como de motor geladeira, por exemplo). A roca de motor, por ser mais rápida necessita de maior habilidade e cuidado para não rebentar o fio.



Figura 13: Roca elétrica.

Fonte: Acervo do autor.

A mesma artesã citada anteriormente (artesã 06) reconhece a importância dessa operação para quem produz o fio de lã:

Por exemplo, eu mesmo, eu compro. Mora lá fora a fiandeira que fia pra mim. Então eu tô dando trabalho pra ela, tô pedindo, telefonando, quero tanto, 2kg de tal lã, 1 kg de tal cor. Então ela me manda, né? Ela tá lá fora e tá trabalhando pro que eu tô produzindo aqui, né? Então acho que é muito interessante isso, a gente não só trabalhar, mas também proporcionar ganho ao outro. Uma produtora que ela tem cinco hectares lá fora, poucas ovelhinhas, pouquinhos, então ela fia muita lã, ela fia muito bem. (Artesã 06)

O fio de lã natural é o ponto crítico na produção do artesanato. A redução na oferta também está relacionada com a perda de um saber fazer transmitido por meio de gerações que viviam essencialmente na zona rural. De forma geral, todas essas atividades encontram-se imbricadas e dependentes umas das outras. Sem o fio não se faz o artesanato. Sem a produção de lã e a esquila não é possível produzir o fio. Nesse sentido, há uma preocupação local com a manutenção de um conjunto de elementos que envolvem a ovinocultura.

Não obstante, assim como no caso dos esquiladores, cursos são ministrados nesse sentido, porém, aparentemente não refletem na ampliação da mão de obra empregada. Segundo conta uma das artesãs entrevistadas, esse é um problema recorrente nos trabalhos relacionados ao meio rural. A falta de interesse em aprender os

ofícios ofertados nos cursos, inclusive em outras áreas alheias à produção de lã, indica um cenário de debilidade no que se refere à situação da mão de obra rural e local de um modo geral:

E pro sindicato não pagar multa, nós temos que nós fazer. Porque o sindicato nos ajuda muito, nós temos que nós entrar no curso às vezes, pra nós não interessa, mas pra não voltar o curso pro sindicato não pagar a multa o sindicato rural. Porque se o curso vier e não aparecer as pessoas o sindicato rural paga a multa. Então que que nós fazemos? Aí nós temos que entrar, às vezes pra nós não interessa o curso, eu tenho já, sabe quantos cursos eu tenho pelo SENAR? 79... 79 cursos, porque tudo que é curso eu tenho que entrar pra não o sindicato tá sempre ajudando a gente, então a gente vai. A gente já sabe, mas a gente não vai trabalhar com aquilo, mas ao menos a gente faz o curso. (ARTESÃ 04)

Esses trabalhos poderiam ser absorvidos por pessoas em situação de desemprego como uma fonte de renda e de inserção social. Para Sen (2000), não ter emprego não é meramente em uma diminuição de renda, existem outros efeitos cerceadores da liberdade, da iniciativa e das habilidades dos atores sociais. De acordo com o autor citado, o desemprego promove a exclusão social de determinados grupos, acarretando em perda de autonomia, autoconfiança e até mesmo influenciando na saúde física e psicológica desses grupos.

Outro aspecto importante que recai sobre as artesãs é a legitimação do seu trabalho, uma “oficialização” do trabalho doméstico que passa a ter representatividade e ser reconhecido socialmente. Ao ser questionada o porquê da procura para aprender o artesanato, a artesã 06 responde que “Eles procuram geralmente porque todo mundo precisa trabalhar. Ou a pessoa é doméstica e não pode trabalhar fora e quer ter uma renda”. Nesse sentido, a impossibilidade de trabalhar fora de casa é atenuada pela possibilidade que o artesanato lhe oferece de manter uma ocupação que está de acordo com suas restrições.

Em conclusão, é possível afirmar que a manutenção tanto da produção local de lã como do artesanato tem implicações muito mais amplas que as duas figuras destacadas como principais atores deste trabalho: artesã e pecuarista. Os outros atores que permeiam estas relações produtivas, apesar de não constituírem o foco desta pesquisa, são essenciais para que a ovinocultura persista no espaço e no tempo.

Vivemos hoje um momento em que o mundo do trabalho está imerso num contexto de grandes dificuldades do ponto de vista de ocupar um conjunto crescente de

indivíduos, sobretudo, os que apresentam baixa escolaridade e com escassas possibilidades de serem absorvidos. Nesse contexto, parecem legítimas as críticas de alguns entrevistados no sentido de questionar os cursos ministrados por órgãos como SENAR, especialmente quando pouca relação guardam com as demandas efetivas da população local.

Ainda que ganhos em termos de renda não se traduzam, necessariamente, no aumento das liberdades individuais, nos termos de Sen (2000), a privação da liberdade econômica pode acarretar na privação de outras liberdades como a liberdade social e política. Assim, a renda possui grande importância nesse panorama. Alguns aspectos referentes à renda gerada por essas atividades são analisados na sequência.

6.2 A renda gerada pelas atividades produtivas

Apesar das sucessivas advertências que Amartya Sen faz sobre a superficialidade de considerar exclusivamente a renda *per capita* como fator de análise para compreender o desenvolvimento, ela é elemento constituinte desse processo e de extrema importância para ser observada. Mais do que falar em ter ou não renda, é importante expor as relações entre a renda e a liberdade, isto é, perceber as condições de vida intermediadas por ela e sua correlação com a autodeterminação dos agentes.

A lã bruta, enquanto mercadoria, costumava ser um importante bem de troca para o abastecimento da propriedade rural em Jaguarão e região até meados da década de 1980, como já foi demonstrado. As rendas advindas do chamado “ouro branco” eram capazes de abastecer a família durante o ano, pagando comida e despesas do estabelecimento rural. A queda de seu valor e o abandono dessa atividade por diversos produtores são aspectos interconectados.

Por outro lado, há que se levar em conta a reconfiguração dessa produção. Como mostra o estudo de Desimon e Novello (2012), aconteceu em Jaguarão uma transição de uma pecuária de alto volume de produção para a pecuária familiar. Produtores locais também identificam essa reconfiguração no perfil dos produtores de ovinos, conforme

relata um dos entrevistados: “os rebanho antigamente eram dos grandes fazendeiros que tinham. Hoje em dia tá na mão dos pequenininhos, tudo mudou né?” (COOPERADO 01). Ainda assim, o produtor entrevistado reconhece que a ovinocultura combina com esse novo perfil de pecuarista pelos cuidados que envolvem a atividade:

Sim, principalmente pra esses pequeno mesmo, seria um... assim, porque a ovelha ela te dá dois produtos na verdade, te dá a carne e te dá a lã, é diferente. Principalmente pros pequenos, pros pequenos a ovelha é um troço que casa certinho com os pequenos agricultores, entendesse? Pra agricultura familiar assim é perfeito, porque é um troço que é um bichinho que tu tem que ter um pouco mais de cuidado, diferente do gado, entendesse? Tem que tá cuidando mais, então seria assim, se adapta muito bem principalmente aos pequenos. (COOPERADO 01)

Dessa forma, a ovinocultura constitui uma prática importante para gerar renda a propriedades de pequena extensão, tendo em vista também a menor necessidade de espaço físico para produzir ovinos. Além disso, com o avanço da agricultura (grandes culturas) na região, a ovinocultura é importante como fronteira viva frente ao avanço sobre o bioma pampa pelas monoculturas. O cooperado 03 faz um alerta nesse sentido:

Olha pro nosso município ainda tem, porque o que eu tava te falando, em lugar da ovelha, da vaca, do boi, tu planta soja, tu planta o milho, tu planta o arroz, tu planta o feijão, mas tem zonas de campos no nosso município da zona do curral de pedra, na zona do bote, no município de Herval que é campo muito dobrado, não da pra lavar, não se presta pra agricultura. Então nesse campo, que a agricultura, que o campo não é propício pra isso, tu bota a ovelha, tu bota a vaca, entendeu? Tu vai criar, tu é proprietário, então tu vai criar, teu gado te dá uma renda, a ovelha te dá. (COOPERADO 03)

Outra particularidade no caso da produção de lã é a periodicidade dessa fonte de renda. Segundo o cooperado 04:

Olha, a atividade laneira se nós partirmos pra pensar o conceito de renda, que um ovino te dá 4 quilos de lã esse ano e o ano que vem ele te dá mais 4 e tu permanece com o ovino, então tu chegaria mais ou menos aí no que é renda. Lã é renda, certo? Não é como abate o ovino e vende a carne, você acabou com o ovino. Não, ele te produz a cada ano 4 quilos, então ele te produz aquilo como renda. Claro que você tem custos de manter ele, tem bastante mão de obra e tem um controle bastante grande em controle de vermífugo, principalmente vermífugo e cuidados com casco, com o ovino em si, né? Então a mão de obra é bastante intensa. Mas ela produz muito. (COOPERADO 04)

Um aspecto considerado pelo cooperado 04 diz respeito à integração dessa atividade com o território em termos da distribuição da renda gerada com a produção de lã. Como tem grande demanda de trabalho em torno dessa prática, a contratação, mesmo, que temporária de trabalhadores rurais acaba por distribuir internamente um pouco da renda proveniente da ovinocultura. Não é o mesmo, por exemplo, com o caso da soja:

Na verdade, a renda, ela te agrega muito. Você praticamente você não transfere, porque você tem, você recebe, por exemplo. Você só transfere o que você gasta com o vermífugo, o restante da receita da lã, ela é ingresso total no local, na região. É diferentemente, por exemplo, quando você produz soja, que você transfere uma boa parte dessa renda através de insumos que você adquire de fora, sementes que você adquire de fora, do combustível que adquire de fora. Então, os insumos dentro do contexto dessa renda gerada têm um espaço muito grande. Na lã, não. A mão de obra pra esquilhar é local, então é renda acrescenta no local. A única coisa que você transfere é o vermífugo, a limpeza pro piolhida, coisas assim do gênero. O resto tudo é receita que agrega no local. (COOPERADO 04)

Destarte, o contexto local da ovinocultura favorece a distribuição da renda mediante toda a estrutura de trabalhadores envolvidos. Não só os trabalhadores que atuam no campo são impactados, mas também aqueles outros de que a estrutura administrativa da cooperativa depende. Os reflexos dessa atividade produtiva vão além dos limites do produtor e dos trabalhadores que atuam diretamente com ele.

A loja veterinária que a cooperativa mantém para os meses em que não há esquila é um exemplo disso, pois abriga funcionários que pouca relação tem com a lã e, ainda assim, só existe por conta da produção de lã. A fala do cooperado 02 é emblemática no sentido de traduzir como essa atividade é importante para além do produtor rural e para além da renda, despertando novas habilidades nos indivíduos e imprimindo qualidade de vida. Funcionário da cooperativa desde a adolescência, o entrevistado demonstra certa gratidão ao falar dessa prática e de como impactou na sua vida, possibilitando, dentre outras coisas, a compra de sua casa:

Bah, eu te digo assim...a lã eu comecei pra, pra te contar a história, eu comecei aqui com 15 anos. Hoje...20 e poucos anos que eu trabalho aqui. Eu fazia...comecei a fazer sistemas de computador, que eu faço tudo um pouquinho e os ícones do meu sistema era uma ovelha, eu sempre colocava uma ovelha. Porque eu comecei aqui, foi minha casa eu adquiri aqui, tudo que eu adquiri foi através da ovelha, entendeu? Meu conhecimento, mesmo que eu faça outras

coisas, eu adquiri através da ovelha, não tem nada que não esteja ligado com a ovelha, com essa parte de pecuária. Ah, hoje eu faço trabalho com informática também alguma coisa, mas se iniciou tudo...se eu não tivesse começado aqui que no primeiro ano já fiquei funcionário da empresa, porque no primeiro ano já apostaram, já apostaram em mim e mandaram eu fazer um curso técnico pelo Ministério da Agricultura para trabalhar com lã e aí eu virei técnico em lã naquele primeiro ano. Então eu tive uma sorte ao mesmo tempo, né? Quando eu comecei aqui, não sei, eu gostei e aprendi rápido o ofício ali e eles não...tu vai fazer o curso, me destaquei. Então ovelha pra mim é...ovelha e as coisas da pecuária, eu devo tudo a isso. (COOPERADO 02)

O artesanato também se destaca por sua capacidade de gerar renda para os envolvidos. As peculiaridades do artesanato, como o grande tempo gasto na produção de peças e a comercialização esporádica, caracterizam o artesanato em lã, por vezes, como um complemento de renda ou renda eventual:

Mas é, um dia a gente vende, fica dois, três meses sem vender e aí vai, não é? Porque é um produto caro, que as pessoas acham caro. É caro, mas esse pala mesmo eu levei quase dois meses pra fazer, tá certo que eu fiz ele devagarinho, mas é um tecido que a gente faz ponto por ponto, não é? Dessa lã aí levou o que, uns quatro rolos como esse aí pra fazer esse pala. (ARTESÃ 08)

As artesãs mais idosas são em geral aposentadas e utilizam esse ganho como um complemento de renda, conforme relato de uma das entrevistadas: “Tô aposentada, graças a Deus. Tenho meu dinheiro da aposentadoria, mas sempre é uma ajuda também, né” (ARTESÃ 02). No mesmo sentido, outra entrevistada também conta que utiliza o dinheiro do artesanato como um complemento para a aposentadoria, no entanto, alerta que seria possível viver somente com a renda do artesanato, caso fosse preciso: “Então, é claro, eu sou aposentada e tudo, mas se eu tivesse que viver sempre do artesanato, aí daria, eu vivia do artesanato, mas não” (ARTESÃ 04).

Sobretudo as artesãs mais jovens, que conseguem dar um foco maior para a produção e comercialização, conseguem manter-se através dessa renda, muito por conta do alto valor das peças:

Eu gosto de fazer o artesanato, mas eu gosto de fazer com que outras mulheres aprendam a fazer do artesanato a sua renda principal. Se emancipar, trabalhar justamente com aquilo. Porque se a pessoa foca bastante no artesanato dá pra ter uma renda muito boa, muito melhor do que como se diz...trabalhar aí, sei lá, com funcionalismo público, né? (ARTESÃ 10)

Ao ser perguntada sobre a importância da lã para a sua vida, a artesã 01 destaca a relevância do artesanato quando diz ter conseguido adquirir coisas para a sua casa por meio desse trabalho: “Isso me valeu muito, comprei muita coisa pra dentro de casa com o trabalho feito da lã. [...] Tudo da lã, me valeu muito. Nos ajuda muito a lã”. Da mesma forma a artesã 06 relata que os proventos obtidos por meio do trabalho manual lhe possibilitaram inclusive ajudar a sua família “Porque se eu vivi, tô com 77 anos, toda vida trabalhando nisso, tem condições de muitas pessoas seguirem trabalhando em casa e vivendo e criando filho, criando neto e ganhando bem com o artesanato” (ARTESÃ 06).

Esses relatos revelam o real reflexo dessa renda na vida destas pessoas. A importância não recai sobre a quantidade ou um valor monetário preciso criado por meio dessas atividades, mas sim nas implicações que essa renda gera na vida das pessoas que trabalham nessa atividade. O impacto desse fato é transmitido pela artesã 04, ao revelar ter sustentado os estudos do seu filho fazendo trabalhos para uma loja:

No início foi ajudando, o meu filho estudou e eu sempre vendendo poncho e cobertor e tudo pra pagar os estudos dele, né? Que ele estudava na Católica em Pelotas [Universidade Católica de Pelotas] e ele se formou e depois que ele se formou eu deixei de trabalhar. Aí ele tava formado, eu digo assim, agora sim vou descansar. Mas eu dei duro, ah eu dei duro, porque eu tinha encomenda, eu trabalhava pra uma loja em Pato Branco e vinha todos os meses, ele vinha, eu tinha que entregar aquela quantia né? Então eu trabalhei, mas eu dei duro., aí depois que o filho se formou eu digo, nem vou trabalhar mais, me atirei nas corda, mas se eu quisesse, eu digo assim, vou trabalhar, eu trabalho. (ARTESÃ 04)

Esse excerto demonstra a importância que essa atividade possui em termos de geração de renda e como ela impacta diretamente na vida das artesãs e de suas famílias. O acesso a mercados, ocasionado pelo artesanato, permite uma ampliação da capacidade de ação dos indivíduos que conseguem adotar esse tipo de trabalho em seu dia a dia, criando novas possibilidades pessoas com muito baixa escolaridade.

A comercialização é um fator substancial nessas dinâmicas analisadas. Porém, outros aspectos como a satisfação pessoal com o trabalho realizado assumem igual importância e merecem ser ressaltados. Tais questões são abordadas no próximo tópico.

6.3 Os limites do mercado: outros significados para além da produção

Aspectos como satisfação pessoal pela realização do trabalho, apreço pela atividade enquanto ocupação e produção para o autoconsumo são dimensões que conformam esse quadro. Tais aspectos surgem na fala dos atores entrevistados como demasiado relevantes para serem negligenciados.

Esse entendimento vai ao encontro das teses de Granovetter (1983) quando propõe que as redes de relacionamento não são pautadas exclusivamente por um interesse econômico. Demais fatores como reconhecimento, sociabilidade, estatuto e poder são levados em consideração e almejados pelos atores que participam dessas relações (RAUD-MATTEDI, 2009).

Ao depararmos-nos com o dia a dia do trabalho com o artesanato, algumas dessas dimensões ficam evidentes de imediato. Suas falas, além de carregar a relevância da renda obtida com esse trabalho, trazem, ainda com mais evidência, a satisfação e o prazer que o trabalho lhes possibilita. Exercer essas atividades, permite que aflorem sua criatividade e, sobretudo, as senhoras, já aposentadas, obtenham uma ocupação que lhes satisfaça. Nas palavras de uma delas: “Olha, em primeiro lugar, que eu não sei tá parada e eu gosto de fazer esse trabalho. Gostei e tô gostando de fazer, de fiar lã, de fazer os trabalho também e é uma rendinha que me dá a mais, não é? E também não tô parada” (ARTESÃ 02)

Não apenas o trabalho de artesanato, mas todas as outras tarefas envolvidas nesse meio, como o fato de ensinar para outras pessoas como relata a Artesã 06 “Ah a minha vida...é o prazer da minha vida é fazer e ensinar, né? O *jacquard*. Trabalhar no *jacquard*, trabalho sempre, sempre trabalhando, sempre com encomendas, sempre atendendo”. Outra artesã conta que o trabalho no artesanato funciona como uma terapia para ela: “Pra mim é bem importante, porque é uma ajuda na renda e é uma terapia. É uma terapia. Ah, porque o artesanato tu te concentra naquilo e te limpa a mente né. Qualquer tipo de artesanato. E quando tu vende, te limpa melhor ainda” (ARTESÃ 03).

O trabalho passa a ser uma forma de ocupação e de passar o tempo para as artesãs, havendo uma porosidade nas fronteiras entre o trabalho e o lazer da produção.

Por esse ângulo, há que se considerar também a importância de possibilitar com que exerçam suas habilidades e mantenham uma atividade que lhes traz bem-estar.

Outras atividades exercidas por algumas artesãs, como a doação de roupas para o hospital local, o trabalho de ensino empreendido junto ao presídio municipal são exemplos de ações em torno do artesanato que não se enquadram dentro do âmbito mercantil. Tais ações expandem-se assumindo novos significados para o trabalho, permitindo o estabelecimento de relações de reciprocidade, forjando outras dimensões que não do simples intercâmbio de trocas monetárias.

Essas relações podem ser ilustradas por meio da descrição oferecida por uma artesã já bastante idosa. Ela justifica a permanência do seu trabalho com o intuito de doá-los e explica que recebe restos de lã não aproveitados e assim produz artigos, que carregam em si, a marca da generosidade:

Enquanto eu pude trabalhar e posso trabalhar, mas agora eu acho que minha idade já cansei, já estou com 90 anos, vou fazer 91. Digo não, já o que eu tinha que fazer eu já fiz. Agora eu tô fazendo, me dão restos de lã, tô fazendo carpinzinho de bebê pra doar. Pra não tá parada, porque eu não sei tá parada, alguma coisa eu tenho que tá mexendo. (ARTESÃ 01)

O ovinocultor, da mesma forma, não tem suas ações pautadas dentro dos limites dos mercados, a criação de ovinos também se justifica por outras questões que não se limitam ao comércio. Algumas falas relevam o grande apreço pelo animal que o produtor constrói nessa condição. Um dos comentários nesse sentido vem de uma artesã e produtora rural:

Ah, eu acho muito bom, eu gosto de tudo. Eu gosto da ovelha, do cordeiro, gosto de criar guacho, de dar leite. Assim, cuidar. Eu gosto de tudo, tudo. Até o cheiro da ovelha eu gosto, da cera eu gosto. Sempre gostei, né? Sempre, sempre gostei. E a lã depois é uma loucura, né? (ARTESÃ 09)

Outro produtor entrevistado demonstra, ainda de maneira mais enfática, essa relação com o animal:

Bá, pra mim é tudo de bom. É isso, como eu te disse, eu tinha que ter nascido um carneiro, gosto tanto de ovelha que eu tinha que ter sido um carneiro, não um ser humano. Ah, eu tá louco, sou apaixonado por ovelha, né? Ovelha é um troço que uma que já tem no sangue assim, meu pai é ovelheiro, meus avôs eram ovelheiros, eu sou ovelheiro. (COOPERADO 01)

A produção de ovinos é também fundamental para o âmbito do autoconsumo, especialmente em termos da carne consumida nas propriedades rurais. Há casos, onde a produção de ovinos na propriedade rural é voltada exclusivamente para o autoconsumo, enquanto a renda principal da unidade familiar é retirada de outras atividades. Sendo assim, é uma prática que está essencialmente conectada com a cultura alimentar da região. Um exemplo nesse sentido é dado por um dos respondentes: “Então, ainda é negócio ter ovelha. Não é um bom negócio, não é. Mas, toda a pecuária, todo o proprietário rural que tem ovelha no campo, tem pro consumo, todos os mês tu abate ovelha, te deixa 20 quilos de carne” (COOPERADO 03).

Como já referido, o mercado é parte integrante e substancialmente importante dessas atividades produtivas analisadas, mas encontra seus limites em outros tipos de motivação como a utilização de ovelhas para o consumo familiar, a produção do artesanato como lazer e ocupação, dentre outros descritos anteriormente. Diante do cenário exposto, as expectativas dos atores sociais entrevistados em relação ao futuro são diversas e merecem receber a devida atenção que lhes cabe. Nesse sentido, a próxima parte deste trabalho é responsável por trazer os relatos que artesãos e cooperados forneceram quanto às suas percepções sobre o futuro das atividades produtivas que, em boa medida, dão sentido às próprias vidas.

7. Percepções sobre o futuro das atividades

A arte de predizer o futuro foi e ainda é um dos maiores anseios humanos. Descobrir no hoje os acontecimentos reservados para o terreno do amanhã é, sem dúvida, uma tarefa muito sedutora ainda que totalmente inalcançável.

O questionamento que propusemos aos atores entrevistados sobre como enxergam o futuro dessas atividades de que fazem parte não teve por intenção interpretar os acontecimentos vindouros, nem fazer prognósticos. O exercício de projetar o futuro nos diz mais sobre o presente. As preocupações acerca do porvir fornecidas a campo nos permitem um entendimento muito melhor do presente e das transformações que estão em curso do que propriamente vaticinar sobre incertezas.

É dessa forma que procuramos explorar as falas dos atores com os quais interagimos no curso desta pesquisa, buscando, nas suas projeções, os indícios de um momento atual em mutação e do direcionamento que comandará suas escolhas. A tarefa de concatenar esses entendimentos pode não ser fácil, haja vista a gama de possibilidades e interpretações que múltiplos atores podem manifestar. O que chama atenção nessa situação é a pouca discrepância de sentidos detectados durante as entrevistas.

Na interpretação fornecida pelos atores, o contexto produtivo local passa por transformações e pode acarretar o cessamento da atividade de muitos ovinocultores. As declarações fornecidas pelas artesãs são interessantes sobre essa circunstância, pois denotam, em suas falas, a experiência de quem já viveu essa transição, deixando o campo e a prática da ovinocultura. Conforme aludido por uma das artesãs respondentes: “A ovelha tá ficando em extinção” (ARTESÃ 07).

Das mais diversas motivações que possam levar os produtores a se retirarem da criação de ovinos, dois fatores se destacam nas falas dos entrevistados: o avanço da agricultura (lavouras de soja e milho, especialmente) sobre os campos antes utilizados na pecuária e o abigeato de ovinos.

Um dos entrevistados narra essa transição para a agricultura voltada ao agronegócio exportador (soja) e enfatiza sua preocupação no que diz respeito à supressão dos rebanhos mediante a expansão dessas culturas:

Olha, nos últimos anos vem diminuindo sim o rebanho. Tá diminuindo o número de criadores de ovelha. Então tem épocas dá uma melhorada, bah a lâ agora aumentou, os produtores agora começaram a comprar ovelha, ventres pra encarneirar, pra aumentar o rebanho. É pouquíssimo que se vê. Eu te confesso, acho que não vou tá aqui pra ver, mas a tendência, com a política que tem nosso país com a agricultura, com o agronegócio, que não tem estímulo, se seguir assim... vai acabar, vai desaparecer o rebanho do campo, vai ficar só o gado. (COOPERADO 03)

A percepção sobre o avanço das monoculturas é bastante clara. Essa prática força o êxodo de produtores que se encontram entre “a cruz e a espada”. De um lado, a pouca renda proveniente dos ovinos contrasta com os ganhos provenientes do arrendamento de suas propriedades, especialmente para a soja que usa sementes transgênicas e uma carga de agrotóxicos elevada. Esse acontecimento fala de um importante fenômeno atual na contravertida história da ovinocultura. Se na Inglaterra do século XVI a ascensão da indústria têxtil provocou os cercamentos e a expulsão dos camponeses dos campos, a dinâmica atual parece atuar expulsando tanto os camponeses quanto os próprios animais de uma só vez com o crescimento das monoculturas, especialmente no que se refere à expansão da cultura da soja na região, aspecto que recebeu muita ênfase durante as entrevistas.

Esta oleaginosa tem ganhado notoriedade no município, sendo um dos fatores responsáveis pelo afastamento dos ovinocultores na percepção dos atores locais. Segundo um dos entrevistados “Hoje acompanha, a ovelha acompanha um pouco a topografia do terreno. Aonde a soja tem dificuldade de entrar, ali fica mais ovelha. Mais ou menos essa é a lógica” (COOPERADO 04). Ou seja, a ovinocultura acaba sendo empurrada para áreas cuja topografia não favorece a soja, cultivo altamente mecanizado.

Nesse mesmo sentido, a melhor compensação financeira que essas atividades proporcionam também são um atrativo para os produtores rurais:

Diminui uma pela produção também, a quantidade de ovelhas diminuiu, porque o cara vendeu as ovelhas e arrendou o campo pra soja, tá? E outro fator, além de perder valor que é a concorrência, a indústria. A agricultura, a soja, o arroz, o trigo, o feijão, o milho começou a ocupar o lugar do gado nessa fazenda que eu te falo de 5 mil hectares que hoje tá reduzida a 2500 não tem nenhuma ovelha mais,

nem pra consumo do peão, do empregado, mas em compensação tem 500 hectares de arroz, tem 600 hectares de soja e o resto é boi e vaca. Porque o valor da ovelha, o lugar que a ovelha ocupava e a lã que valia, hoje não tem quase valor comercial. Então o cara prefere em vez de ter num hectare, do tamanho do largo da bandeira, 1 hectare 100 por 100, tu tinha duas ovelha e uma vaca, hoje tu tem só uma vaca ou não tem nenhuma e tens 1 hectare de soja ou de milho ou de feijão ou de arroz, o que tu produz da soja, do milho e do arroz, é mais do que te dava vamos dizer assim, uma renda muito maior do que tu ter uma ou duas ou 100 ovelhas ou 1000. (COOPERADO 03)

O depoimento da artesã 08 corrobora esse entendimento, demonstrando que parte dos produtores deixam a produção pecuária para arrendar o campo para as grandes lavouras:

Olha, tá ficando meio escasso. Com esse problema da plantação de soja mesmo, o rebanho tá terminando. Tá ficando, é difícil tu enxergar, passar num estabelecimento e ver rebanho. Então a soja tá abafando. Esses dias eu tava conversando, digo vai ser a ovelha e o gado, a carne bovina, vai ficar... é tudo virando soja, então o pessoal tá optando por arrendar pra soja. Lógico, tem uns que faz o remanejamento depois, não é? Tira a soja, bota o gado. (ARTESÃ 08)

Evidentemente pode-se argumentar que, a despeito da analogia feita com os cercamentos, no momento atual parece indicar que restam alternativas para o produtor rural e de que se trata de uma escolha pautada no custo/benefício entre o arrendamento e a produção de ovinos. Mas, há realmente uma escolha sendo feita em um sentido amplo? Isto é, existem opções as quais são avaliadas e decididas com alguma autonomia pelos sujeitos? Ou esta é uma escolha produzida por uma crise de perspectivas? Pouco lhes resta a não ser tomar a decisão do arrendamento frente à coerção de uma força de mercado conjugada com a percepção de um horizonte pouco favorável.

Para Santos (2000, p. 44), essa realidade provoca uma “militarização do trabalho”, onde o critério de sucesso é medido pela “obediência às regras sugeridas pelas atividades hegemônicas, sem cuja utilização os agentes recalcitrantes acabam por ser deslocados”. Ainda segundo o autor, forma-se, nesse mundo rural submisso, um duplo desemprego (empregados e proprietários) que constituem uma nova massa de migrantes em direção à cidade que renunciam a qualquer gesto de resistência.

Segundo Almeida e Buainain (2016), as dificuldades encontradas pelos produtores rurais na tarefa de se consolidarem na atividade produtiva e no acesso aos mercados são fatores que levam esses atores a optarem por arrendarem suas propriedades. O estudo de Almeida e Buainain (2016) ainda demonstra que o arrendamento agrava a situação

desses produtores. Essas práticas podem provocar um cerceamento das liberdades individuais (SEN, 2000), caso sigam o rumo atual.

Outro fenômeno que vai nesse mesmo sentido é a produção madeireira impulsionada pela indústria de papel e celulose. Há uma substituição do espaço destinado à produção pecuária para a produção com vistas ao fornecimento de madeira para a indústria: “Tá se tornando tudo soja e eucalipto e acácia. Aqui tudo era campo de pecuária, né? E agora não, agora é o que tem bastante [eucalipto e acácia]” (ARTESÃ 09)

Da mesma forma que acontece com a soja e outras culturas, esse avanço dos cultivos de acácia e eucalipto se dá por uma expectativa de ganho futuro. Os produtores atuam de forma independente ou por meio de contratos para a venda de toras, além da participação de investidores que empregam seu capital com destino à produção de madeira esperando um retorno do capital aplicado com um baixo risco (MARQUES, 2015).

Segundo Marques (2015), esse fenômeno é um efeito da globalização e advém da concentração de capitais e formação de oligopólios que atuam a nível global aliado a um forte incentivo estatal. De acordo com a autora citada, a produção de extensos “desertos verdes” formados em geral por eucaliptos provoca um “campo esvaziado da presença humana e de animais” (p. 144). De acordo com Milton Santos (2000), esses aspectos são provocados por uma “modernização globalizadora”. As lógicas implementadas nessas áreas são ditadas por uma agricultura científica globalizada, que se instala por determinações de empresas internacionais, provocando mudanças profundas na vida social e na paisagem.

Outras externalidades são percebidas, além do abandono da atividade. O uso intensivo de caminhões com cargas muito pesadas para carregar essas produções acaba danificando as estradas e dificultando o livre trânsito dos produtores e seus familiares. Veja-se o excerto a seguir:

Nós ali mesmo estamos cercados, por isso que nós não temos a estrada. Todo mundo se queixa, pode entrar prefeito, sair prefeito, que sempre vai ser a mesma coisa. Nós não vamos ter estrada como tinha antigamente. As pontes não sei até que ponto vão durar, né? Porque eles fazem estrada, né? Patrolam, não sabem, muitos não sabem patrolar direito, então vai e dá uma raspada, não tem mais buraco, tá boa. Vem uma chuva, como agora, passam aqueles caminhões,

aqueles bitrem passam com madeira, tu te apavora. As pontes não suportam acho que nem a metade do peso das toneladas que eles carregam. Ninguém examina as pontes. (ARTESÃ 09)

Pereira (2016), em estudo realizado em Caçapava-RS, aponta que a manutenção da atividade pecuária é importante em termos ambientais, para a manutenção da fauna e flora locais e preservação do bioma Pampa frente à expansão da soja e do eucalipto.

De forma também muito problemática o roubo de ovinos (abigeato) aparece recorrentemente como fator de desestímulo à criação. Essa prática é muito recorrente no município, que não encontra maneiras de atenuar as sucessivas incursões dos ladrões de animais:

Esse é um outro fator que desestimula um pouco, tu cria os bicho, quando vê... esses carneiros que cruzam com as minhas ovelhas Booroola⁵⁸ que aí a Embrapa de Bagé me cede o carneiro, o ano retrasado me levaram 12, 6 capões que era pra consumo e 6 carneiro [...]. Os cara carregaram na camionete e levaram, 6 capões, capão vale 300 pila, capão é pra consumo, né? Pra abate, pra comer a carne, é de pouco valor. Mas os carneiro vamos dizer assim, com um carneiro tu compra 3 capão pra consumo. E levaram e carnearam e mataram e fizeram linguiça dos bicho, porque até hoje to procurando o ladrão e não achei. O abigeato é complicado, é um dos fatores que preocupa muito. (COOPERADO 03)

As perdas são relativamente grandes em alguns casos. Não se tratam de roubos aleatórios e de baixa frequência, mas sim de uma prática que beira o profissionalismo, haja vista a destreza empreendida e a capacidade de indivíduos que chegam a carregar elevados volumes de carga:

Mas, eu espero que continue a lã. Aqui tá diminuindo muito as ovelhas, né? Uma barbaridade. O pessoal tá liquidando muito com as ovelhas, mas se entra lá pra cima ainda tem. Quando acalma as ovelha, segue no gado. É, por que tu vê, o pessoal não consegue, cria ovelha aí e vão numa noite e vão até de caminhão e pegam e carneiam dez, vinte ovelha. É no campo, né? E se vai a polícia botam pra proteger e as armas deles são muito mais pesadas, né? Não tem condições. O abigeato tá medonho. Tá difícil, então o pessoal se desacorçoa né? (ARTESÃ 02)

Esses acontecimentos tornam a prática da ovinocultura ainda mais dispendiosa. Já são muitos os esforços feitos no sentido de cuidar dos animais e com o abigeato como frequente ameaça é preciso redobrar esse cuidado. A fragilidade do próprio ovino e a falta de proteção pública deixa os produtores à mercê da sorte. Segundo os produtores,

⁵⁸ Trata-se de uma linhagem genética vinda da Oceania que produz partos duplos ou triplos.

não há o que fazer em relação a esse tema, tampouco o poder público dá conta de enfrentar essa questão:

Bah, é um prejuízo e tanto, mas que vai se fazer. Não, e na época lá nesse ano que nos roubaram 42, ali entre nós e os vizinhos ali na volta deve ter ido mais de 200 só no fim de ano assim, só em dezembro, é geralmente na época de natal. Teve um outro vizinho que roubaram 68, teve que tinham roubado acho que 30 e poucas, aí tinha mais outro mais adiante. Bah e aí vai né, ah é, era tudo assim, de a lote (COOPERADO 01)

Por fim, um elemento que surge nas falas dos atores entrevistados e que também é um alerta em relação ao futuro da atividade é a questão da sucessão familiar. As respostas fornecidas chamam atenção pelo fato de convergirem fortemente nesse sentido. O jovem parece não manifestar interesse pelo trabalho rural e pela produção pecuária. Ao ser questionado sobre o interesse dos jovens, o cooperado 03 entende que há uma quantidade crescente de filhos de produtores que não retornam para assumir o negócio familiar:

Muito pequeno. Tem, tem gente, tem alguns filhos de fazendeiros, que vamos dizer assim, que o pai sempre foi fazendeiro, teve criação de gado, ovelha e vão pra faculdade, se formam, estudam, trabalham em alguma outra atividade e ainda querem manter as raízes na pecuária, no campo. Mas, em número, na minha opinião, em número muito pequeno, tá? (COOPERADO 03)

Reforçando essa afirmação a percepção do cooperado 01 é de que os habitantes do campo estão ficando com idade mais avançada, processo este que acaba reforçando a mesma lógica de cessamento da atividade e de arrendar os campos para as grandes lavouras:

As pessoas tão ficando velha na campanha. Primeiramente, as pessoas tão ficando velha, os filhos geralmente vêm pra cidade não querem saber mais da campanha. Então o cara que ficou velho lá fora, não pode mais trabalhar ele tem que ou vender tudo ou que arrendar. Gente nova não tá voltando quase pra campanha, então só sobra essas grande firma mesmo. (COOPERADO 01)

No que tange ao artesanato em lã e os ofícios que estão no seu entorno, o futuro percebido pelos atores locais é representado por uma dualidade: o possível desaparecimento dessas práticas ou a sua ascensão e consolidação.

A preocupação com o desaparecimento dessas práticas cresce na medida em que as novas gerações não manifestam interesse em assimilar tais conhecimentos. Mesmo

que novas artesãs tenham surgido nos dias atuais, não há elementos que assegurem a continuidade dentro da concepção que até então preponderava, mais ligada a hábitos de famílias criadas no seio da cultura da lã e da criação de ovinos. Da mesma forma que o exposto sobre as atividades pecuárias, a questão da sucessão familiar se repete nessa esfera. Os relatos demonstram interesse atenuado dos jovens por aprender o artesanato em lã.

Ao ser questionada se acredita que essas atividades podem ter um fim, declara a artesã 03: "Ah sim, pode, pode. Pode, porque pessoas jovens eu conheço só uma que se interessa e olha não é tão jovem assim". Outras artesãs compartilham o mesmo entendimento como é o caso da artesã 01 quando se refere aos jovens de sua família:

Mas a turma nova, inclusive nossos netos, nossos bisnetos, mas nem olham! Que podiam aprender, né? Aprender com a avó, com a bisavó. Outros trabalham, mas essa turma nova não quer. Só querem é baile, nem estudar não estudam às vezes. (ARTESÃ 01)

Com efeito, o interesse em aprender o artesanato surge em mulheres a partir dos 30 anos de idade "Olha, eu até acho que eu já ouvi falar alguma coisa, mas em prática eu não vi nada ainda em jovem. Por causa que o que nós temos é mulher de 30, acima de 35 anos, que fez o curso na Associação dos Artesãos". (ARTESÃ 08). Essa ação é importante no sentido de dar uma sobrevida ao artesanato, no entanto, é preciso fomentar a transmissão desses conhecimentos. Segundo a artesã 05:

Porque daí, por exemplo, um dia a Dona V. vai morrer, eu também, a Dona N. também, porque a gente não vai virar semente. Eu acho que aí que o município abraçar essa causa e dar continuação. Na escola, porque, quem sabe, de 30 alunos não sai um artesão. Agora se não tiver incentivo vai terminar logo ali, porque a gente não vai durar a vida toda. (ARTESÃ 05)

Ainda que a narrativa seja um tanto fatalista, há também uma expectativa de persistência. Do ponto de vista dos produtores, um dos cooperados informa que é necessário repensar essa atividade para que ela possa encontrar um caminho melhor para o futuro. Mas isso só será possível se houver o desejo compartilhado de enfrentar os desafios do presente. Segundo um de nossos entrevistados:

Olha, eu não seria uma opinião a balizar, mas vejo pouca gente envolvida [Jovens]. Mas creio que é uma atividade que vai tá dando o que repensar, nós precisamos repensar isso. Fazer processos mais produtivos, trabalhar com mais técnica, com racionamento. (COOPERADO 04)

Para a artesã a mesma assertiva é verdadeira. A expectativa de novos rumos pode estar atrelada, por exemplo, à construção de um “selo de qualidade” ou alguma apelação de origem (indicação geográfica). Esse fato alimenta um sonho de dar visibilidade e reconhecimento aos trabalhos, preservando esse conhecimento tão rico que foi herdado das gerações pretéritas. A artesã 02 projeta a possibilidade de exportar seus trabalhos através de algum tipo de certificação: “Que aí onde patenteasse, botasse o Selo dos trabalho da lã, aí a gente podia até exportar pra fora. Que assim como ela tá a gente não tem como exportar, não é?” (ARTESÃ 02). Outra entrevistada também comenta no sentido do reconhecimento que seria proporcionado nesse caso: “Ah sim, com certeza né? Porque é um selo de qualidade reconhecida a nível nacional, não é? Não é apenas dizer assim, ah fulana me disse que o produto de Jaguarão é bom, não é isso” (ARTESÃ 03).

Dentro de um panorama geral, o atual momento não é tão favorável, como já foi, nos dois casos investigados. O que alimenta uma expectativa de melhoria é a construção de novas possibilidades mediadas por outras formas de se organizar. Para os produtores, essa projeção passa por reconstruir a cadeia produtiva em novas bases, primando por uma produção mais colaborativa entre todos os atores envolvidos (*stakeholders*), tanto entes públicos como privados. Para as artesãs, o reconhecimento do trabalho na forma de uma instituição (seja por meio do IPHAN, seja através de uma indicação geográfica) é uma possibilidade cogitada.

Os rumos que o futuro reserva para a ovinocultura e para as atividades que dela derivam são incertos. As possibilidades encontradas pelos atores sociais estão colocadas e parecem ser uma opção factível em dar um novo rumo às antigas tradições que se veem diante de dificuldades no momento atual. Resta saber se a organização coletiva permitirá com que as mudanças floresçam diante de um cenário onde o capital social dá indícios de sua inegável fragilidade. Para finalizar, na última parte deste trabalho, retomamos os objetivos e as premissas iniciais e expomos algumas considerações finais sobre a pesquisa.

8. Considerações Finais

Esta dissertação, para além do objetivo central de gerar uma apreciação atualizada da cadeia da lã em Jaguarão, buscou também contribuir na geração de conhecimento sobre possibilidades e desafios de conceber estratégias de desenvolvimento. A cultura local e a identidade construída ao longo de gerações não podem ser vistas como obstáculos ao desenvolvimento, senão como um caminho para construir novos cenários, especialmente em regiões como a que corresponde o município de Jaguarão.

Com relação à premissa principal deste trabalho, a qual atribui o declínio da ovinocultura, especialmente da lã, à entrada de tecidos sintéticos no mercado, bem como a problemas organizacionais e de inovação dessa cadeia produtiva, vimos elementos fatuais que a confirmaram.

A principal barreira que impede o desenvolvimento dessas atividades é a fragilidade do capital social na região. A atuação individualista dos atores e a dificuldade de construir relacionamentos fora de seu eixo de proximidade são fatores marcantes encontrados a campo. Esse tipo de comportamento tem sido prejudicial às organizações analisadas, que devido à falta de cooperação não encontram alternativas para a promoção de suas atividades. Os atores sociais envolvidos também encontram escasso incentivo por parte de instituições públicas.

A investigação revelou que a falta de confiança e de um sentimento de pertencimento dos produtores cooperados faz com que tenham apenas um vínculo de utilidade com a cooperativa. Assim, muitas vezes entregam a sua produção de lã para os “barraqueiros”, enfraquecendo a capacidade da organização de adquirir maiores volumes de produto para comercializar, o que prejudica a cooperativa financeiramente.

Por parte das artesãs locais, foi possível identificar que os laços que as unem são de amizade e que o seu espaço de trabalho funciona como um local para manutenção desses vínculos e não somente para a comercialização de seus produtos. Esse tipo de

vínculo criado gera uma externalidade negativa que é o isolamento do grupo em seu próprio núcleo. A ruptura com as artesãs mais novas que faziam parte da associação é, em parte, um exemplo dessa dificuldade de cooperação. Propósitos diferentes afastaram as artesãs em grupos separados, construindo “muros” que impedem a troca de informação e o exercício de reciprocidade.

Além da premissa principal, elaboramos outras duas premissas secundárias. As duas dizem respeito a possíveis ameaças às práticas investigadas. A primeira coloca que futuro das atividades é ameaçado pela falta de interesse e adesão dos mais jovens, especialmente no que tange ao artesanato. De fato, segundo a fala dos atores sociais entrevistados, a percepção é de que os jovens demonstram pouco interesse tanto na produção de ovinos, quanto no artesanato em lã. O processo de transmissão dos saberes envolvidos nessas atividades acontece, historicamente, dentro do núcleo familiar. No entanto, o indicativo é de que os membros mais jovens da família não têm demonstrado tanto interesse nessas atividades.

Por outro lado, a formalização da transmissão do saber-fazer por meio de cursos é uma alternativa no que diz respeito ao artesanato. Embora as artesãs revelem que não há interesse de jovens, mulheres na faixa dos 40 anos têm procurado apreender o artesanato. Esse fato demonstra a possibilidade de continuação do artesanato em lã por meio de uma dinâmica diferente, não mais transmitido no meio rural dentro do núcleo familiar, mas através de cursos destinados a disseminar essa prática.

A outra premissa secundária propõe que o crescimento da cultura da soja, no município de Jaguarão, afeta negativamente a ovinocultura, pois absorve áreas antes destinadas à pecuária para a produção do grão de soja. Esse fenômeno também foi observado na pesquisa de campo. O avanço das grandes culturas, não somente da soja, mas também do milho, do arroz, do eucalipto e da acácia, é um dos pontos atribuídos pelos atores locais como ameaça ao futuro da ovinocultura. Nesse cenário, os campos que antes abrigavam ovinos são arrendados para esse tipo de produção agrícola, ocasionando a saída dos produtores rurais da sua propriedade e a desistência da produção pecuária.

Essas premissas, entretanto, não dão conta de representar todas as reais ameaças à ovinocultura. O ponto mais enfatizado nesse aspecto diz respeito ao abigeato.

O roubo de ovinos no município é constante e acontece em grande escala, o que desestimula o produtor rural, gerando prejuízos frequentes. A vulnerabilidade dos ovinocultores em relação a esses acontecimentos é agravada pela percepção da falta de atuação do poder público. Os atores não encontram formas para se proteger dos abigeatários, tampouco reconhecem uma atuação pública no sentido de combater essa prática.

A ocorrência de um processo de desenvolvimento ancorado na identidade cultural do território e da melhoria das condições gerais do setor requer superar barreiras no terreno da cooperação. A articulação entre os diferentes atores do território, bem como a atuação do poder público para fomentar essas atividades são primordiais não somente para sua preservação, mas para promovê-las e influenciar inovações nesse segmento pouco adepto a mudanças.

Embora existam bastantes obstáculos na conjunta geral da lã em Jaguarão os produtos locais demonstram ter capacidade de adequar-se a estratégias de diferenciação. O processo de certificar e atestar a pureza da lã vendida pela cooperativa pode ser uma saída eficaz para agregar valor ao produto. O acréscimo, em termos de valor, ocasionado pela qualidade superior da fibra pode reverter a situação desfavorável da organização. O desafio é, mais uma vez, fazer com que os produtores “comprem” essa ideia e assumam o protagonismo da cooperativa.

Para o artesanato, as peças singulares elaboradas pela técnica em *jacquard* demonstram aceitabilidade por mercados de nicho, como o mercado da moda artesanal. Estratégias que busquem explorar esses produtos como signos de distinção podem ser eficazes no sentido de gerar um retorno maior para as artesãs locais.

Esses produtos também podem ser utilizados em estratégias que busquem explorar o potencial turístico da região, haja vista o grande número de pessoas que passam por Jaguarão com destino ao Uruguai. Além disso, a lã e seus derivados oferecem uma gama de oportunidades para a criação de empregos e renda em atividades intermediárias, como a esquila e a produção do fio de lã. Essa renda impacta diretamente na capacidade de agência dos atores locais e em suas condições de vida. Tais aspectos revelam a importância da manutenção dessas atividades, seja pela sua relevância social, seja enquanto patrimônio imaterial.

Como ativos específicos, não resta dúvidas de que tais produtos têm potencial de promover mudanças positivas no município em questão. Entretanto, as iniciativas esbarram, até o momento, em uma atuação fragmentada e pouco orientada a mudanças por parte dos atores locais. Seguramente o papel da Universidade pública brasileira seria justamente o de trazer à lume fenômenos dessa grandeza, assim como o de auxiliar na busca de vias de enfrentamento a esses ingentes desafios o plano regional.

Referências

ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. São Paulo: **Tempo Social**, v. 16, n. 2, 2004.

_____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia aplicada**, v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000.

_____. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Editora Abril, 2012.

ACAMPORA, T.; FONTE, M. Produtos típicos, estratégias de desarrollo rural y conocimiento local. . **Opera**, n. 7, p. 191-212, 2007.

AGUILAR CRIADO, E. Patrimonio y globalización: el recurso de la cultura en las Políticas de Desarrollo Europeas. **Cuadernos de antropología social**, n. 21, p. 51-69, 2005.

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. **Capital social e empreendedorismo local**. Rio de Janeiro: UFRJ - Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais, 2002.

_____. Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 3, p.9-16, set. /dez., 2004

ALMEIDA, J. A problemática do desenvolvimento sustentável. **Redes**, v. 1, n. 2, 1999.

ÁVILA, V. S.; FRUET, A. P.; BARBIERI, M.; BIANCHINI, N. H.; DÖRR, A. C. O Retorno da Ovinocultura ao Cenário Produtivo do Rio Grande do Sul. Florianópolis: **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v.11, nº 11, p. 2419-2426, jun., 2013.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 70. ed. Lisboa: Casagraf, 2002.

BEBBINGTON, A. El capital social y la intensificación de las estrategias de vida: organizaciones locales e islas de sostenibilidad en los Andes rurales. **Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe**: en busca de un nuevo paradigma, p. 491, 2003.

BELAS, C. A.; WILKINSON, J. Indicações geográficas e a valorização comercial do artesanato em Capim-dourado no Jalapão. **Sustentabilidade em Debate**, v. 5, n. 3, p. 56-78, 2014.

BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os Recursos de Territórios e os Territórios de Recursos. Florianópolis: **Geosul**, v. 16, n. 32, p. 32-50, jul./dez., 2001.

BITENCOURT, M. B. *et. al.* Análise Das Políticas Públicas De Incentivo À Ovinocultura. **Anais do 46th Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**. Rio Branco, jul., 2008.

BOFILL, F. J. **Reestruturação da ovinocultura gaúcha**. Livraria e Editora agropecuária, 1996.

BOURDIEU, P. Le capital social. **Actes de la recherche en sciences sociales**. vol 31, p.2-3, jan., 1980.

_____. The forms of capital (1986). **Cultural theory: An anthology**, p. 81-93, 2011.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. **Lua Nova**, n. 93, 2014.

BRUCKMEIER, K; TOVEY, H. Dinámicas del conocimiento, identidad territorial y desarrollo rural sustentable en la unión europea. **Revista Opera**, n. 7, p. 85-106, 2007.

BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995.

CAMARGO, A. L. B. **As dimensões e os desafios do desenvolvimento sustentável: concepções, entraves e implicações à sociedade humana.** Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC. 2002.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas Estratégias para entrar y salir de la modernidad.** Mexico: Grijalbo, 1990.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependencia y desarrollo en América Latina: ensayo de interpretación sociológica.** Siglo XXI, 1996.

CARVALHO, D. M. *et. al.* Análise da cadeia produtiva da caprino-ovinocultura em Garanhuns. **Anais do 46th Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER).** Rio Branco, jul., 2008.

CECHIN, N. S. **Jaguarão: Ontem e hoje.** Companhia Rio-grandense de artes gráficas, 1979.

CHESSA, B. *et al.* Revealing the history of sheep domestication using retrovirus integrations. **Science**, v. 324, n. 5926, p. 532-536, 2009.

CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado.** Editora Cosac Naify, 2004.
COLEMAN, J. (1988). Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, vol. 94, p. S95-S120, 1988.

CUNHA, A. M. **O artesanato, suas estratégias de comercialização e constituição enquanto produto turístico da agricultura familiar em Pelotas, Pedras Altas e Jaguarão—RS: os casos do ladrilã e das redeiras.** Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

DALLABRIDA, V. R. Da vantagem comparativa à vantagem diferenciadora: estratégias de especificação de ativos territoriais como alternativa de desenvolvimento. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 2, n. 1, p. 104-133, jul., 2012.

DALLABRIDA, V. R.; FERRÃO, J. Governança territorial em arranjos cooperativos institucionais e organizacionais: aportes teórico-metodológicos e avaliação de experiências brasileiras e Portuguesas. In: BADALOTTI, R. M.; COMERLATTO, D. **Território, territorialidades e estratégias de desenvolvimento regional**. Passo Fundo: Editora IMED, 2016.

DA VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Editora Garamond, 2005.

DE ALMEIDA, P. J.; BUAINAIN, A. M. Arrendamento, parceria e governança de terras no Brasil. **Anais do I Seminário Desenvolvimento Econômico e Governança de Terras**, p. 20, 2016.

DE ZEN, S.; SANTOS, M. C.; MONTEIRO, C. M. Evolução da caprino e ovinocultura. **Ativos da Pecuária de Caprino e Ovinocultura**. 1. ed., n.1, set., 2014.

DESIMON, S. NOVELLO, I. Mudança no Quadro Social da Cooperativa de Lãs Mauá: do Estancieiro ao Pecuário familiar. IN: COTRIM, D. S. **Gestão de cooperativas produção acadêmica da ASCAR**. Porto Alegre, RS: EMATER/RS – Ascar, 2013.

DURSTON, J. Capital social: parte del problema, parte de la solución, su papel en la persistencia y en la superación de la pobreza en América Latina y el Caribe. IN: **Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe**: en busca de un nuevo paradigma, 2003.

ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo**: construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial el pero y la rana, 2007.

FAOSTAT - FAO Statistical Programme of Work. Production. **Production Live Animals - Sheep Stocks**. Disponível em: <http://www.fao.org/faostat/en/#compare>. Acesso em: dez. 2016.

FARIAS, J. L. S. *et. al.* Análise socioeconômica de produtores familiares de caprinos e ovinos no semiárido cearense, Brasil. **Archivos de zootecnia**, v. 63, n. 241, p. 13-24, 2014.

FEE. **Atualização de valores**. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Heuser. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/servicos/atualizacao-valores/>>. Acesso em: mar. 2017.

FIORI, J. L. O capitalismo e suas vias de desenvolvimento. In: HADDAD, Fernando (org.). **Desorganizando o consenso: nove entrevistas com intelectuais à esquerda**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

FLORES, M. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento** – uma visão do estado da arte. Santiago: RIMISP, 2006.

FONTE, M. RANABOLDO, C. Desarrollo rural, territorios e identidades culturales. Perspectivas desde América Latina y la Unión Europea. **Opera**, n. 7, p. 9-33, 2007.

FRANCO, S. C. **Origens de Jaguarão (1790-1833)**. Universidade de Caxias do Sul, 1979.

FUKUYAMA, F. Social capital and development: The coming agenda. **SAIS review**, v. 22, n. 1, p. 23-37, 2002.

FURTADO, C. **Essencial Celso Furtado**. Companhia das Letras, 2013.

_____. **Raízes do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GAIGER, L. I. **A descoberta dos vínculos sociais: os fundamentos da solidariedade**. 1. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2016.

GAIGER, L. I. A economia solidária e o projeto de outra mundialização. **DADOS-Revista de Ciências Sociais**, v. 47, n. 4, 2004.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. 9ª reimpressão. Porto Alegre: L&PM Editores, 2016.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIMENES, R. M. T.; GIMENES, F. M. P. Aplicabilidade da análise dinâmica do capital de giro como instrumento de avaliação da gestão financeira em cooperativas agropecuárias. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 12, n. 1, p. 129-150, 2008.

GONÇALVES, D. B. Desenvolvimento sustentável: o desafio da presente geração. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 51, 2005.

GOOGLE EARTH-MAPAS. Disponível em: <<http://mapas.google.com>>. Acesso em: fev. 2017.

GOSDEN, C. **Pré-história**. Porto Alegre: L&PM, 2012

GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**. Vol 78, n. 6, p. 1360-1380, maio/1973.

GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties: A network theory revisited. **Sociological theory**, p. 201-233, 1983.

GULARTE, G.S. Estabelecimentos Rurais e Trabalho Escravo na Fronteira do Jaguarão, 1802-1834. **Anais do XII Encontro Estadual de História**, 2014.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**. Ano IX, n. 17, 2007.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 29, n. 1, 2005.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 16. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

HERMANN, M. B. **Associação dos Artesãos de Jaguarão-RS: a manutenção da técnica de tecelagem/ crochê jacquard como afirmação das identidades**. Trabalho de conclusão de curso. (Graduação em Produção e Política Cultural) - Universidade Federal do Pampa. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=431100&idtema=1&search=rio-grande-do-sul|jaguarao|censo-demografico-2010:-sinopse->>. Acesso em: mar. 2017.

_____. **Cadastro Central de Empresas 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=431100&search=rio-grande-do-sul|jaguarao|infogr%E1ficos:-despesas-e-receitas-or%E7ament%E1rias-e-pib>>. Acesso em: mar. 2017.

_____. **PIB dos municípios: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA**. IBGE, 2015. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/jaguarao/panorama>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. **Pesquisa Pecuária Municipal 2016**. IBGE, 2016. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939>>. Acesso em: dez. 2016.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. IBGE, 2006. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>>. Acesso em: dez. 2016.

KANTANEN, J.; VILKKI, J. Molecular characterisation of genetic resources in cattle and sheep for preserving breeding options. Finlândia: **Sustainable use of renewable natural resources - from principles to practices**. v. 34, p. 149-168, 2005.

KOHL, V. K.; SACCO DOS ANJOS, F.; AGUILAR CRIADO, E. Indicação geográfica como estratégia de qualificação vitivinícola pelas lentes evolucionárias e pela visão baseada em recursos. In: SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. **Construção social da qualidade na produção agroalimentar**. Editora LiberArs, 2014.

LAKATOS, E. V., MARCONI, M. A. **Fundamentos de pesquisa metodológica científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LATOUCHE, S. As vantagens do decrescimento. **Le Monde diplomatique**, 2003.

_____. EXISTIRÁ UMA VIDA APÓS O DESENVOLVIMENTO? **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 16, p. 217-230, 2014.

LOUREIRO, E. História da Europa, das Conquistas e do Avanço Tecnológico: uma Perspectiva Bio-geográfica da História da Humanidade. **Revista Lusófona de Ciência Política e Relações Internacionais**, p-85-96, 2005.

LUCENA, L. P. *et. al.* Cadeia produtiva da ovinocultura em Mato Grosso do Sul: uma análise de seu sistema de coordenação agroindustrial. **Anais do 46th Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**. Rio Branco, jul., 2008.

LUGLI, A. P. A.; LOPES, B. E. V.; LEITE, M. R.; MARQUES, R. C. Nasce a era do capital. **Caderno de Administração**, v. 15, n. 2, p. 3-8, 2008.

MARIANTE, A. S. *et al.* Managing genetic diversity and society needs. **Revista Brasileira de Zootecnia**, v. 37, p. 127-136, 2008.

MARQUES, M. I. M. Considerações sobre a expansão da indústria de papel e celulose no Brasil a partir do caso da Suzano Papel e Celulose. **GEOgraphia**, v. 17, n. 35, p. 120-147, 2015.

MARTÍNEZ-GONZÁLEZ, E. G. *et. al.* El fomento de la ovinocultura familiar en México mediante subsidios en activos: lecciones aprendidas. **Agronomía mesoamericana**, v. 22, n. 2, p. 367-377, 2011.

MARTINS, R. D. **A Ocupação do Espaço na Fronteira Brasil-Uruguay**: a construção da cidade de Jaguarão. Universitat Politècnica de Catalunya, 2002.

MILIES, C. A matemática dos códigos de barras. **Revista do Professor de Matemática**, v. 65, p. 46-53, 2008.

MOLANO, O. L. Identidad cultural: un concepto que evoluciona. **Opera**, n. 7, p. 69-84, 2007.

MONTENEGRO, M. R. A teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos: de seu surgimento à sua atualização. **Revista Geográfica Venezuelana**, v. 53, n. 1, p. 147-164, 2012.

MORE, T. **Utopia**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

MORIN, E. Por uma globalização plural. **Folha de São Paulo**, v. 31, 2002.

MOTA, C. R. As principais teorias e práticas de desenvolvimento. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: **Garamond**, v. 259, p. 27-40, 2001.

NETTO, A. L. *et al.* Denominações territoriais agroalimentares: experiências da União Europeia e do Mercosul para o desenvolvimento territorial dos ambientes de montanha. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 23, n. 2, 2016.

ORTEGA, A. C.; MATOS, V. A. Território, desenvolvimento endógeno e capital social em Putnam e Bourdieu. **Política & Sociedade**, v. 12, n. 24, p. 35-60, 2013.

ORTIZ, R. Cultura e desenvolvimento. **Políticas culturais em revista**, v. 1, n. 1, 2008.

OSPINA, O.; GRAJALES, H.; MANRIQUE, C. Gestión del conocimiento: mayor producción y competitividad: Perspectivas para los sistemas de producción ovino-caprinos. **Revista de Medicina Veterinaria**, n. 22, p. 95-113, 2011.

PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. **Política & Sociedade**, n. 14, p.79-105, abr., 2009.

PEREIRA, C. S. et al. **A pecuária em Caçapava do Sul-RS: de atividade tradicional a alternativa frente à expansão da soja e do eucalipto**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Maria. 2016.

PÉREZ HERNÁNDEZ, P. *et. al.* Análisis descriptivo de los sistemas de producción con ovinos en el estado de Veracruz, México. Venezuela: **Revista científica**, v. 21, n. 004, 2011.

POETA, A. P.; SANTOS, D. V.; KOHEK JR, I.; MACHADO, G.; HEIN, H.; VIDOR, A. C. M.; CORBELLINI, L. G. Sheep industry in the State of Rio Grande do Sul, Brazil: description of the production system and the main health and reproductive aspects. **Pesquisa Veterinária Brasileira (Online)**, v 33, p. 1453-1458, 2013.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 – Perfil do Município de Jaguarão-RS**. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/jaguarao_rs#demografia>. Acesso em: abr. 2017.

_____. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasil: Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

PORTES, A. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 33, p. 133-158, 2000.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PUTNAM, R. D. The prosperous community. **The american prospect**, v. 4, n. 13, p. 35-42, 1993.

_____. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 5ª ed. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009

_____. Social capital: Measurement and consequences. **Canadian Journal of Policy Research**, v. 2, n. 1, p. 41-51, 2001.

_____. Bowling alone: America's declining social capital. **Journal of democracy**, v. 6, n. 1, p. 65-78, 1995.

QUIJANO, A. El fantasma del desarrollo en América Latina. **Revista venezolana de economía y ciencias sociales**, v. 6, n. 2, p. 73-90, 2000.

_____. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú indígena**, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Rio de Janeiro: Ática, 1993.

RAUD-MATTEDI, C. H. J. Análise crítica da Sociologia Econômica de Marx Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação. **Política & sociedade**, v. 4, n. 6, p. 59-82, 2005.

RIBEIRO, M; F; B.; NOGUEIRA, I. P.; DE AZEVEDO, C. J. Patrimônio Cultural e Fronteiras no MERCOSUL: processos de tombamento e patrimonialização no município de Jaguarão no Estado do Rio Grande do Sul. **Revista Intellector**. v. 12, n. 24, p. 117-131, 2016

RODRIGUES, A. D. *et. al.* Formas de governança nas transações entre ovinocultores e frigoríficos no estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, v. 43, n. 3, maio/jun. 2013.

RODRIGUEZ-FERREIRA, J. C. **La Economía Mundial y el Desarrollo**. Madrid: Acento, 1997.

SABOURIN, E. Teoria da reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, v. 13, n. 27, 2011.

SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais. Conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: **Embrapa Informação Tecnológica**, 2002.

SACCO DOS ANJOS, F. GODOY, W. I. CALDAS, N. V. **As feiras-livres de Pelotas sob império da globalização: perspectivas e tendências**. Editora e Gráfica Universitária. PREC/UFPeI, 2005.

SACCO DOS ANJOS, F. Abordagem territorial e desenvolvimento: tópicos sobre a natureza de um debate inacabado. In: BADALOTTI, R. M.; COMERLATTO, D. **Território, territorialidades e estratégias de desenvolvimento regional**. Passo Fundo: Editora IMED, 2016.

SACCO DOS ANJOS, F.; DA SILVA, F. N.; POLLNOW, G. E. O sinuoso caminho de construção da qualidade na ovinocultura pampiana: o caso do cordeiro Herval Premium. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 24, n. 1, 2016.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo: **Brasiliense**, p. 29-56, 1993.

SAHLINS, M. A primeira sociedade da afluência. **Antropologia econômica**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, p. 7-44, 1978.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 63, p. 237-280, 2002.

SANTOS, D. V.; AZAMBUJA, R. M.; VIDOR, A. C. M. Dados populacionais do rebanho ovino gaúcho. Porto Alegre: **Hora Vet**, v. 31 p.41-44, 2011.

SANTOS, L. S.; DE ARAÚJO, R. B. **História Econômica Geral e do Brasil**. 2009.

SANTOS, M. Sous-développement et pôles de croissance économique et sociale. **Revue Tiers Monde**, p. 271-286, 1974.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

_____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SATO, G. S. As novas regras para o mercado global: certificações de origem e qualidade para alimentos seguros. **Internext**, v. 4, n. 1, p. 151-163, 2009.

SEN, A. K. **Desenvolvimento com Liberdade**. 6ª reimpressão São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

SUTTER, M. B.; GALLELI, B.; MACLENNAN, M. L. F.; POLO, E. F.; CORREA, H. L. Brazil's fashion and clothing industry: sustainability, competitiveness and differentiation. **Latin American Journal of Management for Sustainable Development**, v. 2, n.3-4, p. 280-295, 2015.

TERLATO, G. Alimentação humana durante o paleolítico médio e superior na Europa. **Revista de Iniciação Científica**, v. 10, n. 1, 2014.

TONIETTO, J. Afinal, o que é Terroir. **Bon Vivant, Flores da Cunha**, v. 8, n. 98, p. 08, 2007.

URIBE, D. S., VARGAS, J. Valorización de la identidad territorial, políticas públicas y estrategias de desarrollo territorial en los países de la comunidad andina. **Revista Opera**, n. 7, p. 109-138, 2007.

VIANA, J. G. A. Panorama Geral da Ovinocultura no Mundo e no Brasil. Porto Alegre: **Revista Ovinos**, n. 12, março/2008.

VIANA, J. G. A., SILVEIRA, V. C. P. Análise econômica da ovinocultura: estudo de caso na Metade Sul do Rio Grande do Sul, Brasil. Santa Maria: **Ciência Rural**, dez., 2008.

VIANA, J. G. A., WAQUIL, P. B., SPOHR, G. Evolução histórica da ovinocultura no Rio Grande do Sul: comportamento do rebanho ovino e produção de lã de 1980 a 2007. Santa Maria: **Revista Extensão Rural**, Ano XVII, n. 20, jul./dez., 2010.

VIANA, J. G. A., WAQUIL, P. D. The evolution of sheep production in Rio Grande do Sul and Uruguay: a comparative analysis of structural change. Santa Maria: **Ciência Rural**, v.43, n.6, p.1131-1140, jun., 2013.

VIANA, J. V. A. **Evolução da produção ovina no Rio Grande do Sul e Uruguai:** análise comparada do impacto da crise da lã na configuração do setor. Tese (Doutorado em Agronegócios). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

VIDOR, A. C.; CORBELLINI, L. G. Ovinocultura do Rio Grande do Sul: descrição do sistema produtivo e dos principais aspectos sanitários e reprodutivos. **Pesquisa Veterinária Brasileira**, v. 12, p. 1441-1446, 2013.

VIZEU, F.; KANASHIRO MENEGHETTI, Francis; SEIFERT, Rene Eugenio. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cadernos Ebape. br**, v. 10, n. 3, 2012.

ZYGMUNT, B. **A riqueza de poucos beneficia a todos nós?** Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

Apêndices

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Data: ___/___/___ Início: _____ Fim: _____ Nº da entrevista: _____

Apresentação da pesquisa e do entrevistador (nome, instituição de ensino, explicação sobre a pesquisa, etc.) e informações preliminares do entrevistado (nome, cargo, histórica de vida, etc.).

Bloco 1. Surgimento e contexto histórico

- Como você começou a fazer parte da organização? (O motivo do envolvimento com o trabalho).
- Como foi o surgimento da cooperativa/associação? Quantos membros existiam na fundação?
- Como as atividades eram desenvolvidas antes da existência organização?

Bloco 2. Aspectos Organizacionais

- O que é produzido? Quanto é produzido? (Atividades desenvolvidas)
- Além de sua organização, conhece outras atividades desenvolvidas com lã na região?
- Existem outras pessoas empregadas ou o trabalho é somente realizado pelos associados?
- Existe alguma ajuda fornecida pela prefeitura ou por uma outra organização externa?

Bloco 3. Produtos

- Como são comercializados os produtos? (Aspectos gerais, agregação de valor, etc.)
- Existe algum aspecto que confira destaque ao produto?

- Na sua opinião, o que poderia ser feito hoje para que a lã fosse valorizada?

Bloco 4. Percepções sobre a lã

- Como você enxerga a lã hoje? Ela é importante para o município?
- Existem outras atividades relacionadas à lã que são importantes?
- Qual a importância dessa atividade para a sua vida? (Renda, ocupação, etc.)
- Quais outros aspectos gostaria de destacar sobre essa atividade?

Bloco 5. Forma de organização e trabalho

- Quais são os critérios para a inclusão de novos membros na organização?
- De que forma os membros participam das atividades da organização? (Ocupação de cargos, função)
- Os associados recebem algum tipo de treinamento ou qualificação ou ajuda externa?
- Como é feito para adquirir o insumo do produtor?
- Na sua visão, qual é a importância do trabalho de forma cooperada/associada?

Bloco 6. Dificuldades e ameaças

- Existe alguma dificuldade, enfrentada no trabalho com a lã em Jaguarão, que você gostaria de comentar?
- Considera que essa atividade pode deixar de existir? Quais são os principais fatores que contribuem para isso acontecer?
- Existe algum esforço no sentido de preservar essas atividades?

Bloco 7. Futuro da atividade

- Como enxerga o futuro da atividade? (Daqui a 5-10 anos)
- Percebe nos mais jovens o interesse em continuar nesse tipo de atividade? Quais são os motivos?